Testemunhos do capitalismo verde págs 12 e 13 • **In Memoriam: Otelo** págs 30 a 32 • **Entrevista Alyne Costa** págs 35 a 37

mapa: Jornal de Informação Crítica

ASSINA O JORNAL MAPA
JORNALMAPA.PT/ASSINATURA-DO-JORNAL

NÚMERO 32
OUTUBRO-DEZEMBRO 2021
TRIMESTRAL / ANO IX
3000 EXEMPLARES
PVP: 1,5€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

ILUSTRAÇÃO **JANAANNALINO | JANAANNA.CZ**

Zapatistas Viagem pela Vida

págs. 18 a 25

Crónicas de algumas paragens da viagem zapatista por território europeu, ou Slumil K'ajxemk'op [Terra Insubmissa], como foi rebatizada a Europa no momento do desembarque. Encontros que têm permitido reimaginar a história e reativar redes de apoio mútuo.

Verão quente no Barroso

págs. 3 a 6

Perante o avanço do plano mineiro para a região, o Barroso mobilizou-se para demonstrar a sua profunda oposição às ideias extrativistas.

Moçambique, Floresta Colonial

págs. 9 a 11

A coberto da «reflorestação» e da «descarbonização», a Portucel leva a cabo, em Moçambique, uma expansão brutal da monocultura de eucalipto que põe em causa a sobrevivência de comunidades rurais.

A grande demissão

págs. 41 e 42

Há alguns meses que um surpreendente fenómeno social acompanha a epidemia de Covid-19 nos Estados Unidos. Centenas de milhares de assalariados abandonam os seus empregos.

Tubarões atacam na Arrábida, o parque da Comenda é fechado ao público

Um dia após as últimas eleições autárquicas, os setubalenses veêm o parque de merendas da Comenda ser vedado ao público. As vedações demarcam os limites da propriedade privada e os avisos dão nota de intenção de construção de um centro de interpretação arqueológico, autorizado pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

ARQUEOSÍTIO DA COMENDA
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS AUTORIZADOS PELA DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, POR OFÍCIO Nº S-2021/558678 (C.S:1524802) DE 21/07/2021.
PROPRIEDADE PRIVADA
AOS CRIMES PRATICADOS CONTRA UM BEM CULTURAL APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL, COM PENA DE PRISÃO ATÉ 3 ANOS, PENA DE MULTA ATÉ 360 DIAS E COIMA ATÉ €500.000.

CARMO LIBERATO
NUNO PEREIRA

A Herdade da Comenda integra 600 hectares em pleno parque natural da Arrábida e inclui um parque de merendas, cuja utilização está enraizada na cultura local enquanto espaço de lazer, de acesso comunitário e livre. Antiga propriedade da coroa portuguesa e mais tarde da aristocracia francesa, é na década de 80 vendida a Xavier de Lima, conhecido como o maior construtor, proprietário e vendedor de terrenos da Margem Sul. O projeto era o de construir um pequeno Mónaco neste vale da Serra da Arrábida, mas o plano acaba por esbarrar na legislação de proteção da natureza e o Palácio da Comenda acaba por ficar ao abandono. Já o parque de merendas, situado entre as margens de um ribeiro e uma praia, banhada pelo rio Sado, continuou a ser utilizado pelas populações locais e visitantes, à imagem dos últimos séculos.

No final de 2019, depois de estar vários anos à venda por 50 milhões de euros, a propriedade dos herdeiros de António Xavier de Lima é vendida por 16 milhões ao grupo de investimento imobiliário Seven Properties. Este grupo, com ligações à World-Wide Formations - uma empresa especializada em paraísos fiscais, que esteve envolvida nos "Panama Papers" e que tem sede no Dubai - é propriedade da família Mirpuri, antigos detentores da falida AirLuxor. Paulo Côrte-Real Mirpuri, a face visível desta família ligada ao sector da aviação, é dono da Hi-fly, contando com vários escândalos financeiros no seu historial, é também referenciado em diversas reportagens como sendo apoiante e financiador do partido Chega!. Personagem envolta em algum mistério e vários rumores, tanto hasteia a bandeira do Condado portucalense na sua nova propriedade do Palácio da Comenda, como financia através da Mirpuri Foundation um observatório da migração, com objetivos e ações pouco claras. Desde a chegada à sua herdade, no Parque Natural da Arrábida, estes novos proprietários deixaram bem clara a vontade de não fazer parte da comunidade, fechando todos os espaços até então abertos ao público. Vedaram os trilhos naturais, emparedaram o moinho utilizado desde a década de 70 pelos Escuteiros, fecharam o acesso à Capela de S. Luís, zona de romarias e festas populares e religiosas, e, usando uma equipa de seguranças autoritários que intervêm com bastante agressividade, foram hostilizando as populações, impedindo o usufruto destes espaços até então públicos.

Ao contrário das populações locais que se aperceberam das intenções dos novos proprietários, a Câmara Municipal de Setúbal (CMS), desde o inicio deste processo, agiu com alguma cumplicidade perante o secretismo com que todo o negócio se tem vindo a desenrolar, tendo vindo a público através da ex-Presidente Maria das Dores Meira garantir que os proprietários se comprometiam a deixar livre o acesso aos trilhos, ao parque de merendas e ao estacionamento da praia de Albarquel - tudo coisas que não se vieram a verificar. Nestas declarações, feitas em Janeiro de 2020, a autarca afastou ainda a ideia de um investimento turístico para a Herdade da Comenda, à imagem do anterior projeto de António Xavier de Lima. Pouco tempo depois, iniciam-se as obras no Palácio da Comenda à revelia de quaisquer licenças, pareceres ou autorizações e, apesar da mudança de posição por parte da CMS, ocorrida em Junho de 2020, as obras avançaram, deixando no ar o receio pelo futuro do parque de Merendas.

É no papel da CMS que esta história ganha contornos mais complexos: governada pela CDU. desde 2001, não terão sido raras as vezes que esta foi confrontada com a gestão e futuro deste parque, cuja limpeza e manutenção era assegurada pela União de Freguesias de Setúbal. Tendo investido 126 mil euros na remodelação dos equipamentos do parque, em 2018, com ou sem propostas concretas para a Comenda, a Câmara teve sempre a oportunidade de negociar uma possível compra ou até de reclamar o usufruto público destes espaços.

> Tudo isto acontece na mesma semana em que um membro do executivo da CMS aparece em passeio no barco dos Mirpuri, envergando a bandeira do município no mastro.

A inação da CMS várias vezes criticada levou a que, no dia 27 de Setembro, o dia seguinte às eleições autárquicas, assistíssemos ao triste encerro do parque de merendas prontamente vedado pela Seven Properties, com um ostensivo anúncio a um futuro Arqueossítio da Comenda, acompanhado do respetivo número de autorização concedida pela DGPC - a mesma instituição responsável pelo Património do Palácio da Comenda, mas que nunca sobre isto deu qualquer parecer ou recebeu qualquer pedido referente ao mesmo. Acompanhavam também as já habituais placas que delimitam a anunciada propriedade privada e que ameaçam com multas e consequências legais aqueles que porventura se atrevam a entrar.

No domingo, dia 3 de Outubro, cerca de uma centena de populares reuniram-se numa iniciativa de protesto junto às vedações do parque. Entre uma ligeira maioria de participantes afetos ao PCP ou às estruturas da CMS, esteve presente o recém-eleito Presidente da Câmara, que agora promete mudar de estratégia e ter lugar na defesa do uso público do parque «reunindo um dossier e fazendo tudo ao nosso alcance».

Tudo isto acontece na mesma semana em que um membro do executivo da CMS aparece, em publicações de Facebook, em passeio no barco dos Mirpuri, envergando a bandeira do município no mastro. Fica no ar a sensação de falta de transparência, ou história turva, entre a incompreensível inação da Câmara e de outras entidades no decorrer de todos estes processos. Na concentração de protesto, a sensação entre alguns era a triste sensação de perda, de enterro do Parque de Merendas da Comenda. «Foi um bom funeral, pá», ouviu-se entre manifestações de indignação e outras que prometiam voltar àquele lugar que um dia foi de todas.

Barroso, terra que respira vida e semeia luta

As encostas verdes confundem-se com o azul dos céus, ouve-se o voo manso das aves de rapina, sente-se o cheiro das árvores em fruto. Depois de tantos quilómetros percorridos por entre estradas sinuosas, ei-la: Covas do Barroso. Estamos em pleno mês de agosto e a estação estival é particularmente dura nesta aldeia transmontana: o sol vai alto, o ar quente penetra os poros da pele, o vento seco ressequindo-a. Mas, apesar do calor, aqui, onde confluem os rios Covas e Couto, tudo respira vida. E respira luta também.

MARIANA RIQUITO[1]

Chego para o Acampamento em Defesa do Barroso, uma iniciativa organizada pelas populações locais, em luta há três anos contra o maior projeto de mineração de lítio a céu aberto em solo europeu — Mina do Barroso Lithium Project, como lhe chama quem com ele quer lucrar: a multinacional Savannah Ressources. As gentes barrosãs, contam, para esta atividade, com o apoio da Greve Climática Estudantil, da Caravana Zapatista Pela Vida, da Ciclofícina do Porto e dos meios de comunicação independentes Guilhotina.info, PT Revolution TV e Jornal MAPA. Mas rapidamente percebem que a solidariedade se alastra muito para lá destes coletivos e muito além das fronteiras nacionais. Tal como eu, centenas ouviram soar o grito de alerta «Não à Mina, Sim à Vida!» e ao Barroso acorreram para defendê-lo. Atravessaram montes, vales, colinas, regiões, países, continentes. Barroso, território de luta onde várias geografias se misturam.

Durante cinco dias, mais de centena e meia de corpos construiu um espaço comunitário, autogerido e horizontal, onde o trabalho reprodutivo — desde a preparação das refeições à limpeza dos espaços — era repartido entre todas; onde se partilharam memórias, histórias e vivências; onde se trocaram conhecimentos, saberes e experiências.

Logo no primeiro dia, ouvimos as populações locais falar do seu modo de vida em estreita simbiose com a natureza. Começam por nos explicar como funciona o sistema de divisão das águas de rega, um sistema intergeracional e comunitário, através do qual a água é dividida pelos lameiros segundo uma ordem previamente estabelecida pelos diferentes ameiros segundo acordo prévio entre os diferentes proprietários. Este sistema, simbolicamente

Tal como eu, centenas ouviram soar o grito de alerta «Não à Mina, Sim à Vida!» e ao Barroso acorreram para defendê-lo.

apelidado «torna da água», mostra bem como a água é considerada um «bem comum». Mas não só a água é gerida de forma comunal: também parte da terra está nas mãos da comunidade. Com efeito, em Covas, há cerca de 2.000 hectares de terrenos baldios, segundo a estimativa de Aida Fernandes, Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Covas do Barroso. O baldio é um tipo de propriedade de cariz especificamente comunitária, cuja administração e propriedade são da responsabilidade dos compartes[2]. Os baldios são, para Aida, «a parte mais importante nesta luta. A maioria destes projetos [de mineração] são em baldios.» Ora, a larga maioria — para não dizer a totalidade — do/as compartes de Covas está contra o projeto da mina de lítio, pelo que, embora o governo possa, segundo a Lei[3], expropriar os terrenos «por motivos de utilidade pública», a contestação popular não o facilitará. Afinal, aqui, onde a terra é de quem a trabalha, as gentes não se deixam comprar. Aida conta inclusive que, nos últimos tempos, cada vez mais pessoas afluem à Assembleia de Compartes, pois as decisões são tomadas exclusivamente por quem delas participa. Este espaço de decisão promove, assim, uma cidadania ativa, engajada, direta, onde é dada voz, espaço e cuidado a quem conhece e vive da terra.

Ora, esta terra — onde a água flui em abundância, a vista se perde no verde, e do solo fértil brota alimento para todas — encontra-se ameaçada: as elites políticas e económicas querem «esventrar» estes montes em busca de um mineral-chave para a transição energética: o lítio.

Barroso, as serras do lítio tornado ouro

Em Dezembro de 2019, a Comissão Europeia anunciou a sua nova estratégia de «crescimento» — o Pacto Ecológico Europeu (PEE). O PEE procura «encaminhar a Europa para um processo de transformação numa sociedade justa e próspera, com impacto neutro no clima e dotada de uma economia moderna, eficiente em termos de recursos e competitiva», lê-se no *website* oficial. No ano seguinte, os chefes de Estado europeus comprometeram-se a reduzir em pelo menos 55% as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) até 2030, com o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050.

Ora, para abolir os combustíveis fósseis, a UE tem de apostar em fontes de energia alternativas. Entre elas, o lítio aparece como prioritário — há mesmo quem

VERÃO QUENTE NO BARROSO

lhe chame o «novo ouro»/ «ouro branco» ou ainda o «petróleo branco». Em Setembro de 2020, a UE adicionou este mineral à sua lista de matérias-primas críticas e o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič, anunciou que seriam necessárias «18 vezes mais lítio até 2030 e 60 vezes mais até 2050» para efeitos de armazenamento de energia e, sobretudo, para alimentar os automóveis elétricos, que a Eurelectric prevê serem 40 milhões em circulação nas estradas europeias nos próximos 9 anos. Foi assim — de rompante e silenciosamente — que esta rocha branca inundou as narrativas políticas e os mercados financeiros, tornando-se um dos minerais mais cobiçados por todo o mundo.

O lítio — concebido como um elemento estratégico de preservação da soberania energética europeia (e, consequentemente, como prioridade securitária) — é imaginado pelo governo português como uma oportunidade de colocar o país numa posição de liderança dentro da UE. Entre 2016 e 2019, o governo autorizou requerimentos para prospecção e pesquisa de minerais em 19,3% do seu território. Volvidos cinco anos do início das prospecções, hoje, em 2021, o início da exploração mineira de lítio avança a passos largos. E é em Covas do Barroso que se inicia esta jornada.

Nos montes que servem de pasto às ovelhas, cabras e vacas, a multinacional britânica Savannah Ressources quer criar a primeira mina a céu aberto de lítio da Europa. O projeto da Savannah prevê a construção de várias minas a céu aberto (uma delas com 600 metros de comprimento, 500 de largura e 150 de profundidade) que se estenderiam por uma área de 542 hectares, sendo que no Estudo de Impacte Ambiental (EIA) se antecipa a sua ampliação para 594ha.

Barroso, uma «zona de sacrifício verde»

A concretizar-se, a mina despojaria esta aldeia da sua atual e histórica identidade pastoril, silvícola e agrícola. Em 2017, o Barroso foi coroado com o prestigiado selo «Património Agrícola Mundial», atribuído pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Esta distinção reconhece a importância das práticas ancestrais de cultivo das terras e de tratamento do gado: é este modo de trabalhar que faz desta região uma das regiões com maior biodiversidade do país e que lhe tem garantido uma maior resiliência face às alterações climáticas. O selo da FAO é também uma confirmação daquilo que as populações e aliadas têm vindo a gritar nos últimos três anos: «o Barroso é que é verde!». Com efeito, por muito que as elites políticas pintem de verde os projetos de mineração, inventando termos como *green mining*, dificilmente se pode ignorar a previsível destruição sócio-ambiental trazida por uma mina a céu aberto de um tamanho equivalente a quase 600 campos de futebol.

Covas do Barroso ilustra perfeitamente os paradoxos da transição energética europeia. Esta aldeia, onde as serras se cobrem de poejos e medronheiros, onde em cada canto se respira ar puro com cheirinho a hortelã-pimenta, e onde a noite pinta o céu de milhares de estrelas, está a ser transformada numa «zona de sacrifício verde».

Nesse sentido, Covas do Barroso ilustra perfeitamente os paradoxos da transição energética europeia. Esta aldeia, onde as serras se cobrem de poejos e medronheiros, onde em cada canto se respira ar puro com cheirinho a hortelã-pimenta, e onde a noite pinta o céu de milhares de estrelas, está a ser transformada numa «zona de sacrifício verde». «Zonas de sacrifício» são aqueles lugares que não contam, que podem ser envenenados, esventrados, empobrecidos, em nome do progresso e do desenvolvimento capitalistas. Mais que uma «zona de sacrifício», o Barroso tornou-se numa «zona de sacrifício verde», isto é, um território cuja pilhagem, exploração e destruição são justificadas em nome da transição energética «verde» que os nossos governos desejam e fomentam.

A narrativa hegemónica do capitalismo extractivista «verde» chegou, pois, a um ponto de contradição interna brutal. Contam-nos: para deixar de poluir, há que necessariamente esventrar o Norte de Portugal (e todos os territórios onde há lítio). Sossegam-nos: as minas serão todas elas «verdes», isto é, ecologicamente responsáveis. Mas a fábula do *green mining* não passa disso mesmo: uma fábula. Uma fábula absurda: «como se pode justificar a destruição de patrimónios biodiversos em nome do combate às alterações climáticas?»

Ao mesmo tempo, a retórica oficial — focada exclusivamente na emissão de GEE, sobretudo de dióxido de carbono (CO2) — ignora os muitos outros problemas ecológicos que nos assolam. Ignora a sexta extinção em massa em curso, a desflorestação e desmatamento contínuos, ou ainda o esvaziamento e a plastificação dos oceanos, assim como as monoculturas mortíferas que proliferam mundo-afora. A narrativa CO2-cêntrica da «transição energética», ao menosprezar todos estes outros problemas, cria igualmente a falsa ilusão de que podemos resolver a crise ecológica tratando de um sintoma apenas.

É por isso que a «transição energética» em curso não constitui «transição» nenhuma: não atacando a «raiz» da crise, não será possível transitar para um outro modelo de organização política, económica e social. Pelo contrário: a forma como o processo de descarbonização da sociedade e da economia está a ser levado a cabo reproduz as mesmas visões e estruturas de poder que criaram e agravaram as crises ecológica, ambiental, social e política que atravessamos. Esta foi uma «transição» planeada e dirigida de cima para baixo, não auscultando as populações nem respeitando as vozes e corpos que estão na linha da frente (do sacrifício); baseia-se na destruição da Natureza e na espoliação dos territórios, privando as populações locais do seu sustento e destruindo biodiversidade regenerativa; permite que as elites económicas e financeiras continuem a lucrar desenfreadamente à custa da exploração dos corpos-territórios humanos e não-humanos; e ainda mantém o mesmo modelo de circulação, baseado na mobilidade individual e sustentado pelo apelo consumista. De facto, uma transição energética sem uma redução drástica nos níveis de energia apenas resultará num aumento da necessidade de extração, transformação e transporte de matérias primas e de bens de consumo — precisamente os agentes da destruição massiva de ecossistemas. Em suma: de nenhuma «transição» se trata quando são as mesmas elites político-económicas a decidir do seu rumo e a lucrar com ela, mantendo as populações e os seus territórios numa posição subalterna e dependente, e perpetuando a destruição da vida.

Barroso, palco de lutas por futuros-de-vida

O futuro de minas-a-céu-aberto-e-carros-elétricos-individuais é movido pela força crua, mecânica, acelerada e tecnocientífica do capitalismo predatório extrativista. Foi este mesmo modelo de «fazer-e-pensar-mundo» que nos trouxe até aqui. Por isso, perante níveis de destruição socioecológica crescentes e face à profunda crise existencial que atravessamos, urge adotar outros ritmos-paisagens-tempos. Ritmos que nos envolvam-com-a-terra, dela cuidando e com ela aprendendo. Ritmos lentos, regenerativos, participativos, horizontais. Ritmos de Vida.

Estes ritmos-de-vida baseiam-se em visões alternativas do futuro — um futuro comum, solidário, harmonioso, cuidador, participativo, convidativo, igualitário. Ritmos de vida que se aproximem daquele passado comunitário que ainda susbiste em muitas zonas do nosso interior, tão abandonado pelo Estado, como é o caso de Covas do Barroso. Onde esse passado foi apagado, de Norte a Sul do país, as populações têm vindo a organizar-se para criar essas alternativas — desde quintas agroecológicas a comunidades regenerativas, passando por assembleias populares, cooperativas ou cozinhas comunitárias. De Norte a Sul, em todos os territórios ameaçados pelos ritmos-de-morte, as populações têm-se unido para lutar por ritmos-de-vida. Em Covas do Barroso, as populações, com as mulheres na linha da frente, resistem há séculos à marcha predatória da agricultura intensiva, sobrevivem há décadas ao desinvestimento estatal e lutam há anos contra o avanço do capitalismo extrativista.

Esta luta, os locais sabem-no, é internacional. Por mais que os poderes governativos e mediáticos tentem deslegitimar e estigmatizar os movimentos, dizendo que as populações não se insurgiriam caso o megaprojeto mineiro fosse proposto numa outra parte do globo, as populações locais tecem redes de apoio e solidariedade internacionais e reconhecem a importância da crítica e da ação sistémicas. O Acampamento, por exemplo, bem o refletiu, tendo permitido que pessoas de diferentes geografias se encontrassem para partilhar as suas experiências de luta contra a mineração. Numa das noites, por exemplo, dezenas de habitantes de Covas juntaram-se na praça principal da aldeia, o Largo do Cruzeiro, para ouvir uma mensagem de solidariedade vinda diretamente do Atlântico Sul, de um companheiro da coordenação nacional (Brasil) do Movimento Sem Terra (MST), que relembrou: «Nós estamos enfrentando o sistema capitalista e toda essa lógica destrutiva que impede a emancipação dos seres humanos e da natureza. Nós do MST, deste território de luta, dizemos: Não às Minas, Sim às Vidas! Internacionalizemos a luta, internacionalizemos a esperança!»

Por todo o mundo, as soluções semeiam-se: é preciso cultivá-las. Cultivar redes de solidariedade internacional — ancoradas em práticas locais — é o que nos permitirá construir outros futuros, abandonando este sistema, doentio e caduco, que tudo explora, dizima e consome, e abraçando um novo, ao serviço e em simbiose com as pessoas e a natureza. Em Covas do Barroso, este futuro é parte do quotidiano e as populações não abdicarão dele. Como canta Carlos Libo (nome artístico de Carlos Gomes Gonçalves, apicultor local), na sua canção *Exploração*, «tua terra dá fartura / sustento pro ano inteiro / a alegria de quem vive em Barroso / não se compra com dinheiro». As gentes barrosãs sabem que, se é para haver futuro, ele será «verde» — o «verde» da natureza, de quem dela vive, e de quem dela cuida. Esse «verde» que é de todos os feitios – é fruto, é flor, é serra, é gado, mas não é mineração!

NOTAS

1 Investigadora Júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC). Ecofeminista anticapitalista. Acredita que outros mundos, mais justos, são possíveis.

2 Os «compartes» são os titulares dos baldios. São compartes todo/as o/as cidadã/os com residência na área onde se situam os correspondentes imóveis, no respeito pelos usos e costumes reconhecidos pelas Comunidades Locais, podendo também ser atribuída pela Assembleia de Compartes a qualidade de compartes a cidadãos não residentes

3 A Lei nº 68/93 de 4 de Setembro que rege os baldios foi alterada pela Lei nº 89/97 de 30 de Julho e pela Lei nº 72/2014 de 2 de Setembro.

Acampamento em Defesa do Barroso

Conforme fomos dando conta na edição *online* do Jornal MAPA, este Verão foi especialmente quente na zona do Barroso, onde o plano de fomento mineiro do Estado português e da União Europeia (UE) está em fase final de aprovação. Das muitas iniciativas, destacamos o Acampamento em Defesa do Barroso, acerca do qual decidimos recolher alguns testemunhos.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Mesmo durante os longos meses dos vários confinamentos, as actividades e as mobilizações nunca pararam, sobretudo para lançar alertas sobre novas ameaças e para desmascarar o discurso que os promotores do plano de fomento mineiro tentam impor. Essa angústia contida, essa semi-impotência sentida durante todo esse tempo acabou por florir em Agosto, num mês de luta intensa, cheio de sessões de esclarecimento, conversas, manifestações, marchas, passeios e caminhadas. O ponto alto terá sido o Acampamento em Defesa do Barroso, que decorreu entre 14 e 18 de Agosto na aldeia de Covas do Barroso, e em cujo manifesto se podia ler: «Estamos numa luta desigual e sabemo-lo. Por vezes, sentimo-nos impotentes perante os desígnios do poder político e económico e sentimos que a nossa voz é abafada e não tem força para se fazer ouvir. Mas acreditamos que, através da solidariedade e do apoio mútuo, podemos contrariar este sentimento. Juntai a vossa voz à nossa até que o clamor ensurdeça o poder que teima em não nos ouvir».

Para entender que importância teve este momento, que reflexos poderá trazer para o futuro, e ainda por forma a cruzar várias perspectivas, o Jornal MAPA decidiu auscultar algumas pessoas e colectivos que participaram nesse Acampamento, seja enquanto organizadoras ou enquanto participantes, no que não pretende ser uma amostra representativa de nada.

Espaço de debates, de redes, de visibilidades

A Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB) faz um balanço muito positivo do Acampamento em Defesa do Barroso, uma vez que «cumpriu com os três objetivos principais a que nos tínhamos proposto: 1) gerar espaços de debate sobre a problemática da mineração e, em particular, como esta se liga com outras questões mais estruturais... gerar aprendizagens mútuas entre quem habita o território e quem apoia a partir de outros lugares; 2) fortalecer a rede de solidariedade com quem luta contra a Mina da Savannah; 3) trazer alguma visibilidade para esta luta». A respeito deste último ponto, a UDCB considerou que, apesar de a cobertura dos meios de comunicação tradicionais ter sido «escassa», o trabalho dos meios alternativos acabou por cumprir também este objectivo.

No entanto, conforme se entende, o sucesso do Acampamento não se mede pelo nível de simpatia que provoca nos *media*. A presença de gente de muitas origens geográficas diferentes (tanto de várias zonas de Portugal, como de territórios como a Galiza ou Chiapas) e a programação dos vários dias permitiram «dar a conhecer melhor esta região, perceber a diversidade de pessoas e de pontos de vista que se congregam nesta causa, mas também para que a nível local se conhecessem outras lutas pelos territórios». Um conhecimento mútuo de realidades diferentes que tece a rede que se fortalece nas conversas informais que estes encontros proporcionam e onde a UDCB percebeu que «há pessoas com vontade de nos apoiar daqui para a frente. No que for preciso. Esperamos ter em breve algumas actividades aqui no Barroso que são o resultado directo das redes que se foram criando durante a organização e o desenrolar do Acampamento.» Inclusive, a UDCB entusiasma-se pela «vinda de uma delegação Zapatista ao Barroso», «algo que ainda está em cima da mesa e que esperamos que aconteça nos próximos meses».

> Há pessoas com vontade de nos apoiar daqui para a frente. No que for preciso. Esperamos ter em breve algumas atividades aqui no Barroso que são o resultado direto das redes que se foram criando.

A UDCB destaca a presença de «pessoas de vários países, algumas ligadas a processos de resistência que levam anos. Foi muito bom poder ouvi-las e aprender das suas experiências. E temos a certeza que levarão esta luta a outras partes do mundo». Igualmente digno de nota por parte da UDCB é a importância que o Acampamento teve para a própria aldeia de Covas do Barroso. «Foi bom não só porque quem aqui vive percebeu todo o apoio que existe a esta luta, mas também porque trouxe algum movimento à aldeia, a possibilidade de conversar e conviver. E isso já fazia muita falta». De facto, a participação de pessoas locais, nem sempre tão simples assim, superou as expectativas: «nem sempre é fácil conseguir criar esses espaços de encontro, que as pessoas se juntem», afirma a UDCB, afirmando, no entanto, que «tivemos uma participação das pessoas que aqui vivem maior do que esperávamos inicialmente».

O símbolo dessa maior união foi o acto final do Acampamento, uma manifestação no dia 18 de Agosto, anunciada como «uma acção simbólica acompanhada de cânticos, palavras de ordem e ritmos de resistência», e que juntou nas ruas da aldeia quem o acampamento aproximara: gentes locais e pessoas de várias partes do país e do mundo, algumas por pura solidariedade, outras por terem também as suas zonas ameaçadas por projectos de mineração. Que esta união se mantenha e «que esta luta contribua para trazer outras pessoas, ideias e projetos para esta região, que se fixem aqui», são os desejos da UDCB e das pessoas locais. Algo que «a Mina da Savannah jamais conseguirá».

Conhecer melhor o inimigo, organizar melhor a resistência

Por seu lado, do Acampamento, o Movimento Não às Minas – Montalegre destaca a importância do encontro de movimentos do dia 15 de Agosto, pela partilha de experiências e conhecimentos sobre o *modus operandi* da indústria mineira e, sobretudo, pela «troca de vivências entre movimentos portugueses e de

Verão Quente no Barroso

por Francisco Norega | contacto@guilhotina.info

7 de agosto

A onda de protestos começou na freguesia de Couto de Dornelas com um passeio motorizado (duas dezenas de viaturas). Em Vila Pequena, já da parte da tarde, realizou-se uma sessão de esclarecimento. Esta foi a primeira actividade da recém-criada Associação Ambiental Unidos pela Natureza, numa freguesia que também é visada pelo projecto de mina da Savannah.

8 de agosto

Uma impressionante marcha motorizada percorreu a freguesia de Salto num «protesto contra a mina da Borralha e todos os outros projectos mineiros». Duas dezenas de tractores e sessenta carros e motas, transportando diferentes mensagens contra as minas, saíram do Carvalhal do Esporão rumo a Salto, passando pelas aldeias de Linharelhos, Paredes e Borralha. Nesta última, onde encontramos enormes escombreiras que cobrem montes inteiros e onde, mais de 30 anos depois do encerramento das minas, continua a não se ver um vestígio de verde, a Minerália quer reiniciar a actividade mineira, desta vez a céu aberto.

Nesse mesmo dia realizou-se, em Morgade, onde a Lusorecursos quer abrir a chamada Mina do Romano, uma caminhada contra as minas em que participaram 200 pessoas.

10 a 13 de agosto

Numa Bicicletada de quatro dias em Defesa dos Montes, um grupo de pessoas pedalou mais de 140km desde o Porto até ao acampamento em Covas do Barroso, levando informações sobre esta luta a Amarante, Celorico de Basto e outras povoações por onde passou.

14 a 18 de agosto

Covas do Barroso acolheu o Acampamento em Defesa do Barroso, cinco dias de intensa troca de estratégias e aprendizagens e de criação e fortalecimento de laços entre movimentos em defesa do território. Para além da presença de movimentos do Barroso e de todo o país, destacamos a forte participação internacional, especialmente de companheiras da Galiza mas também de pessoas vindas do País Valenciano, Euskal Herria, Extremadura, Madrid, França, Suíça e México.

21 de agosto

Depois de toda a actividade no Barroso, foi a vez de Gonçalo, uma vila do concelho da Guarda, na região da Serra da Estrela, ser palco de uma caminhada contra as minas. Cinquenta pessoas protestaram contra a mineração nesta região já explorada no passado. A vila de Gonçalo e três aldeias vizinhas (Vela, Benespera e Seixo Amarelo) estão agora ameaçadas pela recente febre mineira, no caso, a exploração de um novo recurso: o lítio.

22 de agosto

Este mês de resistência contra a mineração terminou na freguesia de Cerdedo, no Barroso, num Clamor contra as Minas. Na capela da Senhora do Monte, mais de uma centena de pessoas se reuniu para uma missa em que o padre lançou o alerta para os perigos que estes projectos representam para o Barroso, para os modos de vida das populações e para as gerações vindouras.

Solidariedade aquém e além fronteiras

Durante Julho e Agosto a mineração foi tema de discussão em Lisboa, Porto, Guimarães e Coimbra. Nesta última cidade, a conversa foi organizada pela Assembleia da Caravana Zapatista. Foi também no contexto da Viagem pela Vida (Gira Zapatista) que a luta do Barroso e o plano de mineração de lítio em Portugal percorreram o norte da península ibérica rumo aos Encontros Intergalácticos na ZAD. Uma viagem que proporcionou, em vários pontos da Galiza, Cantábria e País Basco, e na própria ZAD, uma série de conversas e encontros com companheiras de outras lutas anti-mineração, de organizações internacionalistas, das estruturas locais que preparam a recepção das zapatistas, e de povoações e comunidades que mantêm a gestão colectiva de terrenos equivalentes aos nossos baldios.

outras latitudes. É sempre bom saber como se instala a mineração noutros países, que métodos e estratégias utilizam, como lidam com as populações e com as autoridades locais, como respeitam e cumprem a legislação ambiental e o plano de lavra, etc. Por outro lado foi enriquecedor o testemunho dos intervenientes, cada um à sua maneira, a explicar como se organiza a resistência às minas nas suas regiões, como conseguem os apoios, que estratégias utilizam e que objectivos têm atingido».

Nesse sentido, afirma o Movimento Não às Minas – Montalegre, «a presença de uma delegação da gira zapatista foi muito útil, pela vasta experiência que eles têm na defesa dos seus territórios e do seu modo de vida, contra vários tipos de agressões, entre as quais se inclui a mineração», referindo-se à ao dia 17, quando se dinamizaram sessões sobre resistências ou estratégias de organização.

Para este Movimento, no decorrer do Acampamento, «estabeleceram-se laços de proximidade e contactos com membros de outras associações e movimentos», referindo ainda que «o acampamento serviu também para atrair outras pessoas e outras organizações para a luta contra as minas a céu aberto, numa região classificada como Património Agrícola Mundial pela FAO [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura], com todas as consequências que as mesmas trarão, em termos ambientais, económicos e sociais».

Voltaremos e levaremos amigos também

A ideia de que «ninguém saiu indiferente da experiência, nem visitantes nem anfitriões», é sublinhada por Renata Almeida, que esteve no Acampamento do Barroso em representação do Movimento ContraMineração Beira Serra: «Só podemos amar o que conhecemos e todos ficámos a conhecer Covas – todos ficámos a amar Covas», considerando, nesse sentido, que «o Acampamento foi um marco muito importante na luta anti-mineração, para Covas do Barroso, para o Barroso e para todos os outros territórios nacionais ameaçados com exploração ou prospecção».

> Conhecer outras realidades é sempre alargar consciência e entrever novas possibilidades, novas formas de fazer, ousar sonhar outros desfechos.

Renata Almeida realça a importância de um acontecimento que não se reduz a uma acção, antes se prolonga no tempo. Essa característica proporcionou «a colaboração entre a população e membros de diversos movimentos, o que permitiu à população sentir-se mais apoiada e a todos os participantes terem a experiência directa do modo de vida da população, estabelecerem laços afectivos próximos com as pessoas concretas que lutam localmente e conhecerem a beleza e equilíbrio ambiental que está ameaçado».

«O Acampamento permitiu um mergulho no concreto e no íntimo. Durante aqueles dias, a luta teve nomes e rostos e montes e campos e rios e fontes e vacas que se tornaram reais para cada um dos que lá esteve. Também vimos e sentimos as dificuldades, comuns a quase todas as zonas rurais: uma população a envelhecer, os jovens que querem partir para vidas melhores, casas e campos abandonados…»

Para Renata é igualmente fundamental que este acontecimento tenha permitido perceber que todo o combate travado até então estava a ter um eco que ainda «não era evidente até esse momento», sendo agora notório que existe um «alargamento importante das bases de apoio da luta». Um apoio «de fora» que se junta a um cada vez maior apoio «de dentro»: «Creio que o Acampamento funcionou como mobilizador para alguns indecisos que ainda pudessem existir em Covas. Nas várias actividades em que participei, a população esteve sempre presente».

Do programa do Acampamento, Renata, que não esteve presente em todos os dias, destaca também o encontro de movimentos da manhã do dia 15 de Agosto, onde pode constatar o alargamento de apoios, «mas também a presença do poder local e da população», sublinhando ainda os «momentos de convívio informais entre elementos dos diversos movimentos, descontraídos, em caminhadas ou junto ao rio, o que reforça redes de conhecimento e confiança e, em alguns casos, permitiu finalmente conhecer pessoalmente companheiros "do zoom"».

Para além disso, Renata Almeida realça a inspiração que é «poder ver como companheiros em luta contra as minas noutros locais do mundo têm lidado com o problema e que estratégias têm desenvolvido para sensibilizarem a população e defenderem os seus territórios, nomeadamente em Espanha e no México. Conhecer outras realidades é sempre alargar consciências e entrever novas possibilidades, novas formas de fazer, ousar sonhar outros desfechos e, nesse sentido, foi muito importante este intercâmbio de experiências».

Finalmente, Renata deixa-nos uma nota de esperança: «Creio que o acampamento e a boa energia e sentido de entreajuda que implicou vão funcionar como "massa mãe" de outras iniciativas e tornaram palpável a solidariedade que é possível mobilizar para com e nas zonas ameaçadas», um toque de ironia: «O interior rural na intimidade não é o que se imagina num gabinete da capital ou da City em Londres», e uma declaração de intenções: «Voltaremos, tantas vezes quantas forem necessárias, até a ameaça desaparecer. E levaremos amigos também».

Hoje vamos falar dos Jantares da Esplanada no RDA

INES X
LISBOA-ALENQUER
ANO 2 DA PANDEMIA

Conheci pela primeira vez os jantares da esplanada quando encontrei uns amigos que não via há muito e que me falaram de uma situação preocupante e urgente no RDA 69 (Associação localizada na freguesia dos Anjos em Lisboa) que precisava de ajuda e soluções, mais precisamente um acampamento sem-abrigo frente às suas portas. Já há algum tempo que não lá ia e não participava das atividades do RDA sendo para mim uma surpresa encontrar este cenário apesar de em Lisboa haver um número crescente de pessoas com dificuldades, entre outras, de habitação e que vão preenchendo as ruas.

Os jantares são conhecidos como normais atividades do RDA mas, os jantares da esplanada, como nos explica o Nuno R, vêm no seguimento e como resposta a um primeiro pequeno acampamento que se foi instalando ali e que através do estabelecimento de boas relações foi cativando e trazendo novas pessoas e dinâmicas ao lugar. Mais pessoas vieram e com elas tendas que se foram integrando no espaço. A ideia a partir daqui foi a de integrá-los de uma forma ativa em que eles propusessem as suas atividades e estabelecessem a sua própria dinâmica utilizando o espaço como SEU e não ali fossem simplesmente à procura de assistência, fazendo o espaço servir a TODOS. Assim surgiram às quintas feiras os jantares da esplanada.

Desta forma, quando cheguei ao RDA encontrei de facto um acampamento em frente ao portão com mais de 20 pessoas que ali vivem em tendas.

Percebi rapidamente que ali estavam pelo apoio e ajuda que recebiam através das instalações mas sobretudo pelo apoio humano. Estas pessoas aqui se encontram pelas mais diversas razões, como muitos de nós: a sua situação tornou-se difícil, complicada, exigente e impossível... mas sobretudo pois ali há possibilidade e potencial. Todos têm um passado e um futuro, uma profissão, uma vida, um sonho. São realidades suspensas, sem dinheiro, sem papéis, sem casa.

O esforço do coletivo, entre outros esforços, teve como finalidade apoiar esta comunidade que se foi formando, desde a necessidade óbvia da alimentação e de se ter um sítio para cozinhar, ao acesso a produtos de higiene e também, um mais recente apoio legal, foram prioridades. A ideia é fazer um espaço onde a horizontalidade reine e onde em conjunto, coletivamente, se consigam sanar necessidades, mas também sonhos e desejos. Os jantares da esplanada gerem estas necessidades e este coletivo encontrou uma maneira de financiar através das suas atividades estas mesmas necessidades. Novamente, segundo o Nuno R, é para isto que o RDA serve, como ele nos explica: «diria que o objetivo principal (dos jantares) não passa por satisfazer as necessidades de tal ou tal pessoa (numa lógica que poderia estar mais próxima da caridade ou assistência), mas sim ver de que forma conseguimos fazer coisas em conjunto», assim «transformar o RDA num espaço "infraestrutural" que possa responder a necessidades várias e de várias pessoas, tendo como base esse princípio do fazer em conjunto/coletivamente - seja com pessoas em situação de sem-abrigo, seja até com quem não está tão mal».

> Todos têm um passado e um futuro, uma profissão, uma vida, um sonho. São realidades suspensas, sem dinheiro, sem papéis, sem casa.

Desta forma as diferentes necessidades que foram chegando transformaram-se em propostas, os jantares foram-se sucedendo e o espaço foi passando a ser progressivamente cuidado por estas mãos. A iniciativa para esta atividade acontece já de forma totalmente autónoma e o conhecimento do espaço e das dinâmicas é total, deixando o seu cunho e caráter no lugar.

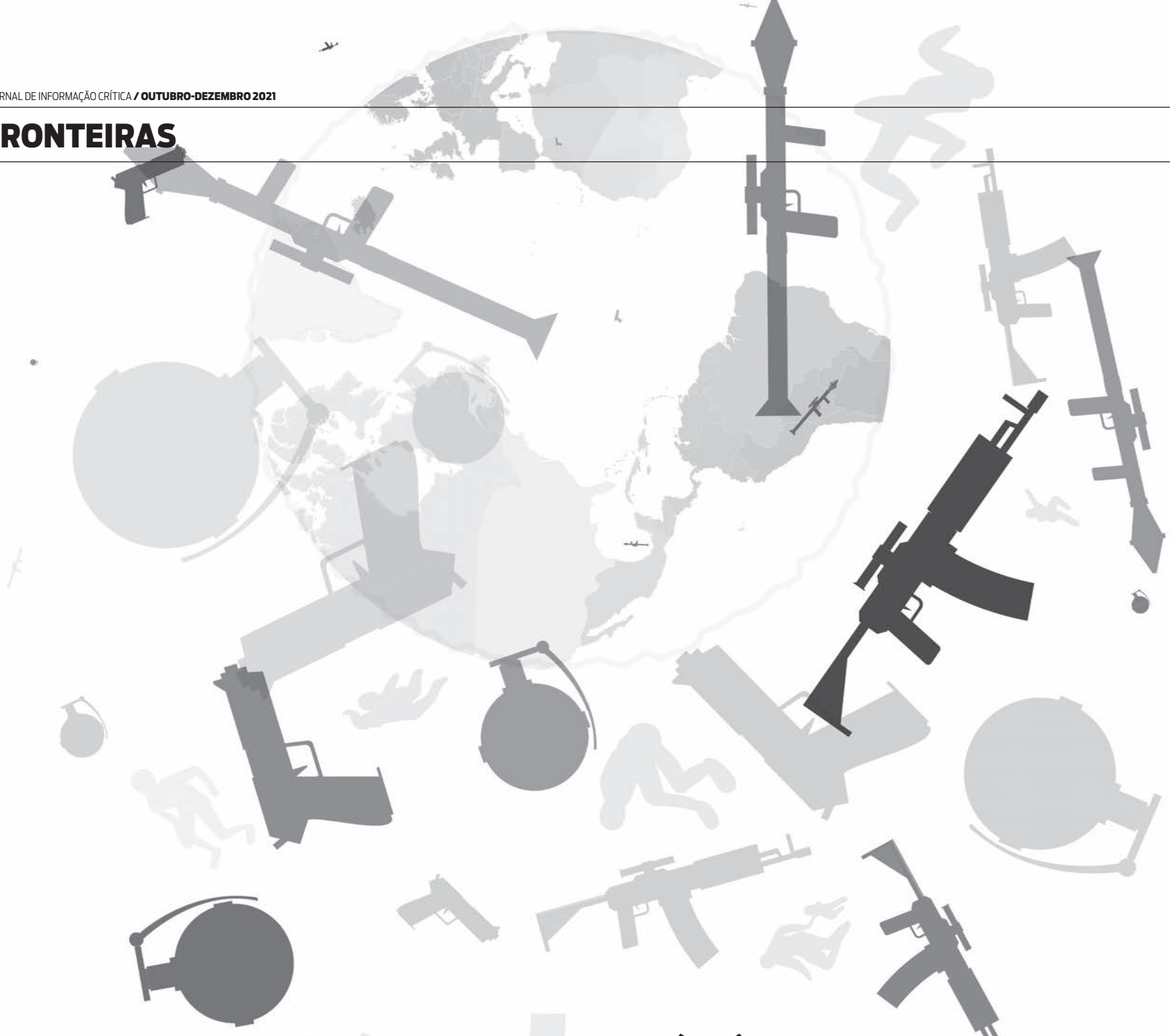
Depois de participar, apoiar e integrar o espaço nestas atividades a minha impressão é a de que o RDA está de certa maneira irreconhecível. A comunidade que o habita tem uma necessidade e uma vontade indefectíveis e o espaço não é um bar, não é um restaurante, é um porto de abrigo e um lugar de união. Cada vez menos existe uma separação entre os que lá vão e os que organizam. Existe aqui uma necessidade real de criar a vida num mundo a cair aos pedaços, como sublinha o Nuno: «Como habitar o fim do mundo? Como fazer face ao colapso em que vivemos? Como criar ferramentas para garantir a nossa reprodução para lá do estado e do mercado?».

Muita pica vem daqui, ideias, projetos, coisas novas e velhas a fazer e refazer.

Na minha opinião aquilo que torna esta iniciativa especial, não é a assistência prestada à comunidade nem a sua oportunidade política, mas antes a autonomização da comunidade em relação à sua vida e às suas necessidades assim como a sua consciência enquanto grupo que pode ativamente mudar o seu futuro, e que juntos encontram um meio para fazer frente às dificuldades que têm através das suas próprias iniciativas.

Este acampamento está ameaçado com o fim da pandemia e das eleições e já existem iniciativas para retirar estas pessoas dali, desde limpezas camarárias, à tentativa de instalar baias que impeçam a instalação das tendas levantadas, assim como pressões várias das autoridades.

Desta forma, estes jantares que começaram com uma aproximação simples desenvolveram formas de entreajuda, projetos e um grupo que ganha cumplicidades e competências para os desafios que possamos enfrentar e que se baseia num sentido de comunidade aberta, sem pressupostos, mas com aprendizagens e sobretudo que possa ser feito de forma horizontal para que possa realmente servir todos os que nele se revêem.



Europa: arma(s) de fazer migrantes

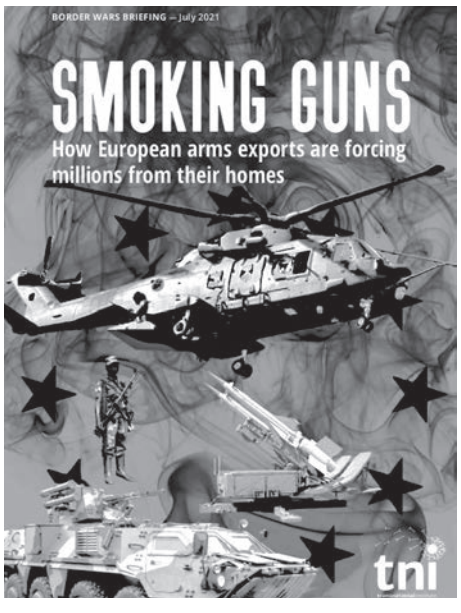
TEOFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO **ANA FARIAS**

Num relatório publicado a 28 de Julho passado, o Transnational Institute[1] (TNI) encontrou ligações directas entre a exportação europeia de armas e o deslocamento forçado de pelo menos 1,1 milhões de pessoas. Na verdade, este documento confirma que, ao contrário do que nos é frequentemente dito, as armas europeias são utilizadas directamente não para defender populações ou para atingir uma qualquer segurança local ou regional, mas para desestabilizar países e regiões inteiras. O relatório «Smoking Guns: How European arms exports are forcing millions from their homes[2]» surge no 70.º aniversário da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados[3].

Neste relatório, o TNI chegou a várias conclusões, sendo a primeira e mais fundamental a de que «as armas e os equipamentos militares fabricados e licenciados na Europa e vendidos a países terceiros provocam migrações e deslocamentos forçados». Num caso, houve componentes do helicóptero italiano T-129 ATAK que foram exportados para a Turquia e, depois, utilizados em dois ataques no norte da Síria, no seguimento dos quais cerca de 280 mil pessoas foram forçadas a fugir. No Iraque, os combatentes do Estado Islâmico utilizaram mísseis (e lança-mísseis) búlgaros, nomeadamente em Ramadi, de onde foram deslocadas mais de meio milhão de pessoas. A Bulgária também exportou armas de assalto, sistemas de artilharia de grande calibre, metralhadoras ou granadas para a República Democrática do Congo, que as utilizou em 2017 (na província de Kivu do Norte), o que coincidiu com o deslocamento forçado de 523 mil pessoas. Houve ainda mísseis britânicos, franceses e alemães que foram colocados em drones feitos na Turquia e exportados para o Azerbaijão. Esses mísseis acabaram por ser utilizados no conflito de 44 dias no Nagorno Karabakh, durante o qual cerca de 90 mil arménios (mais ou menos metade da população arménia naquela zona) tiveram de fugir.

Outra das conclusões importantes deste documento é a de que os países europeus estão entre os maiores exportadores de armas letais, tendo praticamente 26% do respectivo mercado desde 2015. Os cinco maiores exportadores europeus de armas (França, Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido) são responsáveis por 22% das vendas globais no período 2016-2020. Por outro lado, as exportações militares da Bulgária, da Croácia e da Roménia aumentaram muito, com uma grande proporção desse aumento a corresponder a mercados da Ásia ocidental.

As empresas implicadas nestes negócios são já (quase todas) bastante conhecidas. Muitas delas acabarão ainda por lucrar com os mecanismos de fechamento de fronteiras aos migrantes que as suas próprias armas criam: Airbus (França-Alemanha), Arsenal (Bulgária), BAE Systems (Reino Unido), Baykar Makina (Turquia), EDO MBM (Reino Unido), Intermarine (Itália), Kintex (Bulgária), Leonardo (Itália), Roketsan (Turquia), SB Aerospatiale (França), TDW (Alemanha), Turkish Aerospace Industry (Turquia) e Vazovski Mashinostroitelni Zavodi EAD (Bulgária).



Deixemos, agora, aqui, as palavras finais do relatório:

«As armas fabricadas na Europa causam destruição que expulsa as pessoas das suas casas. Alguns destes deslocados tentam chegar à Europa em busca de asilo, na direcção inversa das armas que os deslocaram. A Europa vê estas chegadas como uma ameaça e responde através da militarização das rotas dos refugiados e das fronteiras que eles tentam atravessar. […] A regulação existente do comércio de armas tem inúmeras falhas, é altamente controversa e falta-lhe uma monitorização adequada, mecanismos de fiscalização e de responsabilização. Como tal, serve para facilitar, em vez de inibir, negócios de armas problemáticos. A Europa está a criar refugiados através do seu comércio de armas. Se a União Europeia e os seus Estados-membros querem genuinamente tratar do que consideram uma "crise migratória" […] têm de reavaliar o que entendem por migração e reconhecer que as armas europeias provocam deslocamentos e migrações forçadas.»

NOTAS
1 https://www.tni.org/
2 https://bit.ly/3mkCwpF
3 https://bit.ly/2YjEOgw

Floresta Colonial: a eucaliptização de Moçambique

Sob o pretexto do «reflorestamento», da «descarbonização» e a troco de «empregos», na última década, a expansão gigantesca da monocultura do eucalipto pela Portucel Moçambique tem levado ao fim das terras comunitárias e das machambas que garantiam a perene sobrevivência de comunidades rurais, condenadas a viver sem nada e impotentes perante o desenvolvimento do eucalipto.

Álvaro Nogueira

JOÃO VINAGRE
JOAOVINAGRE@JORNALMAPA.PT
FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A plantação de eucalipto em Portugal deixou o ecossistema autóctone como uma longínqua lembrança do que fomos territorialmente e culturalmente há mais de meio século atrás. Depois dos grandes incêndios, a Navigator Company – ex-Grupo Portucel Soporcel, detentora da Portucel Moçambique e líder europeia da produção de pasta e papel – enfrentou uma forte contestação ao crescimento da eucaliptização e apostou em Moçambique, aquela que é a sua nova grande exploração, realizada sob o manto e o financiamento da «economia verde».

No passado mês de Julho entrou em Portugal a primeira carga de eucalipto oriunda de Moçambique, iniciando a exportação do projecto de 356 mil hectares dirigido pela Portucel Moçambique. A área é três vezes maior do que a área que a Navigator Company controla em Portugal e foi atribuída pelo governo moçambicano em 2009 e 2011 numa concessão renovável a 50 anos. Em nome da redução de emissões de carbono e sob a égide de programas de desenvolvimento, sustentabilidade e combate às alterações climáticas, a fileira moçambicana do eucalipto surge apoiada pelo Banco Mundial através do Programa de Investimento Florestal (FIP: *Forest Investment Program*) conduzido pela International Finance Corporation (IFC), a quem cabem 20% das ações da Portucel Moçambique.

O investimento do FIP no âmbito do programa REDD+ (*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*) em Moçambique, o MozFIP, enquadra-se no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável e no Projeto «Floresta em Pé». Um orçamento de 47 milhões de dólares anunciado na página do MozFIP, numa combinação de subvenções e empréstimos, e que geograficamente abarca 8,9 milhões de hectares, num total de 16 distritos nas províncias da Manica, Zambézia e Cabo Delgado. Em 2016, a IFC anunciara um investimento em curso de 30 milhões de dólares e outros 24 milhões a caminho. Até ao final de 2019, o investimento anunciado pela Portucel Moçambique somava já 120 milhões de dólares em 13 500 hectares de eucalipto. Na previsão da Portucel para esta primeira fase, os números poderão chegar a 260 milhões de dólares de investimento; 40 mil hectares de plantação; a construção de uma fábrica de estilha de madeira; e com o objectivo de exportação de um milhão de toneladas, uma faturação anual na ordem dos 100 milhões de dólares. Uma segunda etapa prevê outros 2,3 mil milhões de dólares de investimento, 120 mil hectares de floresta e a uma fábrica de pasta para papel, subindo a parada para uma faturação de mais de mil milhões de dólares anuais.

O financiamento à Portucel Moçambique e às grandes empresas florestais pelo FIP surge ao abrigo da «Redução de Emissões no Sector Florestal através de plantações Florestais com Grandes Investidores». Com contribuições globais de 785 milhões de dólares, o FIP resulta num mecanismo florestal do quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima nos países em desenvolvimento, visando a conservação, gestão sustentável das florestas e melhoria dos stocks de carbono florestal. Moçambique é um dos 23 países contemplados, entre o Bangladesh, Brasil, Burkina Faso, Camboja, Camarões, República do Congo, Costa do Marfim, Congo, Equador, Gana, Guatemala, Guiana, Honduras, Indonésia, Laos, México, Nepal, Peru, Ruanda, Tunísia, Uganda e Zâmbia.

Para o Plano de Investimento Florestal, este modelo empresarial e a atividade florestal de plantação «contribuirá de facto para o sequestro de carbono em toda a geografia em que é implementado» e «os investidores estão também profundamente preocupados com as florestas indígenas que se encontram dentro e em redor das plantações da Portucel, dentro da paisagem do mosaico, e estão a investigar formas de as preservar.» Porém, o relatório de apresentação de 2016 do FIP não

esconde que «será exercida uma maior pressão sobre os elementos não plantados da paisagem. Estas terras são actualmente utilizadas para a agricultura, para a madeira, para a produção de carvão vegetal, para lenha, e para uma vasta gama de produtos florestais não lenhosos, incluindo plantas medicinais, bem como alimentos de emergência para serem consumidos durante os períodos de fome. A preocupação é que o aumento da pressão sobre as áreas restantes pode levar a uma perda de benefícios para as comunidades locais dessas áreas, resultando numa redução global da prosperidade se a perda de benefícios das áreas restantes não plantadas superar o complexo de benefícios a serem derivados das plantações.»

Nesse cenário, a solução promovida «é o emprego e o emprego secundário para os membros da comunidade» e um novo território moldado pelas chamadas «Novas Florestas Multiusos, com operadores de concessões florestais naturais e utilizadores comunitários, bem como plantações florestais comerciais e a sua interacção com as comunidades». A interacção equaciona «equilibrar as necessidades de desenvolvimento comercial com a preservação de áreas florestais naturais» e acusa as comunidades das más práticas da «agricultura itinerante e as colheitas florestais insustentáveis e ilegais». De acordo com o modelo empresarial, que ordena o território, «os benefícios para as comunidades virão do envolvimento na plantação, produção, comercialização e transformação de madeira, o que criará oportunidades para os cultivadores de fora para diversificar os meios de subsistência e aumentar a resiliência. A restauração de terras degradadas irá melhorar as funções dos ecossistemas, a viabilidade dos *habitats* e os benefícios sociais.» Na legitimação do modelo enquanto «participativo e inclusivo», como país piloto do FIP, Moçambique recebeu 4.5 milhões de dólares americanos do Mecanismo de Doação Dedicado para Comunidades Locais (DGM), uma subsecção destinada a «garantir direitos aos Povos Indígenas e Comunidades Locais». Mas as vozes que se ouvem das comunidades e de diversos grupos moçambicanos contrariam as promessas idílicas do novo modelo territorial.

Terra a troco de uma chapa de zinco

Anabela Lemos, directora do grupo moçambicano Justiça Ambiental (JA!) declarava, em Julho de 2021, que «a Portucel Moçambique afirma que as suas plantações estão a melhorar as condições de vida das comunidades rurais e a trazer desenvolvimento económico para Moçambique. Na realidade, este projeto neocolonialista está a usurpar terra e meios de subsistência a milhares de famílias camponesas, deixando as mesmas sem opções de vida. Enquanto as famílias camponesas perdem tudo que de mais valor tem a Portucel exporta madeira de baixo valor por mais de 11.000 km para abastecer as fábricas da Navigator em Portugal e ainda afirma que está a contribuir para o desenvolvimento das mesmas. As promessas feitas às comunidades de empregos, vidas melhores e infraestrutura aprimorada foram todas quebradas.»

No «papel», a Portucel apresenta-se como uma empresa sustentável, tendo mesmo a melhor avaliação dos últimos anos no ESG Risk Rating 2020, que avalia os riscos relacionados com factores ambientais, sociais e formas de gestão. Na verdade, esta avaliação deveu-se ao acordo estabelecido com o banco BBVA para o lançamento do produto financeiro Papel Comercial Green em Portugal em 2019, ano em que a empresa foi também distinguida pelo Carbon Disclosure Project

> Apesar dos valores multimilionários da facturação, os pagamentos eram frequentemente feitos não com dinheiro, mas com chapas de zinco, cimento, comida...

como líder global na actuação climática corporativa. A semântica ambiental, no caso da Portucel Moçambique apoiada pela organização não governamental internacional World Wide Fund for Nature (WWF), projecta, na sua campanha corporativa «O Nosso Contributo para Moçambique», a imagem de comunidades saudáveis e felizes. A realidade no terreno é bem diferente.

Tentando divulgar o real impacto do investimento da Portucel em Moçambique, vários grupos moçambicanos têm vindo a registar imagens e testemunhos, e promovido estudos, debates e encontros de informação, utilizando ao máximo os meios disponíveis para combater a desinformação passada para a Europa sobre o Eucalipto nas suas terras, ao mesmo tempo que procuram apoiar e organizar os camponeses.

Em 2017, a Ação Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), uma organização da sociedade civil fundada em Outubro de 2007 por jovens estudantes universitários, lançou a campanha «Um Hectare! Uma Folha de Zinco!», registando testemunhos de várias comunidades afectadas pela monocultura de eucalipto. As histórias recuam a 2010/2011, quando a Portucel iniciou o contacto com as populações para plantar eucalipto em Moçambique com promessas de lhes melhorar a vida. Após os acordos políticos, a empresa contactou os chefes das comunidades para convencer os locais a entregar as suas machambas – terrenos de cultivo familiares – e a trabalhar para a empresa. Apesar dos valores multimilionários da facturação, os pagamentos eram frequentemente feitos não com dinheiro, mas com chapas de zinco, cimento, comida…

Num desses registos, Augusto Cassiene, agricultor a quem foram prometidos 50 anos de trabalho, viu nas promessas da Portucel a fuga à pobreza, mas quando começaram os trabalhos começaram os problemas. Não havia equipamento, tendo a empresa dito que quando recebessem podiam ir comprar catanas, botas e luvas para trabalhar. Augusto trabalhou 4 meses na empresa sem receber ordenado ou as chapas de zinco e diz-se derrotado pelos «biscateiros» da empresa. Augusto entregou 3 hectares que a empresa avaliou em 12 chapas de zinco e hoje, como muitos dos habitantes locais, vê-se obrigado a alugar machambas noutras comunidades. Num sentimento comum de quem perdeu as machambas e o seu futuro como comunidade, conclui desolado: «Eu não ganhei nada. Ele é que ganhou. Eu trabalhei, eu não recebi chapa… Eu perdi».

Angélica Simão foi uma das camponesas a quem os líderes locais pediram para aceitar entregar as terras comunitárias para plantio de eucalipto. Ao seu lado, no registo vídeo da ADECRU, Araque Simão testemunha o *modus operandi* da empresa na sua localidade. «Primeiro, tiraram as casas, depois as machambas». A pouca água que servia a comunidade e atraía animais deixou de correr, e agora só ao pé dos eucaliptos se consegue água, nas lagoas de regadio da empresa. «Aqui não tem água. A bomba de água que empresa deixou trabalhou uns meses, ninguém vem arranjar». Quando as terras comuns acabaram, a Portucel começou a pedir as machambas particulares, que não eram pagas, mas trocadas por vencimento, placas de zinco e sementes melhoradas.

Não satisfeito com a ocupação das terras, este modelo empresarial e territorial aumenta os problemas e a dependência das comunidades locais, ao distribuir sementes melhoradas através do seu Programa de Desenvolvimento Social e ao desviar as águas para optimizar o seu produto. Estes são os primeiros passos para desaparecerem as sementes tradicionais em proveito do mercado dos Organismos Geneticamente Modificados.

Noutro testemunho, Assita Américo recorda como a sua comunidade foi contactada em 2010 pela Portucel. Meses depois já não pensavam na empresa, mas em 2012 a empresa voltou, quando já ninguém acreditava nas suas promessas subjacentes ao pedido para que a comunidade trocasse os terrenos das melhores machambas pelo plantio de eucalipto e por trabalho. Mas, a pouco e pouco, com a pressão social, financiada pela empresa, as pessoas começaram a entregar as suas terras e machambas, e mesmo algumas pessoas que não tinham um hectare pediam dinheiro emprestado para comprar mais terreno e entregar à empresa em troca de emprego, para assegurar o seu futuro e o da geração seguinte. Assita relata que a empresa devastou tudo, machambas activas e saudáveis, e até as provisões de milho para o inverno. «Era tudo perda para a população». Recorda-se do técnico do Ministério da Agricultura apresentar documentos que diziam que eles não estavam a fazer nada com a terra e a empresa sim, pelo que só ia respeitar a empresa. Pois, como as terras não estão registadas, podem fazer o que querem com elas. Sob as ameaças de que não

tinham registos e com medo de ir para a cadeia, a comunidade via-se de mãos atadas, enquanto a empresa avançava. «Já não temos saída, estamos a cultivar noutras comunidades. Aqui já ninguém cultiva. Todas essas machambas de eucalipto eram as nossas machambas» diz Assita.

Verónica Simão tinha uma terra no meio das outras, que foram vendidas. Mantendo a única machamba activa, já não tinha ajuda para a capinar e, sozinha, era muito difícil fazê-lo. Acabou por vender também um hectare com a promessa de 12 chapas de Zinco, das quais só recebeu seis.

E o papel da sustentabilidade!?

A propósito destes testemunhos, Perito Traquinho, técnico da ADECRU, dá como evidente a violação dos direitos humanos e do direito à soberania alimentar. A subida das queixas de comunidades contra a implementação de grandes projectos de plantio de eucalipto em Moçambique tornou-se impossível de escamotear. Comunidades inteiras perderam as suas terras e habitações para a Portucel, e são várias famílias que perdem a capacidade de gerir as suas vidas. Daí resulta, de acordo com a portuguesa QUERCUS, a exigência, por parte de diversas ONG a trabalhar em Moçambique, de que sejam revogadas as concessões da Portucel Moçambique, face aos impactos negativos que as plantações estão a ter na subsistência e segurança alimentar das comunidades agrícolas rurais, e em cerca de 24 000 famílias que podem ser impactadas pela futura expansão das plantações.

Em 2010, activistas brasileiros da Rede Alerta contra o Deserto Verde registaram a sua visita a Moçambique num vídeo com o nome «Ninguém come eucalipto! Em Moçambique também não!». Aí, Batista Moto, camponês moçambicano, diz que aceitaram as plantações porque são muito pobres e queriam melhorar a sua condição social, mas mais uma vez a verdade foi outra: o trabalho é escasso, sazonal e mal pago, passando a viver muitas vezes nas bermas das estradas que rasgam a nova paisagem de eucaliptos.

«Se o eucalipto fosse um alimento, seria bem melhor, mas não é. Além disso, as empresas destroem as árvores nativas e usam produtos químicos que contaminam o solo e a água. Poços e rios secaram e a água potável ficou escassa.»

Em 2021, mais de uma década depois, no dia 21 de Setembro, Dia Internacional Contra as Monoculturas, teve lugar o Encontro Internacional «Como Resistir às Plantações de Monocultura», organizado pela ADECRU, a Justiça Ambiental (JA!), a Missão Tabita, a Associação de Jovens Combatentes Montes Errego, o Fórum Carajás – Brasil, a Fundação Suhode da Tanzânia, Amigos da Terra Moçambique, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Brasil) e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM). Do evento saiu uma Carta pública alertando para «o perigo real de uma expansão gigantesca de monoculturas de árvores no mundo», sob o falso pretexto de «reflorestamento», denunciando um relatório produzido em 2019 pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a WWF-Quénia que identifica uma área de 500 mil hectares em 10 países africanos apta para o plantio de monoculturas de árvores por empresas privadas.

Em troca de emails com activistas da JA! ao Jornal MAPA, estes sublinhavam como «a narrativa da Portucel e da indústria de monocultura tem que ser destruída. A Portucel gaba-se imenso das suas largas extensões de terra plantada, gasta fortunas em publicidade para convencer os distraídos que vieram para Moçambique para ajudar os «desgraçadinhos» dos moçambicanos, que têm tanta terra e nem sabem o que fazer com esta. Isto é mentira, é completamente falso. »

«A Portucel adquiriu através do Estado terras ocupadas por comunidades locais, terras que servem de meio de subsistência a estas comunidades e depois, por meio de promessas de vida melhor, convenceu-as de que, ao ceder as suas terras, teriam empregos e vida melhor. Na realidade, e se se conhece um pouco o processo de aquisição de terra em Moçambique, a Lei protege as comunidades locais, e estas devem ser consultadas e devem concordar com a cedência de terra. No entanto, a grande maioria destas comunidades locais não têm conhecimento da Lei, dos seus direitos, nem tão pouco que podem recusar-se a ceder terra. E, agravando esta falta de conhecimento das Leis e dos seus direitos, há também uma enorme barreira, que é a língua: embora o português seja a língua nacional não é do domínio de todos, e estas consultas comunitárias devem sempre ser traduzidas nas diferentes línguas locais. Infelizmente, esta falta de educação, de conhecimento e, em muitos casos, de empoderamento comunitário leva à submissão ao governo e aos "chefes". Todos os processos de consulta comunitária são acompanhados pelos "chefes" e poucos ousam desafiar o que é dito nestas consultas, para além de que são também muitas vezes selecionados os que devem estar presentes e os devem falar. E assim foi com a Portucel».

Um dos ecos da Carta pública «Como resistir às plantações de monocultura?» foi a peça «Plantio industrial de eucaliptos e pinheiros empobrece comunidades no centro de Moçambique», transmitida pela radio Voz da América, na qual Cade Augusto, morador em Manica, garantiu que «a minha comunidade ficou mais pobre, porque as plantações de eucaliptos fazem sombra às nossas machambas de milho e mapira, definhando as plantas, e a água está a tornar-se cada vez mais escassa, porque essas plantações industriais sugam muita quantidade». Noutro testemunho, Marta Bengala que vira a sua machamba ser ocupada pelo eucalipto em 2013, sendo transferida para uma zona infértil a quase 30 kms de sua casa, referia agora que «as plantações de eucalipto já atingiram a nova machamba e devo ser transferida novamente para um outro lugar, no distrito de Muanza, quase 50 kms mais longe. Como vou produzir e me sustentar?».

Todo este impacto do investimento da Portucel e de outras empresas de papel nas zonas rurais de Moçambique tem levado os camponeses ao desespero. As falsas promessas da Portucel são reconhecidas em todas as províncias.

Na carta pública de 2021, unindo diversas frentes de contestação, é sublinhado que «há anos, estas comunidades resistem às plantações de monocultura de eucalipto das empresas Green Resources em Moçambique e na Tanzânia, da empresa Portucel em Moçambique; da empresa Investimentos Florestais de Moçambique (IFM) e as plantações de monocultura de seringueira da empresa Mozambique Holdings em Moçambique». Pelo que «resolveram romper o silêncio imposto pela pandemia e denunciar mais uma vez que as empresas de eucalipto e seringueira chegaram nas suas terras – em alguns casos há muitos anos atrás – com promessas de desenvolvimento, um futuro com escolas, hospitais, energia e pontes. No entanto, denunciam que nenhuma destas promessas foi cumprida. E pior, os eucaliptos e seringueiras ocuparam e destruíram as terras férteis das machambas e hoje as famílias não têm mais como se alimentar e algumas não tem mais onde morar. Se o eucalipto fosse um alimento, seria bem melhor, mas não é. Além disso, as empresas destroem as árvores nativas e usam produtos químicos que contaminam o solo e a água. Poços e rios secaram e a água potável ficou escassa. Em vez de construir pontes, as empresas destruíram pontes com as suas máquinas pesadas, sem se preocupar em repará-las. As comunidades sentem medo de atravessar as áreas de monoculturas. Mesmo já a ocupar extensas áreas, as empresas querem ocupar ainda mais terras.»

Chegando a uma constatação: «toda esta situação está a causar muito sofrimento, muita fome nas comunidades e afecta de forma particular as mulheres. O Governo abriu a porta para as empresas e investidores e a fechou para o povo. O que está a acontecer é uma nova forma de colonialismo onde a empresa é a novo colonizador das terras». E a um sentido muito claro: «mesmo que as empresas não parem de expandir, mesmo que tentem intimidar e ameaçar, nós comprometemo-nos a continuar a unir-nos na luta contra as monoculturas e a destruição e usurpação de terras; mesmo que as empresas e governos nos insultem, vamos continuar a buscar formas para que as comunidades possam retomar os seus territórios».

Vivemos na escuridão

Temos olhos mas não vemos a natureza

No segundo testemunho da série Testemunhos do Capitalismo Verde – que dá voz aos afetados pela mineração de lítio – mantemo-nos no salar de Atacama, no Chile. Agredidas por diferentes extrativismos, as comunidades indígenas de Tulor e Beter exigem ser consultadas sobre a mineração e o 'desenvolvimento' a decorrer nos seus territórios ancestrais.

Raul Chinchilla na sua quinta ou 'chacra', em Beter. 2019.

GODOFREDO PEREIRA

Raul Chinchilla é agricultor e Vice-presidente da Comunidade Indígena de Tulor-Beter, em S. Pedro de Atacama, Chile. Conheci o Raul em 2018. No ano seguinte fiquei em sua casa durante uma semana, e foi nesse contexto que tive a oportunidade de gravar esta entrevista. Nessa altura passámos vários dias a caminhar pelos vastos territórios de Tulor e Beter, dois *ayllus* localizados na parte norte do Salar de Atacama. Historicamente, os impactos ambientais da mineração do lítio fizeram-se sentir a sul do salar, em áreas próximas às instalações das empresas Albemarle e SQM. Mas recentemente várias mineiras, tais como a Wealth Minerals e a LiCo Energy Metals, têm-se vindo a interessar pelos depósitos de lítio localizados na parte norte do salar, tendo obtido concessões de exploração nos territórios de Tulor e Beter. Para além dos já conhecidos impactos diretos da extração de lítio sobre o meio ambiente, a indústria mineira acarreta também impactos indiretos, na forma de urbanização de fraca qualidade criada para albergar trabalhadores temporários, o que afeta a qualidade dos solos e a sua capacidade de retenção de humidade, e levando também ao aumento do uso de água para habitação e restauração. A escassez de água é também resultado do crescimento desenfreado do turismo na região, que tem tido impactos muito negativos sobre o meio ambiente local. Mas perante a escolha entre emprego precário numa mina, ou agricultura de subsistência num deserto cada vez mais seco, muitos se viram para o turismo. Assim, afetadas por diferentes extrativismos, as gentes de Tulor e Beter decidiram constituir-se formalmente enquanto comunidades indígenas, não porque precisem de confirmação do Estado Chileno de que são de facto indígenas, mas tão simplesmente para poderem ter direito a serem consultadas sobre os processos de mineração e 'desenvolvimento' a decorrer nos seus territórios ancestrais.

GODOFREDO PEREIRA: Fale-me um pouco sobre si e sobre a sua luta aqui no deserto do Atacama.
RAUL CHINCHILA: O meu nome é Raul Chinchilla, um nativo desta terra do Atacama. Como Atacameños temos uma cultura muito definida pelo território do deserto do Atacama, uma cultura que tem a sua singularidade. Dançamos a 'cueca', que é uma dança carnavalesca, com tambores e acordeões, parte de uma festa familiar, onde se cantam canções, comem-se uvas, onde tudo tem um significado. Talvez não consiga explicar muito bem, mas somos dessa tradição. Parte das nossas festas religiosas são as danças nativas como o El Torito, ou com o 'grupo del negro', ou os 'catimbanos', e outras, danças que são nativas daqui, não vistas em nenhum outro lugar.

A nossa vida, no deserto, é uma vida de grande sacrifício. Sou agricultor, os meus pais eram agricultores, e somos nativos de Tulor e Beter. Vim viver para a cidade de San Pedro de Atacama em 1993. Mas mantenho, como sempre mantive, os nossos terrenos de cultivo em Beter, vou lá todos os dias. Para poder sobreviver com a família, abri um negócio aqui na cidade. Mas a minha essência é a minha vida no campo, não a minha vida de comércio. E a minha essência vem dos meus avós: eles eram muito protetores da natureza. A natureza, para nós, nativos, é também uma pessoa. A natureza cuida de nós, e nós cuidamos dela, falamos por ela, e ela alimenta-nos. Dá-nos vida. A natureza são os nossos antepassados.

Os meus avós já estão mortos. Hoje em dia restam apenas alguns nativos, e isso traz-nos muita dor, muita tristeza. Os meus avós cuidaram dessa riqueza, que é a natureza, com as suas colheitas de milho, trigo, alfafa, gado, e foram muito cuidadosos. Nós, os desta geração, já não somos tão cuidadosos: destruímos aquilo que os nossos avós cuidaram durante gerações.

GP: Pode descrever um pouco de que se trata essa destruição do ambiente da qual fala?
RC: Hoje, o impacto ambiental e a destruição são causados pela extração de lítio e pelo turismo. A cada passo destruímo-nos a nós próprios. Isto acontece porque vivemos na escuridão, temos olhos mas não vemos a natureza. E à natureza devemos muito, porque nos dá vida, alimenta-nos, é um todo. Não somos nada comparados com a natureza. E essa é a nossa realidade. Hoje em dia, aqui em San Pedro, estamos a destruir cada vez mais e não temos conseguido ter uma boa visão de como cuidar da nossa terra.

É por isso que nós, as gentes dos *ayllus* de Tulor e Beter, estamos muito preocupados. Estamos ameaçados pelo motivo do lucro, que destrói estes dois *ayllus* históricos. Dois *ayllus* que têm uma história muito antiga que deve ser respeitada, tanto por nós, como povo, como principalmente pelo Estado. Encontramo-nos em extinção, e vemos os nossos *ayllus* com problemas territoriais. Grande parte do nosso território está em concessão de

empresas privadas, terras que são as nossas terras ancestrais. Queremos recuperar o nosso território, mas para isso precisamos de estudos para compreender e evidenciar o impacto das atividades que têm vindo a acontecer nas nossas terras.

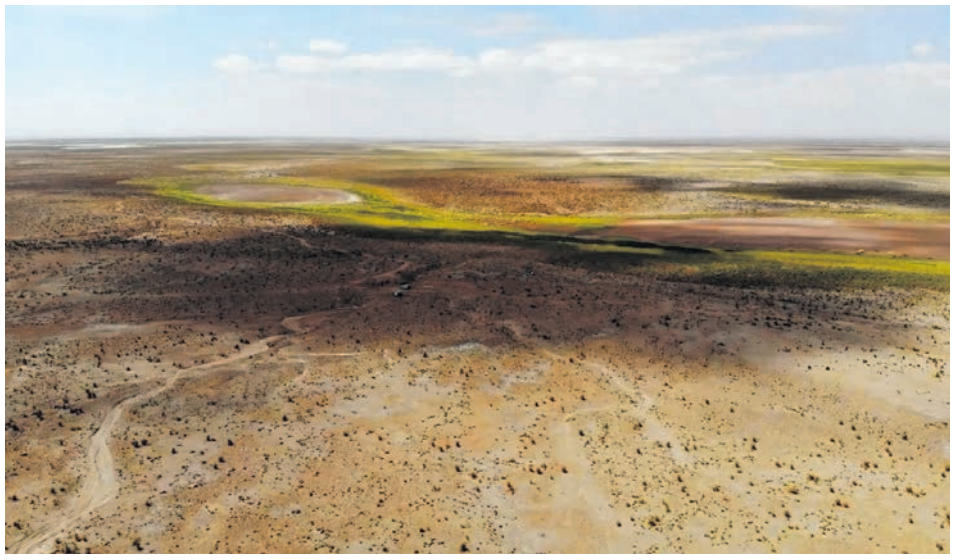
GP: Foi por isso que iniciaram o processo para serem reconhecidos enquanto comunidade indígena?
RC: Decidimos constituir-nos enquanto comunidade indígena em 2018, por forma a poder compreender o que está a acontecer nos nossos territórios ancestrais e lutar por alterações. Somos pequenos e poucos no nosso *ayllus*. Mas queremos preservar o que os nossos avós preservaram. Queremos conservar todos os lugares de agricultura, lugares de pastagem, lagoas, pequenos vales, ruínas, vestígios arqueológicos, tudo o que faz parte do nosso território. Queremos conservar as nossas lagoas, a lagoa *Tebinquiche*, na parte norte do salar propriamente dito, que é um lugar protegido pela natureza; mas também as lagoas *Mosquito*, *Baltinache* e outras, que desde sempre serviram de pastagem para os animais. Eu em criança levava para lá os burros a pastar: são oásis.

Hoje, o impacto ambiental e a destruição são causados pela extração de lítio e pelo turismo. A cada passo destruímo-nos a nós próprios.

Como todos os que cuidam do que é seu, nós o que queremos é conservar e preservar: é isso que nos interessa. Para nós, o lucro não é muito importante quando se trata da natureza. O lucro, o que faz é gerar destruição. Mas quando falamos de natureza, é a conservação e preservação da natureza. É por isso que para nós, como comunidade, é muito importante ter um modelo de dimensão territorial. É muito importante poder ter um modelo de desenvolvimento que seja sociocultural e histórico. Os avanços tecnológicos são importantes, mas têm de ser complementados com a vida cultural de um povo.

Hoje o lucro vem em primeiro lugar, e em segundo lugar há a natureza, e isso gera muita destruição, muita desordem. Esta terra converteu-se numa terra de ninguém. Todos querem ganhar dinheiro e explorar a natureza. Mas assim, provavelmente não vamos viver outros 100 anos. A natureza, como tudo o resto, está a esgotar-se. Hoje em dia, o Atacama é cada vez mais um deserto. A natureza está a morrer, os cultivos estão a secar, e este é o produto da falta de prevenção e de não termos tido cuidado com a exploração mineira, com a sobre-exploração do turismo, pois todos eles exploram a água em demasia, todos fazem o que querem.

No meu *ayllu*, em Beter, existe uma grande empresa chamada *Falabella*. Esta pertence a uma das famílias mais ricas do Chile que se estabeleceu lá, comprando-nos muitas terras. Eles fingem que são protetores da natureza, apresentam-se com um nome tradicional, *Fundación Tata Mallku*, para confundir os nativos, dizendo que estão a resgatar culturas. Mas na verdade não é assim. Como podem vir para este deserto, onde há pouca água, pouca natureza, pouca vida, vir com as suas enormes instalações, e achar que não vêm perturbar os balanços frágeis que aqui existem? Querem destruir tudo. Isto faz parte da realidade da nossa comunidade, onde existem ameaças de todos os lados.



Fotografia aérea das Lagoas de Baltinache, em Beter, que hoje em dia se encontram secas durante quase todo o ano. No horizonte, as instalações de processamento de lítio da companhia SQM. 2019.

Raul Chinchilla junto à sua plantação de milho, indicando como antigamente os cultivos cresciam mais. 2019.

Raul Chinchilla a caminhar pelo deserto, com o vulcão Licancabur no horizonte. 2019.

GP: O que é que vocês acham que conseguem fazer?
RC: Eu, especialmente, como os meus companheiros, cuidamos da natureza, amamo-la muito, é uma vida, é parte... como eu dizia, a natureza é como um ser humano. E todos os dias a minha razão de viver é cuidar dela. Não se pode fazer negócios com a natureza. A natureza é vida. Nunca nos tirarão a natureza... quem nos alimentará depois? Para nós, nativos, o ser humano é algo muito insignificante. Se amanhã a natureza se enfurecer, está tudo acabado. Nesta vida somos ambiciosos, lutamos, destruímos, mas falta-nos muita consciência, muito amor, por nós próprios, pela terra. Se nos amássemos mais, este seria um mundo muito melhor.

GP: Como funciona a comunidade indígena?
RC: Constituímo-nos enquanto comunidade indígena porque precisávamos de criar uma entidade que fosse reconhecida pela lei para poder contestar o que está a acontecer no nosso território. Mas sabemos que esta não é uma comunidade a sério. Antigamente, sim, vivíamos em comunidade. Tudo era partilhado: quando semeávamos todos os membros da comunidade iam juntos, semeávamos em comunidade, fazíamos a *minga*, para ajudar. Um dia para nós, outro dia era para os vizinhos, para ajudar. Um dia semeava e era ajudado, e no dia seguinte faria eu o mesmo por outra pessoa. Era a torna, sempre à vez. Era assim para semear e para qualquer outro trabalho. Quando semeávamos, quando a fruta era colhida, era também partilhada com os vizinhos. Isso era uma parte da gratidão pelos frutos que tínhamos. Eu colhia milho, trigo, e tudo era partilhado. Até os animais, galinhas, etc. Antigamente vivíamos numa comunidade muito organizada.

Ora esse sistema de vida já não existe hoje em dia. Hoje em dia, o que existe é uma comunidade, mas, claro, no papel, confirmada e instituída pelo Estado. E para quê? De certa forma, pode-se dizer que é para que as comunidades lutem, por lucro, por território. Ou seja, há comunidades, não há modelo de comunidade. Hoje tudo é comunidade, mas na sua maioria, comunidades de destruição. Mas o facto é que somos forçados a formalizar esta comunidade para poder sobreviver. Aqui em San Pedro, como já não temos avós sábios, a vida está a tornar-se cada vez mais complicada, para podermos manter as plantas, a sementeira… Não somos muito cuidadosos. Dizemos muitas vezes que queremos [cuidar da natureza], mas não queremos. Temos de querer, de ter respeito. É preciso querer, é preciso ter respeito. Isso acontece aqui e em todo o lado. Há muitas pessoas que falam muito bem, mas que destroem tudo, fazendo negócios com as empresas de extração de lítio, etc.

Há comunidades, não há modelo de comunidade. Hoje tudo é comunidade, mas na sua maioria, comunidades de destruição.

Por isso é que nós nos estabelecemos enquanto comunidade formal. Vimos que o nosso território estava a ser destruído, o que os meus avós tinham deixado, tudo estava a ser destruído. Por isso reunimo-nos, num grupo de pessoas, e dissemos, porque não nos organizamos como uma comunidade para defender o território? Foi por isso que nos conseguimos coordenar: pois era urgente. E iniciámos um processo para demonstrar o que estava a acontecer e os impactos ambientais neste território. Estes dois *ayllus* eram lugares onde havia muita sementeira, muito trigo. Nós estamos a tentar, com a nossa maneira de pensar, fazer as coisas de forma diferente. Mas construir ou proteger qualquer pequeno espaço verde requer muita perseverança, muito amor e muito afeto. Porque não há muita água, a água é escassa, por isso temos de ser engenhosos. As plantas são as pessoas que tenho de alimentar todos os dias. Quando não se tem os meios, tem-se de ter muito amor.

Mudar de alimentação para mudar o mundo

UMA BRUXINHA
ILUSTRAÇÕES **ANA FARIAS**

«A forma como nos alimentamos é uma escolha política e social extremamente importante, e queremos demonstrar essa escolha de forma concreta, cozinhando comida local, vegana e biológica». Quem o diz é Joana que, em conjunto com Manu, dinamiza a partir do Algarve uma cantina ecologista-nómada. Através da Associação Caldeira Negra procuram pela alimentação sensibilizar modos de vida ecossolidários e alternativos. Dos tachos à escrita convidam-nos à mesa para a leitura do presente texto[1].

A alimentação ecossolidária como necessidade política e social

Os sectores da alimentação e da produção agrícola são cada vez mais industrializados o que de um ponto de vista capitalista é considerado a nível político e económico como um «investimento», pelo qual o objectivo de lucrar sobrepõe-se à consideração da alimentação enquanto direito ou necessidade. Para além de não resolver os problemas graves de pobreza, de fome e de desnutrição no mundo contemporâneo, o modelo agro-industrial – defendido frequentemente como a única forma de alimentar o planeta – tem efeitos negativos sobre os ecossistemas, pondo em perigo o acesso à terra e à água, essenciais à agricultura e à vida devido à poluição; e promovendo a exploração abusiva dos animais, incluindo os seres humanos que trabalham nesta indústria.

A forma como uma sociedade/grupo de pessoas organiza a sua alimentação é uma escolha com consequências políticas e sociais que deveria ser consciente, fruto de informação, análise e debate. Por estas razões, partimos do princípio de que uma visão ecossolidária (saudável, justa e acessível), – passando do local ao global, e do global ao local – é necessária para repensar a forma como nos alimentamos, como vivemos nos/com os ecossistemas e como partilhamos um mesmo planeta com as restantes formas de vida.

Apoiar pequenas produções locais sustentáveis

Em primeiro lugar, queremos apoiar de forma positiva quem tem muito interesse em preservar os ecossistemas no território que nos rodeia: na agricultura (biológica ou em conversão), na transformação (alimentar ou não alimentar) baseada em ingredientes locais e ecológicos, no turismo ecológico. O apoio ao sector a que chamamos ecossolidário pode fazê-lo ganhar vantagem sobre sectores altamente poluentes e com demasiada influência em zonas rurais, como a agricultura intensiva (monoculturas de abacates, citrinos, olivais), a indústria da celulose (fomentando a monocultura de eucaliptos), ou ainda a mineração (transformando a paisagem e poluindo os lençóis de água).

Em segundo lugar, a nível global, consideramos que a melhor forma para promover a igualdade entre agricultorxs, e até entre povos de países diferentes, seria eliminar as formas de exploração de terras e de trabalhadorxs na agro-indústria, através da compra directa a pequenxs produtorxs locais. Essa diversidade contrasta com as monoculturas da agro-indústria e as suas «revoluções verdes», promovidas como uma solução para alimentar o mundo, através da especialização agrícola dos países, cujo factor decisivo da instalação de uma multinacional agro-alimentar num local está essencialmente relacionado com os custos fiscais, laborais e imobiliários, assim como com a facilidade (por vezes, a monopolização) de acesso aos recursos naturais necessários para produzir, tal como a água. Portugal, com a sua mão-de-obra barata e os baixos custos de «investimento», sofre cada vez mais com o modelo da «monocultura agro-industrial de exportação» (estufas no Sudoeste Vicentino, eucaliptos pelo país, abacateiros no Algarve).

Face ao avanço destas formas insustentáveis de produção, consideramos importante contribuir para afirmar a soberania alimentar de cada região, apoiando a agricultura familiar/de pequena escala organizada entre grupos de agricultorxs que estão em luta pela sua subsistência e emancipação (AMAP, redes de compra directa, cooperativas minga, cooperativa de produtorxs de café zapatista...).

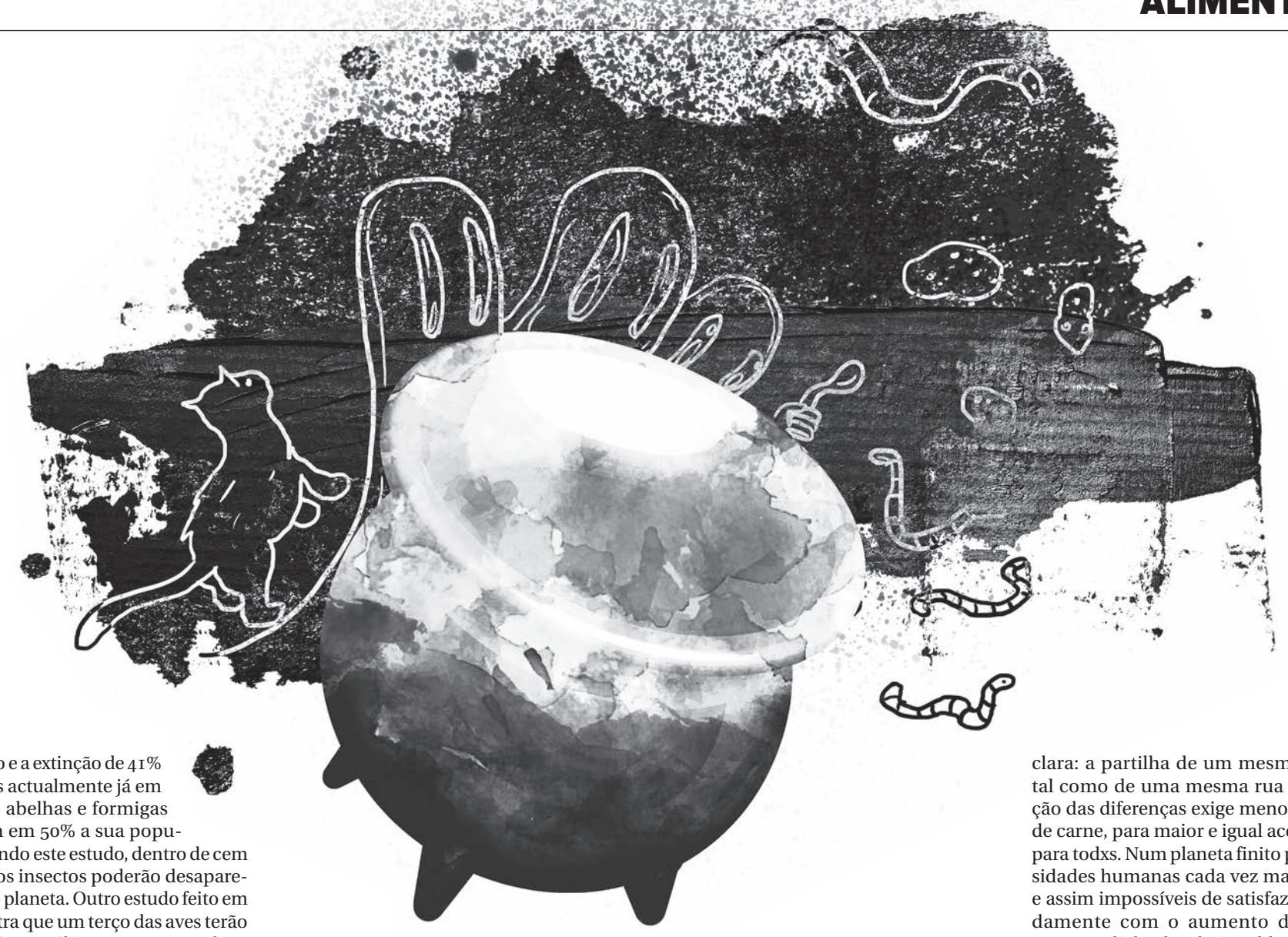
Ao comprar localmente evitamos o impacto ambiental nefasto do transporte de mercadorias responsável por um quarto das emissões de CO_2.

Acrescentamos que quem, de facto, mais lucra na venda de produtos alimentares são xs intermediárixs: as grandes superfícies (supermercados ou mercados de abastecimento). Se numa cooperativa de produtorxs 60 a 90% do preço fica retido na região, numa grande superfície esta percentagem não passa de 5%.

Somos a natureza a defender-se

Decorrente da filosofia da nossa Associação, que reconhece o ser humano como fazendo parte da natureza e dependendo dela, sentimos a necessidade de reflectir sobre os efeitos desastrosos da agro-indústria nos ecossistemas e na saúde. As grandes empresas precisam de uma agricultura intensiva, com base em monoculturas de grandes dimensões para produzir grandes quantidades de alimentos a baixo custo. No entanto, devido à quase ausência de diversidade, estas culturas têm mais dificuldades em combater pragas, tornando-se muito nocivas para o ambiente, devido à necessidade intrínseca de recorrer a pesticidas, ou, no caso da criação de gado e da piscicultura, a hormonas e antibióticos. Em oposição, podemos dar múltiplos exemplos de quintas que demonstram que após vários anos de trabalho agrícola a respeitar os ecossistemas e a biodiversidade, é possível manter um equilíbrio entre as pragas e os seus predadores sem recurso a pesticidas (exemplo da Quinta das Seis Marias, em Lagos).

Os insectos, polinizadores ou não, são essenciais para a sobrevivência dos ecossistemas, pois apoiam na luta contra pragas, na reprodução das plantas, na alimentação da fauna e na compostagem dos solos. As aves, os peixes, os répteis e os mamíferos dos arredores das culturas dependem destes insectos para se alimentar e são igualmente atingidos pela agricultura intensiva. Um estudo sobre a extinção dos insectos, realizado por Sánchez-Bayo e Wyckhuys em 2019, alarma-nos sobre a correlação entre agricultura, fertilizantes,



reflorestação e a extinção de 41% das espécies actualmente já em declínio (as abelhas e formigas diminuíram em 50% a sua população). Segundo este estudo, dentro de cem anos todos os insectos poderão desaparecer do nosso planeta. Outro estudo feito em França mostra que um terço das aves terão desaparecido nos últimos 17 anos, sobretudo em zonas agrícolas.

O erro sistémico e sistemático cometido pela agricultura industrializada ao ignorar a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas põe em causa a necessária coexistência de diversidade de flora e fauna para proteger a saúde do solo, da água, dos (agro) ecossistemas e de quem neles mora. A degradação resultante impactará o nosso futuro neste planeta, tornando as nossas escolhas ainda mais importantes.

Comida vegana

O veganismo é, para nós, tão essencial como a defesa do ecossistema e de quem produz, por diversas razões ecológicas, sociais e etológicas. Temos consciência de que o objectivo vegan possa vir a ser mal interpretado. Queremos por isso realçar o conceito de vegan que entendemos aqui utilizar.

Vegan é muitas vezes confundido com a ausência de sofrimento animal derivado da sua exploração por seres humanos. Esta definição confunde-se com a marca comercial Vegan e é por isso enganosa, pois essa marca/selo de certificação define-se apenas pelo facto de o produto transformado não ter ingredientes animais. Para nós, a questão do sofrimento animal é uma questão essencial. Não usamos óleo de palma, por causa da desflorestação de regiões equatoriais; usamos com muita parcimónia óleo de coco, chocolate e outros ingredientes, e nunca de marcas como Coca-Cola, Unilever ou Nestlé, cujas práticas causam sofrimento animal – incluindo humano, mesmo quando usam o selo Vegan.

Já a colaboração entre animais – incluindo os seres humanos – numa exploração agrícola é mais do que bem-vinda, nomeadamente no que toca à produção de composto/estrume, controlo de pragas, etc. Mas isto não implica a necessidade de matar ou fazer sofrer animais para satisfazer necessidades não biológicas; implica apenas que haja condições que assegurem o bem-estar dos animais e das pessoas que se encontram no local.

Os nossos argumentos – fundamentados cientificamente de um ponto de vista biológico, ecológico e social – visam em particular a defesa da comida vegana cozinhada para uma cantina popular. Num contexto de comida popular – a preço justo e acessível –, servida a centenas de pessoas, num contexto de luta, convívio solidário ou celebração, o veganismo é, sem dúvida, a forma mais sustentável e revolucionária de animar e alimentar a malta.

De um ponto de vista exclusivamente económico, é igualmente importante relembrar que numa cozinha radicalmente ecológica que contenha produtos animais seria muito difícil encontrar ingredientes verdadeiramente ecosolidários – como definidos mais acima – a um preço justo e acessível para todxs.

De maneira geral, fazendo uma comparação entre a produção intensiva animal e uma produção vegetal (seja ela intensiva ou não), constatamos que a produção vegetal não só produz menos emissões de CO2, como consome menos água potável e terra do que a produção animal. Uma dieta vegetal pode reduzir a mortalidade humana global em 6-10% e a emissão de gases com efeito de estufa entre 29 a 70%, comparado com um cenário de referência para 2050. Por fim, aplicando os mesmos indicadores ambientais e unidades nutricionais aos vários tipos de comida, a comida baseada em plantas tem o menor impacto no ambiente. A pesca industrial, por sua vez, é responsável por quase metade da poluição do mar por plásticos.

De um ponto vista biológico e etológico, podemos ainda apontar não haver razão para existir uma fronteira entre o mundo animal e humano, reconhecendo que o mundo humano é uma espécie do mundo animal. Cada vez mais, estudos científicos evidenciam a existência de cultura, redes sociais, sentimentos complexos como a justiça, empatia, o medo e colaboração e mesmo imaginação mental em diferentes espécies do mundo animal não-humano, pondo em causa (pre)conceitos antiquados que confrontariam uma pressuposta superioridade humana com uma inaptidão animal. O porco reconhece o seu nome, abana o rabo quando está feliz; as vacas reconhecem o nome e conseguem, quando escapam de um matadouro, integrar-se noutras comunidades animais para sobreviver. Ainda há muito por descobrir sobre, por exemplo, o sistema nervoso do polvo. O tópico é infindável.

Também tem sido demonstrado que a hierarquia que fazemos entre várias espécies animais é sobretudo cultural. Na Indonésia, o cão é considerado um animal para consumo, enquanto, nos países ocidentais, é considerado animal de estimação.

Por fim, no que toca às crenças filosóficas e religiosas de cada ser humano, uma cozinha vegana é aquela que menos divide, permitindo a pessoas de várias religiões comerem juntas.

Uma cantina popular vegana e a justiça social

Será que cozinhar comida vegana tem impacto na solidariedade entre todxs, no sentido da igualdade de acesso à alimentação ecossolidária, independentemente da pertença geográfica, étnico-racial, religiosa ou da classe económica de quem come? Neste campo, a nossa posição é bastante clara: a partilha de um mesmo planeta, tal como de uma mesma rua e a aceitação das diferenças exige menos consumo de carne, para maior e igual acesso à terra para todxs. Num planeta finito para necessidades humanas cada vez mais infinitas e assim impossíveis de satisfazer, nomeadamente com o aumento da população mundial e das desigualdades sociais, é essencial reflectir sobre a relação entre um consumo de carne banalizado e excessivo, bem como a falta de consciência das implicações que essa alimentação tem, na própria divisão hierárquica do planeta e da «rua». Exemplo da relação da produção intensiva de soja barata no Brasil, em zonas desflorestadas e com forte proporção de pessoas sem terra, com a indústria de carne alimentada por essa mesma soja.

A comida vegana é a comida que mais gente reúne, por ser uma alimentação mais bem tolerada por pessoas pertencendo a diversas religiões, culturas, grupos etários e estados de saúde.

Pelas razões evocadas, questionamos grupos com actividades políticas ditas «solidárias» e «ecológicas», mas que não consideram a questão da alimentação como um dado essencial na construção concreta de outro tipo de sociedade, uma sociedade ecosolidária. São exemplos destas iniciativas, a nosso ver, incoerentes: espaços de comida dita «popular», que, no entanto, compram legumes vindos da monocultura intensiva e, em alguns casos, utilizam carne nos seus pratos; os grupos «vegetarianos» e »veganos» que promovem produtos da Burger King e de outros grandes grupos capitalistas e ecocídas, e que encontraram no veganismo uma oportunidade de lucro.

Na nossa sociedade capitalista e hiperindustrializada, consideramos que grupos mais «politizados» poderiam dar um bom exemplo, criando cantinas verdadeiramente populares que, sempre que possível, apoiassem agricultorxs biológicxs da região e/ou povos do mundo em luta pela sua emancipação. Estas cantinas seriam pontos de encontro de redes de apoio mútuo, com o objectivo de participar na construção de uma outra sociedade, privilegiando a soberania alimentar e uma vida digna para as zonas rurais, em particular para xs agricultorxs que respeitam o (agro) ecossistema.

Num contexto de comida popular – a preço justo e acessível –, servida a centenas de pessoas, num contexto de luta, convívio solidário ou celebração, o veganismo é, sem dúvida, a forma mais sustentável e revolucionária de animar e alimentar a malta.

NOTAS

1. Adaptação do texto original, excluindo referências bibliográficas, publicado em 2021 nos e-cadernos CES (online) pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

As empresas transnacionais e o direito à alimentação

As empresas transnacionais, em especial as agroindústrias, com o seu projeto de poder globalizado, estão a violar de forma sistemática e planificada o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA). Em Portugal, no Brasil e em inúmeros outros países, consideradas pequenas peculiaridades regionais, repete-se a devastação ambiental e intranquilidade das populações locais e povos tradicionais quanto a um futuro próximo.

MÍRIAM VILLAMIL BALESTRO FLORIANO[1]
MIRIAMBALESTRO@CES.UC.PT
LÚCIA FERNANDES[2]
LUCIAOF@GMAIL.COM
SÉRGIO PEDRO[3]
SERGIOPEDRO@CES.UC.PT

FOTOS **PEDRO SALDANHA WERNECK**
MÍDIA NINJA

Os efeitos decorrentes do modelo neoliberal de produção de alimentos projetam-se para além da gravíssima questão da fome, expressão mais severa de violação do DHANA. O Relatório SOFI 2021 (FAO, ONU) aponta para um dramático incremento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar no planeta, atingindo aproximadamente 811 milhões de pessoas. Em 2020, 2,3 bilhões de seres humanos não tiveram acesso a uma alimentação adequada em algum momento do ano, o que equivale a 30% da população global.

No ano de 2019, a prestigiosa revista *The Lancet* publicou o relatório intitulado "A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas", onde discorre que os atuais sistemas alimentares, ademais de impulsionar as pandemias de obesidade e desnutrição, são responsáveis por 25-30% das emissões de gases de efeito estufa. O relatório atribui mais da metade destas emissões à criação de gado, verificando-se assim uma forte conexão entre a pecuária e o desmatamento de áreas vitais para o equilíbrio ambiental planetário. Neste sentido, referencia-se o caso da Amazónia brasileira onde o desmatamento da floresta para a criação de gado atinge cifras alarmantes.

Conforme dados do Sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), só entre os meses de agosto e julho de 2021 foram desmatados 8.712km² de floresta - a pecuária e a mineração são as principais atividades que estão a dar cabo deste imenso património ambiental. A atuação destas corporações contribui assim significativamente para as já perceptíveis alterações climáticas, sendo que o atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 das Nações Unidas, somente será alcançado por meio de uma guinada significativa para sistemas alimentares sustentáveis, de base agroecológica.

O Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC) projeta que, com o aumento da temperatura planetária acima de 1,5 graus até 2030, existam fortes probabilidades de a Amazónia se transformar numa "floresta seca", com reflexos diretos no clima planetário. O desmatamento encontra-se diretamente vinculado às práticas empreendidas pelo agronegócio transnacional.

Conforme refere Larissa Bombardi no trabalho "Geografia da Assimetria: o ciclo vicioso de pesticidas e colonialismo na relação comercial entre o Mercosul e a União Europeia", apresentado ao Parlamento Europeu em maio deste ano, os mapas do uso de agrotóxicos na Amazónia Legal[4] coincidem com o desmatamento na região. Juntamente com a pecuária, a monocultura de soja é uma das mais beneficiadas com o desmatamento deste santuário ecológico.

Os sistemas alimentares industriais dominam o processo de produção, transformação e comercialização dos alimentos, deixando no caminho um rasto de violações de direitos, inclusive aqueles relativos às relações de trabalho. Tornou-se prática comum a precarização do trabalho perpetrada por grandes corporações agroalimentares, com a utilização de mão-de-obra imigrante em muitos países: desde a exploração do trabalho agrícola até contratações aviltantes em grandes redes de supermercados[5].

Comer tornou-se um ato político intimamente vinculado aos limites ecológicos do planeta. A nível global, o controle corporativo do sistema alimentar tem na frente as empresas Bayer-Monsanto, Cargill e Dupont, que despontam no mercado internacional de sementes, cereais e agrotóxicos. No que diz respeito à carne de gado, porco e frango, as maiores empresas transnacionais são a brasileira JBS, a Tyson Foods, a Cargill e a Smithfield, agora integrante do grupo Chinês WH, de acordo com o "Atlas do Agronegócio"[6].

A concepção dos alimentos enquanto mercadoria, desatrelada da visão de necessidade básica do ser humano, precisa urgentemente ser revista. A obviedade impregna a realização da segurança alimentar e nutricional como condição da existência humana. A especulação do mercado financeiro

é uma das causas do aumento da fome em escala global, uma vez que majora o preço das *commodities* agrícolas vinculadas à produção de alimentos como café, trigo, milho ou cacau. A atual ordem mundial alimentar mostra-se incapaz de lidar com questões cruciais para a humanidade, tais como a fome e a proteção da biodiversidade. Ao apresentar-se ao longo de décadas como pretensa detentora de soluções, o que fez foi intensificar a acumulação de riquezas do grande capital e aprofundar sobremaneira a devastação ambiental, não apresentando respostas à altura para a indignidade da fome.

A expansão das empresas transnacionais agroalimentares está a alterar e massificar os hábitos alimentares regionais, impondo uma cultura alimentar desvinculada do DHANA. Neste contexto, proliferam os alimentos ultraprocessados de pouco valor nutricional, instituindo-se uma verdadeira "guerra de sabores" na competitividade pelo mercado, a aguçar paladares desavisados que atuam em detrimento da própria saúde. A Nestlé, por exemplo, admitiu recentemente num documento interno que 60% dos seus produtos não são saudáveis, e jamais serão. Enquanto isto, o consumo de alimentos ultraprocessados e o uso indiscriminado de agrotóxicos estão diretamente relacionados com doenças como o cancro pela *International Agency For Research on Cancer* (IARC).

Juntamente com a pecuária, a monocultura de soja é uma das mais beneficiadas com o desmatamento deste santuário ecológico.

Outros sim, os dados constantes no "Atlas do Agronegócio" permitem também inferir o alto *déficit* de responsabilidade social de boa parte destas corporações, verificando-se a ausência de compromisso com os Direitos Humanos e com a sustentabilidade. No Brasil, sobejam exemplos de violações de direitos de populações indígenas e de povos tradicionais, como quilombolas e populações ribeirinhas. No seu modelo desenvolvimentista, as corporações transnacionais não medem esforços para desalojar estas populações em nome de seu interesse expansionista, ávido por terras férteis. De registar ainda a situação da agricultura familiar, que tem sido sistematicamente subjugada por conglomerados agroalimentares. O avanço transnacional desregulado constitui-se como um verdadeiro projeto de poder sobre as nações, mitigando a soberania alimentar dos países através do controle global dos meios de produção sobre o que ingerimos.

O marco legal da alimentação adequada, segundo o Sistema Internacional dos Direitos Humanos, encontra-se assente no artigo 11º do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Socias e Culturais (PIDESC) de 1966, gerando aos Estados a obrigação jurídica de respeitar, proteger e garantir este direito, também expressamente previsto noutros tratados. O direito à alimentação vai além da comida no prato. O respeito pela culturalidade dos alimentos, pelas populações tradicionais, pela produção sustentável em harmonia com o meio ambiente, assim como pela acessibilidade e disponibilidade dos alimentos, integra o conteúdo do direito. Ocorre que, com a intensificação da globalização e com o avanço desenfreado de corporações transnacionais, estrategicamente descomprometidas com as circunstâncias socioambientais locais, os Estados encontram-se incapazes de proteger a sua população e o seu património ambiental, e impotentes para regular as ditas empresas, que costumam levar suas contendas a tribunais internacionais privados.

Torna-se curioso que as riquezas naturais dos países, como a extensão de terras, o lítio, o nióbio ou o ouro, acabem por intensificar a mitigação da sua soberania nacional, com a derrubada formal de legislações internas protetivas, ações maximizadas de marketing corporativo, produção deliberada de desinformação, associação de nomes empresariais a condutas "politicamente corretas", criação de selos empresariais "verdes", entre outros fenómenos. Em solo brasileiro, grassam nos veículos de comunicação as propagandas de que o agronegócio é "POP", vinculando-o aos mais tradicionais hábitos alimentares do país e, ultimamente, usando inclusive o termo "agricultura familiar" - são aterrorizantes as estratégias utilizadas pelo grande capital na sua captação ideológica da população.

No Brasil atual, por sua extensão de terras e riquezas naturais, existem fartos exemplos do avanço desregulado de corporações transnacionais agroalimentares a violarem os Direitos Humanos sem que ocorra a correlata resposta estatal. Flávio Valente, da FIAN Internacional[7], refere a devastação causada pelo agronegócio na região do MATOPIBA (Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que tem sido vítima de uma expansão agressiva do agronegócio, em especial de monoculturas de soja, que trazem consigo a destruição ambiental e expropriação de comunidades rurais. As violações socioambientais e os conflitos pela terra têm como pano de fundo os interesses do capital transnacional e atingem frontalmente os direitos dos povos indígenas. Para além do desmatamento de florestas e grilagem de terras em áreas indígenas, a ofensiva legislativa e judicial é uma constante. Encontra-se agora em julgamento, no Supremo Tribunal Federal, a ação relativa ao marco temporal de terras indígenas, cujo desfecho pode afetar gravemente a demarcação destas terras. Este julgamento, por uma questão de sobrevivência, mobiliza sobremaneira os povos indígenas do Brasil.

Destacamos ainda que, para além dos conglomerados agroalimentares, outros ramos de atividades transnacionais afetam a alimentação adequada de povos e comunidades. Um caso ilustrativo é o da comunidade de Geraizeiros, no Estado de Minas Gerais. Os Geraizeiros ocupam o território do Vale das Cancelas há aproximadamente 150 anos, sendo que, conforme relatório da FIAN Brasil, o território vem sendo paulatinamente ocupado por grandes empreendimentos, nas últimas décadas, para monoculturas, projetos de mineração e construção de hidroelétricas. Segundo aponta o relatório, a demanda dos mercados, interno e externo, por fontes de energia, matéria-prima e *commodities*, aumentou o interesse de grandes corporações na região, atraídas pela descoberta de uma grande jazida de minério de ferro, com capacidade estimada entre 1,5 e 1,6 bilhões de toneladas. As empresas Vale S/A, Mineração Bahia (Miba), do grupo Eurasian Natural Resources Corporation, e a sul-americana Metais S/A, comprada pela chinesa Honbridge Holdings Limited, são as envolvidas neste processo, cujos projetos se encontram em fases diferentes de evolução. No que se refere ao Direito Humano à água, compreendido como integrante do DHANA, a região sofre com as extensas monoculturas de eucalipto, que limitam vertiginosamente o acesso à água em períodos de seca. A comunidade não foi consultada sobre os empreendimentos, conforme sinaliza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Em Portugal, está a proliferar igualmente a atuação de corporações transnacionais da agroindústria e da mineração, com visíveis transtornos ambientais para as populações locais. São de conhecimento público, amplamente veiculados, os casos que se sucedem no litoral Alentejano, região cada vez mais atingida pelas monoculturas. O modo de vida das comunidades está sendo profundamente alterado pela exploração agrícola intensiva. O plantio de culturas tradicionais vem cedendo espaço a este modelo, alterando a paisagem local e as possibilidades de futuro, inclusive em decorrência da insegurança hídrica gerada pela escassez de água. O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve, por exemplo, projeta uma redução de 80% das reservas hídricas até ao final do século.

A Nestlé, por exemplo, admitiu recentemente num documento interno que 60% dos seus produtos não são saudáveis, e jamais serão.

De outra feita, a exploração de lítio em Covas do Barroso, na qual se encontra envolvida a empresa britânica Savannah Resources, encontra forte resistência na população local e movimentos ambientalistas. Recordamos que as terras da região de Covas do Barroso foram reconhecidas como património agrícola mundial pelas Nações Unidas. Seguramente outros exemplos, com pequenas peculiaridades locais, se espalham por Portugal, Brasil e outros países, repetindo-se as violações de Direitos Humanos.

NOTAS

1 Pós-Doutoranda no CES-UC, Doutora em Sociologia Jurídica e Instituições Políticas pela UNIZAR-ES, Diretora de Articulação da FIAN Brasil e Magistrada do Ministério Público Jubilada (MPRS-BR).
2 Investigadora no CES-UC, onde integra o Núcleo POSTRADE e a Oficina de Ecologia e Sociedade-ECOSOC-CES.
3 Jurista, Investigador Júnior e Doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde integra o Núcleo POSTRADE e a Oficina de Ecologia e Sociedade-ECOSOC-CES.
4 Corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondónia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão.
5 "Hora de Mudar: Desigualdade e Sofrimento Humano nas Cadeias de Supermercados", Oxfam, 2018.
6 "Atlas do Agronegócio, Fatos e Números Sobre as Corporações que Controlam o que Comemos". Fundação Henrich Böll Stufing, 2018.
7 Organização dedicada ao direito à alimentação e à nutrição.

Zapatistas e Mulheres no centro dos Encontros Intergalácticos

O Esquadrão 421, a primeira comitiva zapatista a chegar à Europa, participou em julho nos encontros de mulheres na ZAD francesa de Notre-Dame-des-Landes, por ocasião dos Encontros Intergalácticos. O Jornal MAPA, em parceria com a Guilhotina.Info, esteve no local revisitando aquela que foi a maior luta contra megaprojectos das últimas décadas na Europa e escutando diversas resistências, com destaque para as lutas das mulheres.

FRANCISCO NOREGA
CONTACTO@GUILHOTINA.INFO
FOTOS **FERNANDA FERNÁNDEZ**

A ZAD de Notre-Dame-des-Landes, a mais conhecida das «Zonas A Defender», é hoje muito diferente da ocupação de terras que encontrámos até 2018. A partir desse ano, com a vitória do movimento e o abandono do projecto do aeroporto, foi dado início a um processo de normalização de relações com o Estado, marcado por conflitos internos e por uma brutal onda de ataques policiais.

Até então, a ZAD era um espaço que existia em (quase) total autonomia do Estado e do sistema capitalista. Fora da jurisdição das autoridades e da lei francesa, em grande parte desconectadas das redes públicas de água e electricidade, cerca de duas centenas de pessoas habitavam os ambientes mais improváveis desta Zona a Defender – desde quintas expropriadas pelo Estado por «interesse público» a cabanas no cimo das árvores ou, no meio de um lago, uma cabana flutuante. Enormes hortas colectivas, que durante boa parte do ano asseguravam a autonomia alimentar das habitantes e das visitantes, coexistiam com estradas e caminhos repletos de barricadas. Carcaças de antigos carros da polícia transformados em canteiros. Enormes buracos escavados para impedir a passagem da polícia num eventual novo ataque. Cabanas e uma torre de madeira construídas sobre o próprio alcatrão, perscrutando o horizonte em busca de alguma visita inoportuna.

Sinais da força que permitiu enfrentar e vencer a operação repressiva que assolou a ZAD com uma intensidade nunca antes vista entre o outono de 2012 e a primavera de 2013, na chamada Operação César. Uma força vinda da enorme diversidade de pessoas, grupos, abordagens e estratégias que partilhavam o território, numa realidade repleta de contradições e conflitos, com tanto caminho por fazer em muitos campos. E, ainda assim, eco desse «mundo onde caibam muitos mundos» de que falam os zapatistas, exactamente por essa diversidade, descentralização e autonomia.

Em 2018, o Estado soube pôr em prática a máxima «dividir para reinar» e entregou ao movimento um presente envenenado. A par do abandono do projecto do aeroporto, anunciou o início de um processo de regularização em que as comunidades deveriam apresentar candidaturas para que fossem avaliadas e emitidas decisões sobre a sua permanência na zona. O movimento, antes unido pela oposição ao aeroporto, fragmentou-se. Geraram-se conflitos entre pessoas e grupos que queriam, a todo o custo, manter a ZAD como estava e outros e outras que estavam dispostas a negociar com o Estado para conseguir manter pelo menos alguns dos espaços e alguma da autonomia. Nesse ano, logo após terem sido retiradas, como sinal de «boas intenções» por parte do movimento, as barricadas de uma das duas estradas que atravessam a zona, a *route des chicanes*, a polícia voltou a atacar e destruiu a maior parte dos espaços na zona leste da ZAD.

Agora, à chegada a Notre-Dame-des-Landes, vêem-se poucos sinais da luta contra o aeroporto, que anteriormente decoravam as beiras das estradas, os jardins e as fachadas das casas. Os acessos estão em óptimas condições e as estradas dentro da zona estão asfaltadas e praticamente imaculadas. Não há sinais de barricadas nem carcaças de carros. Não há cabanas nem torres. Imensos espaços colectivos, comunidades e projectos desapareceram sem deixar rasto. Até a cabana flutuante foi destruída.

E, ainda assim, apesar de todas as transformações que tiveram início em 2018, a ZAD continua. Neste momento, cerca de 260 pessoas habitam a zona, umas em grupo, outras sozinhas, organizadas em diferentes colectivos, cooperativas e projectos. Cada uma procurando, a seu modo, continuar a desenvolver formas de vida e de organização alternativas.

E é aqui que surgem, por ocasião da *invasão zapatista* da Europa, os Encontros Intergalácticos. Um mundo de possibilidades e encontros entre gentes e lutas dos mais variados contextos e geografias.

«Muitas lutas para viver, um mesmo coração para lutar» – Encontro de Mulheres e Dissidências

A 27 de Julho, véspera do início dos encontros, chegava a Nantes uma caravana marítima de mulheres. Catorze mulheres em três veleiros, vindas de diferentes partes da Bretanha. Navegaram para «visibilizar as suas lutas» e para «tomar os seus lugares num mundo marítimo marcado pela dominação patriarcal e colonial».

Entraram pelo rio Loire e desembarcaram na vila de Couëron, na periferia ocidental da cidade de Nantes, onde eram esperadas por algumas dezenas de pessoas em alegre rebeldia. Presentes estavam também Marijose, Lupita, Carolina, Ximena e Yuli do Esquadrão 421. Já em terra, as marinheiras apresentaram às zapatistas uma canção escrita a bordo.

«Agora as zapatistas
chegam à Europa
algumas de barco, outras
de avião (…)
Chegámos finalmente
e os nossos
sonhos tornam-se
a cada dia um pouco
mais realidade
Mulheres e dissidências de
aqui e de acolá
Unamos as nossas forças
Temos de nos revoltar!»

Na ZAD de Notre-Dame-des-Landes, a Ambazada e o campo que vai até à Wardine, no princípio do Caminho de Suez, foram os espaços centrais dos Encontros Intergalácticos. Durante os dois primeiros dias, estes espaços foram ocupados pelo encontro de mulheres e pessoas trans e não binárias sob o lema «Muitas lutas para viver, um mesmo coração para lutar». Uma oportunidade rara para, à escala internacional, mulheres e dissidências partilharem experiências e ideias, debaterem e construírem as suas lutas e resistências. Dois dias em que foi possível usufruir de espaços seguros de discussão, mas também de diversão e lazer, espectáculos e concertos, sem a presença de homens – algo ainda mais raro.

O Esquadrão esteve presente através das quatro mulheres e de Marijose, uma *outroa*, a palavra que as zapatistas utilizam para referir as pessoas que não se revêm na visão binária do género. Na cerimónia de abertura, tomaram a palavra para fazer as mesmas intervenções que, desde a sua chegada a Vigo em 22 de junho, tinham vindo a fazer em todos os actos públicos em que participaram: dizem o seu nome, a língua que falam, de onde vêm e onde vivem, e que são 100% zapatistas.

Em todas as actividades em que estão presentes, registam pormenorizadamente nos seus cadernos o que acontece, o que é falado e discutido. Estão mandatadas pelas suas comunidades para conhecer as lutas e resistências «de baixo e à esquerda» deste continente que, no desembarque na Galiza, rebaptizaram de Terra Insubmissa. E tudo o que vêm, ouvem e vivem cá, transmitem-no às suas comunidades.

E, na maior parte do tempo, permaneceram em silêncio. Algum raro momento houve em que, em grupos mais pequenos, tomaram a palavra, como por exemplo para explicar como funcionam as *escuelitas zapatistas*. Mas nunca emitiram opiniões

nem posicionamentos, nem falaram em actividades grandes, o que causou desapontamentos e levantou questões por onde passaram. Muitas de nós nos perguntámos, nestas e noutras ocasiões, porque não tomavam a palavra. Entre conversas, possíveis explicações foram surgindo: que não estão mandatadas para falar; que o Esquadrão não é uma delegação de *Escuta e Palavra*, mas apenas de *Escuta*; que, sendo apenas sete entre as quase duas centenas previstas chegar, não falam para não ganhar protagonismo; que não falariam enquanto a entrada das restantes delegações continuasse a ser negada. A chegada das companheiras, prevista para o início de Julho, viria a acontecer apenas em Setembro, já então coincidindo com o regresso do Esquadrão 421 a Chiapas.

Ao longo do atribulado processo da viagem zapatista, vamos aprendendo que tudo leva o seu tempo e que não há que tentar perceber tudo de uma vez. Dizia o Subcomandante Marcos, num comunicado de 3 de Março de 2001 dirigido ao Congresso Nacional Indígena: «Desconfia de quem muito fala, e escuta atento a quem sábio se cala.»

No acto de encerramento deste encontro de dois dias, o Esquadrão é convidado a intervir. Acede em subir ao palco. Marijose pega no microfone e diz: «Estas são as nossas palavras.»

Silêncio.

Longos minutos de silêncio.

E termina: «*Muchas gracias.*»

Z de ZAD, Z de Zapata

30 de Julho, dia de transição entre os dois encontros. Ao início da noite realiza-se, no imponente Farol da Rolandière, o ritual de abertura do evento misto. Um habitante da ZAD começa por contar um episódio que se desenrolara em torno de um posto avançado do exército mexicano em território zapatista, um posto de madeira e cheio de frestas. A certa altura, os zapatistas decidem fazer um ataque com a sua «força aérea» contra o posto, atirando pelas frestas dezenas de aviões de papel, cada um com um poema ou uma frase dirigida aos soldados. Conta a história que um deles dizia algo como «sabemos que vocês são pobres tal como nós, mas são ainda mais pobres pois venderam as vossas vidas àqueles que nos dominam e oprimem».

A multidão permanece em silêncio, impressionada. Pela torre de vigilância usada, na altura dos confrontos, para perscrutar o horizonte em busca da polícia – uma das poucas estruturas que ainda resiste depois das expulsões de 2018 –, sobe uma mulher. De avião de papel na mão e apenas com a sua voz, sobrepondo-se ao vento forte que sopra, faz chegar aos ouvidos da multidão uma ária revolucionária francesa.

Quando chega ao topo da torre, a mulher lança o avião de papel, enquanto outras companheiras atiram outros 176 aviões, um por cada zapatista d'A Extemporânea. Em baixo, as pessoas recebem os aviões, dando simbolicamente a mão aos zapatistas que tentam entrar na Europa. É acesa uma fogueira, alumiando dezenas de tochas com Zs na ponta – Z de ZAD, Z de Zapatistas e Z de todas as zonas a defender. Após uma marcha nocturna, o acto termina enterrando os aviões na terra lavrada, num dos locais que antes fora palco de confrontos entre polícias e zadistas.

Auto-organização feminista contra as agressões

Os dias não-mistos deram lugar aos dias mistos, mas a resistência das mulheres continuou a ocupar um lugar central. Ressoava ainda a violação que ocorreu nos Encontros anteriores, em 2020, denunciada publicamente ao microfone durante o próprio encontro, e que abalou a ZAD.

Atitudes, agressões e dinâmicas sexistas nos espaços colectivos haviam sido tema de debate ao longo dos anos em muitas das comunidades e assembleias da ZAD. No entanto, a ausência de um espaço colectivo que agregasse todos e todas as habitantes, fruto das primeiras fracturas que surgiram depois do fim da Operação César, impedia que certos problemas fossem enfrentados de forma colectiva. O debate geral e profundo na zona, surgido em reacção ao choque provocado por aquela violação, levou à criação de uma iniciativa para combater o sexismo em grandes eventos – a Festivities Fight Sexism. A FFS teve uma forte presença visual nos espaços do Encontro, com imensos cartazes contra as agressões sexistas e sexuais, e um número de denúncia e apoio afixado em todo o recinto, nos acampamentos e parques de estacionamento, através do qual as vítimas podiam entrar em contacto com companheiras da organização.

> Ao longo do atribulado processo da viagem zapatista, vamos aprendendo que tudo leva o seu tempo e que não há que tentar perceber tudo de uma vez.

Logo na noite de transição entre os dois encontros, denúncias de agressões e de gravações não consentidas de companheiras a dançar levaram as companheiras da FFS a implementar um protocolo contra as violências sexistas – foi criada uma zona segura em frente ao palco como espaço não-misto, equipas percorriam constantemente o recinto, uma equipa permanente dava apoio às vítimas e, durante a noite, grupos auto-organizados de mulheres acompanhavam as companheiras no regresso ao acampamento. Foi ainda feito o apelo para que, nas conferências e discussões, fosse dada prioridade à voz das mulheres, e foram agendadas várias reuniões não-mistas para avaliar o desenrolar do encontro e do protocolo.

As palavras do que se escutou

Dezenas de actividades transportaram-nos através do tempo e do espaço às mais diferentes resistências. Desde a resistência à ditadura no Chade às revoltas dos anos 60 na Argélia, desde a revolução sudanesa de 2018 às lutas actuais nos Balcãs, passando pela experiência da Comuna de Paris no ano do seu 150.º aniversário. Falou-se de feminismo decolonial, de género e educação e de justiça transformadora em resposta às violências de género. Numa assembleia com a Rede de Entreajuda Verdade e Justiça, conhecemos a luta travada em França pelas famílias das vítimas das violências policiais e do racismo de Estado.

Um dos temas centrais foi, naturalmente, as lutas pela terra e pelo território, por entre críticas às lógicas de mercado e à sociedade industrial. Uma das actividades centrou-se na crítica à ordem eléctrica, apresentada por uma rede de pessoas e colectivos de lutas ligadas à energia (contra o nuclear, as eólicas e as linhas de alta velocidade). Noutra actividade, procuraram-se os pontos comuns entre as lutas contra o Tren Maya, o movimento No TAV no Vale do Susa e a resistência à linha de alta velocidade HS2 em Inglaterra. Conhecemos ainda a *Soulévements de la Terre*, uma rede de lutas locais em França cujo objectivo é impulsionar um movimento de resistência à agro-indústria e ao extractivismo. Com a articulação de movimentos camponeses, ocupações de terras e experiências de auto-subsistência e auto-organização comunitária, a rede realiza acções massivas, de três em três meses, de apoio às lutas travadas no terreno.

Outro dos pontos altos deste encontro foi a discussão «Resistências territoriais e construção de autonomias duradouras» em torno dos movimentos curdos, zapatistas e kanak, um povo originário em luta por autonomia na Nova Caledónia, que permanece uma colónia francesa. Um antigo presidente de câmara em Bakur (a parte do Curdistão na Turquia), um representante do Centro Democrático Curdo em França e duas internacionalistas de regresso de Rojava juntaram-se a um militante independentista Kanak e a duas militantes do movimento de apoio às zapatistas para partilhar as diferentes formas de vida, organização e produção construídas nestes territórios em busca de autonomia. Discutiu-se a correlação de forças no enfrentamento com o Estado, estratégias para suster as autonomias em situações adversas (governamentais, militares ou económicas) e o papel do internacionalismo.

Por fim, o encontro presencial entre pessoas envolvidas na organização da Viagem pela Vida em diversos territórios – Suíça, Euskal Herria, Chipre, Roménia, Dinamarca, França, Portugal, Catalunha, País Valenciano, Cantábria e Andaluzia –, possibilitou a partilha das lutas e contextos das geografias presentes e as formas e desafios da organização. No tema da comunicação, falou-se de como a exclusividade da comunicação virtual acaba por deixar de fora quem não tem *smartphone*, as populações idosas, etc., e reforçou-se o exemplo e a necessidade de cartazes nas ruas, das rádios livres e outros meios de comunicação independentes. O que levou também a sublinhar a importância da presença e convivência a nível local e de bairro, destacando-se o exemplo de Barcelona, onde a organização desta viagem está baseada na criação de articulações entre colectivos, movimentos, projectos e espaços em cada um dos bairros.

Com apenas dois homens entre uma dezena de mulheres desde as diferentes geografias da Viagem pela Vida, foi destacado o papel preponderante da participação feminina neste processo, e especialmente de mulheres migrantes. Uma mudança de paradigma num continente em que os movimentos reproduzem ainda bastantes dinâmicas sexistas e racistas, e frente aos quais os Encontros Intergalácticos assumiram ser esta uma questão central a partilhar com as zapatistas que a Europa acolhe.

Não Nos Conquistaram

O Esquadrão 421 em Madrid nos 500 anos da Resistência Indígena

Crónica dos primeiros eventos da Caravana Zapatista pela Vida na geografia ibérica de Slumil K'ajxemk'op, ou Terra Insubmissa, como foi rebaptizada a Europa no momento do desembarque zapatista. Uma viagem ao passado colonial e à desumanização actual dos migrantes, num apelo à reimaginação da história e à reactivação das redes de apoio para cada uma das nossas grandes e pequenas lutas.

LORENA SALAMANCA
RAQUEL PEDRO
FRANCISCO NOREGA
ILUSTRAÇÃO **IX**

Em outubro de 2020 foi tornada pública a partir de Chiapas, no México, a intenção de fazer uma Caravana Zapatista pela Vida através dos 5 continentes. Com o tratamento epistolar que caracteriza o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), foi comunicado que esta travessia sem precedentes começaria pelo continente Europeu. Preparava-se uma delegação composta por companheiros/as/oas dos municípios e comunidades autónomas de Chiapas, do Congresso Nacional Índigena (CNI - CIG) e da Frente de Povos em Defesa da Água e Terra de Morelos, Puebla e Tlaxcala que viajariam pelo mar e pelo ar, com mais de uma centena de pessoas. Em abril de 2021 soubemos que a delegação marítima teria o nome de Esquadrão 421 e em junho que a aerotransportada seria A Extemporânea.

A Travessia Zapatista começou no dia 3 de maio no porto de Isla Mujeres (Quintana Roo, México). Esta ilha faz parte dos lugares que veneravam a Ixchel, a mesma deusa maia da fertilidade que dá sentido a esta volta ao mundo pois, tal como na mitologia longínqua ela enunciou: «do Oriente veio a morte e a escravidão, que amanhã navegue para o Oriente a vida e a liberdade nas palavras dos meus ossos e o meu sangue». Três décadas após a proclamação do Fim da História por Francis Fukuyama, cumpre-se a profecia de Ixchel através de uma Travessia com uma mensagem que desafia a imaginar uma sociedade global longe das lógicas da hegemonia capitalista.

Depois de seis meses de preparação, o Esquadrão 421, integrado por Lupita, Carolina, Ximena, Yuli, Felipe, Bernal e Marijose – 4 mulheres, 2 homens e uma outroa –, partiu do Caracol Morelia com rumo ao golfo do México. Antes do embarque, como parte do ritual de despedida deste território maia, as sete integrantes reuniram-se com os *tercios compas*, os comandantes David, Zebedeo e a comandanta Hortensia, com integrantes do Congresso Nacional Indígena, e claro, com o coordenador desta travessia, o Subcomandante Moisés (chamado com carinho Moi). Depois, subiram a bordo d'A Montanha, uma embarcação de pesca construída em 1903 e tripulada pelo Capitão Ludwig, Gabriela, Ete e Carl da Alemanha e Edwin da Colômbia.

A Montanha fez a sua travessia ao longo de 52 dias e fez apenas uma paragem, nos Açores, onde atracou pela primeira vez no dia 11 de junho. Daí seguiu rumo a Vigo, onde a delegação marítima zapatista desembarcou a 22 de junho. Devido aos sucessivos atrasos d'A Extemporânea, o Esquadrão 421 foi o único grupo de Zapatistas presente nos encontros realizados entre junho e o início de setembro em cidades como Mérida, Valência, Barcelona, Toulouse, Paris e Berna, entre outras. Enquanto esta delegação se deslocava através dos diferentes territórios, as mais de 170 pessoas da delegação aerotransportada enfrentaram inúmeros obstáculos na obtenção dos passaportes e das autorizações necessárias para sair do México rumo à Europa. Por um lado, o seu próprio estado-nação não os considerava como cidadãos, exigindo-lhes mais e diferentes documentos a cada uma das repetidas viagens de Chiapas à cidade do México para tratar de burocracias. Por outro lado, a já conhecida Fortaleza Europa continuava a alimentar os seus

exigentes trâmites (que raramente se aplicam a europeus e a homens de negócios no geral) num racismo aguçado e mascarado pelo securitarismo sanitário que dizem ser necessário para enfrentar a pandemia do Coronavírus (mesmo com a delegação inteiramente vacinada).

Desde Portugal, vários integrantes dos núcleos que organizam a Caravana Zapatista pela Vida deslocaram-se a diferentes territórios para participar nos eventos que compreendiam esta primeira fase de uma travessia simbólica de reimaginação pacífica da conquista colonial. Foi dessa maneira que fomos acompanhando, ao longo de três meses, alguns dos passos do Esquadrão 421 na sua descoberta de alguns dos recantos de Slumil K'ajxemk'op, ou Terra Insubmissa, como foi rebaptizado o continente europeu no momento do desembarque em Vigo.

GUILHOTINA.INFO

«A nombre de las mujeres, niños, hombres, ancianos y, claro, otroas zapatistas, declaro que el nombre de esta tierra, a la que sus naturales llaman ahora "Europa", de aquí en adelante se llamará: SLUMIL K´AJXEMK´OP, que quiere decir "Tierra Insumisa", o "Tierra que no se resigna, que no desmaya". Y así será conocida por propios y extraños mientras haya aquí alguien que no se rinda, que no se venda y que no claudique.»

Marijose, outroa tojolabal da floresta fronteiriça, Vigo, 22 de junho de 2021.

Desde baixo e à esquerda

Um dos momentos mais esperados desta viagem foi a contestação de uma data histórica: a suposta conquista do maior império do que é hoje o México celebrar-se-ia no dia 13 de agosto em Madrid. Os preparativos para esse momento começaram três dias antes com assembleias, eventos artísticos, concertos e reuniões para organização e logística. No Centro Social Autogestionado La Tabacalera, o Esquadrão 421, movimentos locais e internacionalistas partilharam o momento de construir alguns materiais simbólicos para a manifestação do grande dia (como aviões de papel, em alusão à Extemporânea, retida no México). Logo no segundo dia, dada a grande afluência, a reunião foi numa Horta Urbana comunitária: um espaço ao ar livre, espaçoso e agradável. Apresentados uns aos outros, contámos como nos organizámos para receber as Zapatistas em cada uma das nossas geografias. Uns organizavam-se por regiões, noutros a gestão era centralizada. Uma das frases que marcou uma das discussões em torno da chamada das Zapatistas àqueles que são «de baixo e à esquerda» foi um desabafo de uma companheira proveniente dos EUA: «porque as pessoas entendem o país como o estado capitalista que é, mas esquecem-se que este tem um outro lado de rebeldia, resistência e insubmissão que precisamos de visibilizar».

Nesse dia, assim como no anterior, as refeições comunitárias aconteceram no espaço 3peces3, gerido assembleariamente, com uma dinâmica programação social, política e cultural. O final da tarde foi passado na periferia de Madrid, ao som do ska-punk e da cumbia de Boikot e Amparanoia, num concerto organizado pela CGT, sindicato de tendência anarco-sindicalista.

O dia 13 de agosto, enquanto data de início da Resistência índigena à colonização, começou na Porta do Sol de Madrid com uma dança-ritual de limpeza e cura. É comum encontrar esta prática no Zócalo, a praça central em frente ao Palácio de Governo e à Sé na Cidade do México: xamãs e curandeiros Astecas reúnem-se diariamente para festejar a defesa heróica das suas resistências ancestrais – já não são guerreiros com armas, são guerreiros da palavra. Desta vez, foi o quilómetro-zero da capital espanhola, um dos principais corações do colonialismo, que foi ocupado por uma impressionante dança ritualística, protagonizada pelo Círculo de Dança *Guerreros de Luz Danzantes*.

Em Madrid, o *Esquadrão 421*, depois de navegar os 1,8 quilómetros que separam a *Porta do Sol* da *Praça de Colombo* e perante milhares de pessoas, inscreveu na história a sua presença «desde baixo e à esquerda» no mesmo local que constantemente aglomera autoridades e seguidores da ultra-direita conservadora da Espanha. Além deste ser o centro de manifestações nacionalistas, cada pedra que compõe a sua arquitectura reafirma o pensamento monolítico do Cristóvão Colombo como conquistador de uma terra longínqua, símbolo da subtracção de terras, e de Hernán Cortés, orquestrador do extermínio dos povos indígenas e da queda de Tenochtitlan[1], a antiga capital Asteca.

Esta é a primeira etapa do que poderíamos chamar uma contra-pedagogia colonial baseada na invenção de um mito, uma ficção e uma realidade. Qual é a ficção aqui? O monólogo dos colonizadores sobre o extermínio e invisibilização das comunidades indígenas no mundo inteiro.

Qual é o mito aqui? Assistimos à geração de um mito fundacional, de uma epistemologia transoceânica. Pensar no Zapatismo hoje é pensar que os oceanos não são só as veias do extractivismo e da submissão. Pelo contrário, constituem um caminho para a solidariedade internacional e a reactivação das redes de apoio para cada uma das nossas grandes e pequenas lutas:

Pensar no Zapatismo hoje é pensar que os oceanos não são só as veias do extractivismo e da submissão. Pelo contrário, constituem um caminho para a solidariedade internacional e a reactivação das redes de apoio.

«Cuéntenos su historia. No importa si es grande o pequeña. Cuéntenos su historia de resistencia, de rebeldía. Sus dolores, sus rabias, sus "no" y sus "sí". Porque nosotras las comunidades zapatistas hemos venido a escuchar y a aprender la historia que hay en cada habitación, en cada casa, en cada barrio, en cada comunidad, en cada lengua, en cada modo y en cada ni modos. Porque, después de tantos años, hemos aprendido que en cada disidencia, en cada rebeldía, en cada resistencia, hay un grito por la vida. Y, según nosotros los pueblos zapatistas, de eso se trata todo: de la vida.»

do Comunicado lido pelo Esquadrão 421 em Madrid (13/08/2021)

Qual é a realidade aqui? A intervenção de corpo presente do Esquadrão diante de nós. Nesse sentido, a realidade é um *lapsus* que nos permite teletransportar entre uma multiplicidade de tempos. Tempos existentes através de metáforas, ironias e contestações à história.

«¿no dudó usted también de que los zapatones iban a invadir Europa? ¿Ah, verdad? Todos los seres que aquí se detallan, existen en la realidad. Si alguien no se imagina que esto sea posible, no es culpa de la realidad. Más bien es que le falta imaginación.»

Subcomandante Galeano na comunicado Calamidad Zapatista (2019 - 2020)

Os nossos corpos comuns

A viagem zapatista sublinhou como as transferências entre continentes significam um desafio crítico aos privilégios que um cidadão do Norte global tem na hora de viajar para qualquer lugar do mundo. Apercebemo-nos das dificuldades que enfrentam continuamente os imigrantes ao redor do mundo. O que é vivido pelos imigrantes ilegais é uma realidade que para muitos resulta distante e, não obstante, está mais próxima do que pensamos.

Na manhã de 7 de agosto, os Lisboetas acordaram com a notícia do *graffiti* feito no Padrão dos Descobrimentos: «Velejando cegamente por dinheiro, a humanidade afunda-se num mar escarlate». Há barcos e barcos, há viagens e viagens. As mercadorias e os grandes cruzeiros transitam pelo mundo sem fronteiras visíveis. E, entretanto, os oceanos são enormes cemitérios. No Mediterrâneo, todos os dias flutuam corpos negros ao largo das costas de diferentes países europeus ou afundam-se ossadas nas profundezas deste líquido salgado onde já repousavam os rastos náufragos da escravidão.

É esta a conexão entre a história passada e o nosso presente, entre o que foi a colonização e o que é hoje a imigração: o sistema de controle da vida especializou-se no uso de corpos aptos para trabalhar, para reproduzir-se e para esterilizar-se, hoje de forma mais sofisticada. A necromáquina aniquila tudo o que considera indesejável. Na realidade que nos apresentam os Zapatistas, as próprias ruas de Chiapas estão a ser inundadas por grandes caravanas de Haitianos, Venezuelanos e Africanos, particularmente Senegaleses, que deambulam pelo sul e centro da América Latina após múltiplas travessias marítimas forçadas. O seu destino é uma grande fronteira cada vez mais impenetrável. Aqueles que conseguem chegar vivos, passam os dias à espera de asilo político nos Estados Unidos da América, país que fecha tal possibilidade com uma infinidade de requisitos jurídicos e a execução de deportações massivas. O papel do México nesta difícil situação é utilitário. O programa *Quedate en México* obriga os requerentes de asilo a ficar à espera de uma resposta nas cidades fronteiriças, convertendo o país num tampão para os rios de gente que procuram atravessar a fronteira. Tal como o são a Turquia e Marrocos para a Fortaleza Europa.

O passado e o presente colonial e neocolonial europeu reconhece como único cenário possível o descobrimento expansionista. Uma colonização baseada na expropriação e no despojo em nome da propriedade privada e no acto – contínuo até hoje – de sufocar outras formas de pensar e viver. A nossa catástrofe social encontra-se precisamente nas pretensões universalistas fundadas na separabilidade e na excepcionalidade do Ocidente ao declarar-se como executor do tempo e da inventiva do mundo. Dessa maneira aparecem as dicotomias entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, centros e periferias, locais e estrangeiros, nós e os outros. As últimas guerras do Capital Global são, acima de tudo, conflitos locais e regionais que espalham destruição numa disputa eterna pelos recursos naturais. Sem o clima de medo e repulsa do diferente e do estrangeiro, sem a falsa narrativa do «Outro» enquanto perigoso e indigno, seria mais difícil justificar os muros, físicos e legais, e os programas de deportação para conter as centenas de milhares de pessoas que fogem de conflitos armados, no Médio Oriente e no continente africano, que o Ocidente criou ou alimentou. É cada vez mais claro que essa vitória ocidental significa a destruição do meio ambiente, precarização, dor, fome. Numa palavra, morte para todas e todos.

Fernanda Fernández

Guilhotina.info

Tem início o ano 501

O que está a propor-nos o Zapatismo? A urgência desta Caravana pela Vida é, em primeiro lugar, a reimaginação da história da humanidade, da memória colectiva e da aceitação da diferença étnica e geográfica através de um novo cenário de descobrimentos, pacífico, onde as divisões que outrora foram impostas se dissolvem para expor o inimigo comum: o capitalismo feroz. A resposta à hegemonia da história é feita pelos Zapatistas através desta travessia que inverte os papéis «da conquista de Espanha por mar», num ato simbólico de descolonização com dois momentos: o desembarque ou ato de possessão, em Vigo, e uma invasão inversa, pacífica e consentida, iniciada de forma discreta pela viagem do Esquadrão 421 através da Península Ibérica, França e Suíça, e consumada de forma retumbante neste 13 de agosto.

> *«No venimos a traer recetas, a imponer visiones y estrategias, a prometer futuros luminosos e instantáneos, plazas llenas, soluciones inmediatas. Ni venimos a convocarles a uniones maravillosas. Estamos buscando otros rincones y queremos aprender de ellos. (…) Pero no es en actos grandes, sino que en los lugares donde ustedes resisten, se rebelan, luchan. Tal vez a alguien le parezca que nos interesan los grandes actos y el impacto mediático, y así valoren los éxitos y fracasos. Pero nosotros hemos aprendido que las semillas se intercambian, se siembran y crecen en lo cotidiano, en el suelo propio, con los saberes de cada quien.»*
>
> ***do Comunicado lido pelo Esquadrão 421 em Madrid (13/08/2021)***

O pronunciamento Zapatista na Praça de Colombo inverte a narrativa linear de submissão e invisibilização. A invenção da história como progresso tornou as sociedades ancestrais antiquadas e, nessa medida, periféricas ao Norte global. A reimaginação do mito e a realidade que o Zapatismo está a imprimir na actualidade através desta viagem perturba esta narrativa ao se deslocarem fisicamente, desde as profundezas do estado de Chiapas, para esse Norte, para o centro, e desafiarem o seu calendário. Em vez do ano o do calendário cristão, tomam 1521, o início da resistência indígena, como ponto de referência. Ambas as decisões criam um novo «tropos» dentro do guião hegemónico instituído pelos conquistadores, mas também pelos maus governos da América Latina que, de tempos em tempos, com manobras mediáticas se mascaram de «progressistas e de esquerda», ou fomentam um nacionalismo que promove as culturas indígenas, mas apenas enquanto objectos antropológicos e etnográficos. Contra esse guião instituído, os Zapatistas transformam o espaço – a Europa passa a ser o lugar de uma ocupação temporária sem pretender substituir o centro pela periferia – e o tempo – com o seu novo calendário.

> Há barcos e barcos, há viagens e viagens. As mercadorias e os grandes cruzeiros transitam pelo mundo sem fronteiras visíveis. E, entretanto, os oceanos são enormes cemitérios. No Mediterrâneo, todos os dias flutuam corpos negros.

Face aos 500 anos da suposta conquista do México, anunciam 501 delegados, que virão em várias vagas para a Europa. E ao contrário de assinalarem os 500 anos com os olhos no passado, prepararam o futuro: o ano 501 em que percorrerão os recantos desta terra insubmissa.

> *«Quienes formamos el Escuadrón Marítimo Zapatista, y que nos conocen como el Escuadrón 421, hoy estamos frente a ustedes, pero sólo somos el antecedente de un grupo más grande. Hasta 501 delegados. Y somos 501 sólo para demostrarles a los malos gobiernos que vamos delante de ellos. Mientras ellos simulan un festejo falso de 500 años, nosotros, nosotras, nosotroas, vamos ya en lo que sigue: la vida. En el año 501 habremos de recorrer los rincones de esta tierra insumisa.»*
>
> ***do Comunicado lido pelo Esquadrão 421 em Madrid (13/07/20***

Outro paradigma da colonização que os Zapatistas põem na linha de fogo é aquele que tem determinado o lugar dos povos indígenas: ao posicioná-los no lugar da representação e não da presença; no lugar da ancestralidade e não do mundo futuro; limitando-os a certas zonas do planeta. Não obstante, quando a deterioração da sua situação é iminente, não é de admirar que as suas resistências silenciadas procurem altifalantes. O cerco explodiu e até o lugar mais recôndito está em risco. Esta viagem inversa é precisamente a relocalização destas posições. O Esquadrão são sete, porque sete são os pontos cardeais, mas estes pontos são dinâmicos, já não se encontram fixados no lugar em que os geógrafos, os humanistas, e os Estados-Nação decidiram localizá-los. Os mapas são aquelas representações incómodas que há algumas centenas de anos começaram a determinar as fronteiras do mundo que conhecemos hoje, são convenções feitas de esquemas arbitrários que dividem ideologicamente o indivisível, como uma cordilheira ou uma parte do mar. Nos atlas encontramos a sistematização da norma: a esfera torna-se um plano e divide-se em quatro partes; para o Leste há a sua contraparte o Oeste, e para o Norte há o Sul… não terá já chegado a hora de romper com essas estruturas que desenham tão esquematicamente o mundo?

> *«Dicen que somos ignorantes, retrasados, conservadores, opositores al progreso, pre-modernos, bárbaros, incivilizados, inoportunos e inconvenientes… Tal vez estamos atrasados porque como mujeres que somos o como otroas, podemos salir a pasear sin temor de que nos ataquen, nos violen, nos descuarticen, nos desaparezcan. Tal vez estamos en contra del progreso porque nos oponemos a los megaproyectos que destruyen la naturaleza y nos destruyen como pueblos, y que heredan muerte para las generaciones que siguen. Tal vez estamos en contra de la modernidad porque nos oponemos a un tren, una carretera, una presa, una termoeléctrica, un centro comercial, un aeropuerto, una mina, un depósito de material tóxico, la destrucción de un bosque, la contaminación de ríos y lagunas, el culto a los combustibles fósiles. Tal vez somos atrasados porque honramos a la tierra en lugar de al dinero. Tal vez somos bárbaros porque cultivamos nuestros alimentos. Porque trabajamos para vivir y no para ganar paga. Tal vez somos inoportunos e inconvenientes porque nos gobernamos a nosotros mismos como pueblos que somos. Porque consideramos el trabajo de gobierno como un trabajo más de los comunitarios que habremos de cumplir. Tal vez somos rebeldes porque no nos vendemos, porque no nos rendimos, porque no claudicamos. Tal vez somos todo eso que dicen de nosotros.»*
>
> ***do Comunicado lido pelo Esquadrão 421 em Madrid (13/08/2021)***

A mensagem é directa, nem os colonizadores centenários nem os maus governos de hoje os conquistaram. «Não nos conquistaram!» Apesar da violência infligida sobre os povos indígenas através dos séculos, na reimaginação deste novo cenário de conquista, os seus corpos e a sua viagem são o testemunho vivo desta outra história. Por outra parte, esse grito de rebeldia, impresso na enorme faixa que precedia ao barco zapatista durante a mobilização na capital espanhola, abre interrogações sobre a definição da palavra «conquistar».

> *«Y también decimos que sólo con la destrucción total de ese sistema será posible que cada quien, según su modo, su calendario y su geografía, habrá de levantar otra cosa. No perfecta, pero sí mejor. Y a eso que se construya, a esas nuevas relaciones entre los seres humanos y entre la humanidad y la naturaleza, se le pondrá el nombre que a cada quien le dé la gana. Y sabemos que no será fácil. Que no lo es ya. Y sabemos bien que no podremos solos, cada quien en su parcela combatiendo contra la cabeza de la hidra que le toca padecer, mientras el corazón del monstruo se rehace y crece todavía más.»*
>
> ***do Comunicado lido pelo Esquadrão 421 em Madrid (13/08/2021)***

Na contemporaneidade, parece que esta nova definição se enquadra numa porta aberta para as múltiplas resistências e também numa total e global rejeição do sistema moderno e das suas retóricas civilizatórias e extractivistas sobre a terra e sobre os corpos.

Obrigada Esquadrão 421! Temos saudades vossas**.**

«Porque vivir no es sólo no morir, no es sobrevivir. Vivir como seres humanos es vivir con libertad. Vivir es arte, es ciencia, es alegría, es baile, es lucha. Y claro, vivir también es estar en desacuerdo con una u otra cosa, discutir, debatir, confrontar.»

As palavras de Lupita ressoaram na Praça de Colombo, mas ressoam acima de tudo nos nossos corações. Madrid, 13/08/2021.

NOTAS

1 Cristóvão Colombo chegou às Américas em 1492, Hernán Cortés às margens de Veracruz (México) em 1519 e o que se dizia ser a queda de Tenochtitlan foi em 1521.

A Força Aérea Zapatista aterra em Viena com Chiapas à beira da Guerra Civil

Cerca de 170 zapatistas chegaram a Viena, poucos dias depois do regresso ao México do Esquadrão 421. Na capital austríaca, antes de se dividirem em grupos para visitar todos os territórios da Europa e chegarem a Portugal em Novembro, participaram em vários protestos e encontros, numas boas-vindas ensombradas pelo sequestro de dois companheiros zapatistas em Chiapas. O território está à beira da guerra civil, com as comunidades zapatistas de raiz maia a enfrentarem um crescente número de agressões por parte de grupos paramilitares e do narcotráfico.

AMEHD COCA

FRANCISCO NOREGA COM *MEDIOS LIBRES EN VIENA*[1]
GUILHOTINA.INFO

No coração da Europa Central, a 14 de Setembro de 2021, uma centena de mulheres, homens e crianças zapatistas aterraram em Viena a sexta cidade mais populosa da União Europeia. Com documentação completa e bilhete na mão, vacinas e protocolos sanitários garantidos, as zapatistas conseguiram romper o racismo transatlântico, que tudo fez para impedir esta viagem. A delegação aerotransportada *A Extemporânea* deve o seu nome ao racismo de um México que considera «extemporâneos» os seus povos originários e ao racismo da Europa Fortaleza que, escudada nas regulamentações sanitárias, procurou durante meses travar a entrada das zapatistas.

No aeroporto de Viena concentraram-se dezenas de colectivos de toda a Europa. Quando o primeiro grupo d' *A Extemporânea* cruzou a porta das chegadas, ouviram-se aplausos, gritos de «Zapata vive, la lucha sigue!», «EZLN!», «los pueblos unidos jamás serán vencidos» e canções revolucionárias em várias línguas. No exterior do aeroporto, mulheres austríacas e migrantes deram as «boas-vindas à vossa casa» em alemão e em espanhol. Com camisa azul, chapéu, viseira de protecção sanitária e com o rosto tapado apenas por uma máscara, prescindindo pela primeira vez do lenço vermelho e do passa-montanhas, o Subcomandante Insurgente Moisés tomou o microfone para dirigir-se aos anfitriões da Europa e falar sobre a defesa da Mãe Terra. «Vai-se acabar a natureza. É isso que viemos dizer-vos. Não acreditam? Vão vê-lo», avisa. «De nome já sabemos quem é: é o capitalismo». «Os governantes não vão fazer nada, porque são cúmplices do capitalismo. Eles são os que se põem de acordo para levar a cabo a destruição. Ninguém vai lutar por nós, ninguém vai defender-nos por nós, daquilo que faz o capitalismo. Jamais. Desde os nossos tetravós, falando de 500 anos, é o que vemos. Ninguém, absolutamente ninguém, vai lutar por nós.»

O discurso recua ao primeiro do ano da insurgência zapatista. «Nós, as zapatistas e os zapatistas, estamos aqui graças às nossas companheiras e companheiros que caíram no amanhecer de 1994, quando saímos a lutar contra o mau governo. Estamos aqui graças àscompanheiras e companheiros caídos na resistência e na rebeldia. A nossa rebeldia e resistência é que nós queremos governar-nos como povos. Nós não queremos matar, nós não queremos morrer. O problema é que não nos dão a oportunidade de fazer o que nós pensamos como homens e mulheres. E é o que vimos fazendo ao longo de 28 anos: não estamos a disparar, não estamos a matar, nem queremos morrer. Queremos a Vida», expressou à Europa o porta-voz do EZLN.

No dia seguinte chegou o restante grupo de mais de 70 homens zapatistas. A escassos metros da porta das chegadas internacionais, um grupo de anfitriãs migrantes tomou a palavra: «Queridas Compas, as migrantes de língua castelhana e portuguesa na geografia de Viena saúdam-vos e dão-vos as boas-vindas! Somos um colectivo que se juntou para vos acompanhar e reunir convosco, a delegação zapatista.

Queremos assegurar-nos de que a voz dos migrantes se escuta nas diferentes frentes da organização da Viagem pela Vida na Áustria. Perguntámo-nos: "Como teríamos gostado de ser recebidos quando chegámos desde o outro lado do oceano?" E respondemos que alguém nos podia ter dito as seguintes palavras: nós, os precarizados, nós, os racializados, nós que lutamos por ter uma voz migrante, nós que falamos alemão com sotaque, na geografia chamada Viena, saudamos-vos e damos-vos as boas-vindas! A nossa casa é a vossa casa.»

Os e as companheiras recém-chegadas estavam sorridentes e alegres por pisar pela primeira vez, e depois de uma longa espera, o solo europeu.

A valsa de Viena e os feminicídios na Áustria

A Fuerza Aérea Zapatista acabava de aterrar numa terra insubmissa, cuja história de dor e resistência é o verso do postal dos palácios em estilo rococó nas margens do Danúbio. Ricardo Loewe, do Comité de Solidariedade México-Salzburgo, explicou aos meios de comunicação independentes que, «junto com a Polónia e Hungria, a Áustria é um país do antigo império dos Habsburgo que hoje carrega a bandeira do racismo da Europa. É mais que triste, indignante, dá raiva, porque aqui existem reminiscências dramáticas de um fascismo que nunca desapareceu, que é vigente. E, ainda assim, estamos a receber a delegação zapatista! Não é por acaso que vêm a Viena, onde há muitos grupos que nutrem uma grande simpatia pelo zapatismo».

Para além da cripta imperial onde turistas podem visitar o túmulo de Maximiliano, ou a herança colonial do «penacho de Moctezuma que parece uma galinha morta», Loewe, de 80 anos, recorda-nos também o passado da «Viena vermelha», anterior à ditadura fascista de Dolfus; um marxismo austríaco cristalizado na Praça Friedrich Engels; mas também as lutas das mulheres e dissidências de género, o movimento okupa e a cultura da luta anarco-comunista, «pequena, mas bem-estruturada, sem partido».

Ao final da tarde de quinta-feira, 16 de Setembro, pouco mais de 48 horas depois de chegarem à capital austríaca, um grande contingente de mulheres maias zapatistas juntou-se a uma concentração para exigir justiça para Shukri e Fadumo, duas mulheres de origem somali assassinadas dois dias antes em Viena. Na concentração convocada pelo colectivo Ni Una Menos-Austria, em frente à monumental igreja de Karlsplatz, as companheiras ouviram, aplaudiram e filmaram diferentes intervenções de mulheres somalis e de outros países de África, Médio Oriente, Europa e América Latina, que se expressaram nas suas diferentes línguas. Ao seu lado, centenas de jovens mulheres feministas carregavam bandeiras e cartazes contra o patriarcado e o racismo.

O toque do sino da igreja de Karlsplatz não conseguiu calar as vozes altas nem os silêncios das mulheres expressando as suas dores e a sua raiva. «Nem uma menos!», «Alerta Feminista!» e «Stoppt den femizid!». Uma vibração anti-patriarcal, anti-racista e internacionalista marcava a primeira marcha europeia da Secção Miliciana Ixchel-Ramona, no protesto contra o 21.º feminicídio que assolou a Áustria no presente ano de 2021.

À chegada na Europa, o primeiro objectivo impusera-se na denuncia ao paramilitarismo e na exigência do aparecimento com vida de dois companheiros das bases de apoio do EZLN.

Sequestros em Chiapas provocam protestos internacionais

No dia seguinte, cerca de 20 mulheres e 30 homens zapatistas reforçavam o contingente internacional que se concentrava em frente à embaixada do México, no luxuoso centro histórico vienense. À chegada na Europa, o primeiro objectivo impusera-se na denuncia ao paramilitarismo e na exigência do aparecimento com vida de dois companheiros das bases de apoio do EZLN.

José Antonio Sánchez Juárez e Sebastián Núñez Pérez, integrantes da Junta de Bom Governo *Nuevo Amanecer en Resistencia y Rebeldía por la Vida y la Humanidad* do Caracol 10 de nome *Floreciendo la Semilla Rebelde*, situado em Patria Nueva, haviam sido sequestrados a 11 de Setembro na comunidade *7 de Febrero*, município de Ocosingo, Chiapas. A localidade é a sede da ORCAO, uma organização paramilitar que há vários meses tem vindo a perpetrar uma série de acções criminosas contra as Bases de Apoio do EZLN na comunidade autónoma *Moisés-Gandhi*.

Em frente do edifício monumental da diplomacia mexicana, e nos dias seguintes em mais de uma dezena de cidades europeias, activistas denunciaram a cumplicidade do governo federal de López Obrador, bem como de Rutilio Escandón, governador de Chiapas, nos ataques paramilitares perpetrados contra camponeses maias zapatistas, mas também contra companheiros defensores dos direitos humanos. Por fim, em comunicado do EZLN publicado a 19 de Setembro intitulado "Chiapas à Beira da Guerra Civil", este anuncia que os esforços de ambos os lados do atlântico, aliados à intervenção de organizações de defesa dos direitos humanos e dos párocos de San Cristóbal de las Casas e de Oxchuc, haviam dado frutos. Após oito dias sequestrados, os dois companheiros foram devolvidos com vida às suas comunidades.

ISABEL MATEOS

LORENA SALAMANCA

Subcomandante Moisés à chegada no aeroporto de Viena (em cima) e concentração frente à embaixada do México.

«O Governo de Chiapas não só encobre os bandos de narcotraficantes, como também alenta, promove e financia grupos paramilitares, como os que atacam continuamente comunidades em Aldama e Santa Marta», lê-se no comunicado, que denuncia estas acções com o objectivo de «provocar uma reacção do EZLN com o fim de destabilizar um estado cuja governabilidade pende por um fio». O comunicado termina, num tom que há muito já não se escutava da parte dos zapatistas: «Deixem já de jogar com a vida e a liberdade dos Chiapanecos. Noutra ocasião já não haverá comunicado. Ou seja, não haverá palavras, mas feitos.»

A mobilização internacional convocada pelo EZLN voltou a sair às ruas no dia 24 de Setembro, em dezenas de localidades no México, Estados Unidos, Brasil e em mais de meia centena de cidades e vilas europeias, para exigir um fim das provocações por parte dos paramilitares e dos governantes e para pôr um ponto final «no culto à morte que professam». Raúl Romero, académico da Universidade Nacional Autónoma do México que acompanha o zapatismo, dá conta do espírito vivido: «alguns dizem, com essa arrogância que acompanha a ignorância, que o zapatismo já não é apelativo, que já passou de moda, que o seu tempo se acabou. Vejam. Escutem. Está a nascer algo novo, um novo tempo, o tempo dos povos.»

Encontros na resistência a mega-projectos

Na manhã de sábado, anterior à libertação de José e Sebastián, uma delegação zapatista teve pela primeira vez um encontro público com uma resistência ao *mau* governo (conceito que os zapatistas usam para os governos dos de cima, por oposição às suas *Juntas de Bom Governo*). Neste que é um dos grandes centros da hidra capitalista, foi montado um impressionante acampamento em Lobau, nos arredores de Viena, para proteger um ecossistema raro dos planos do governo austríaco de aí construir uma auto-estrada atravessando a maior reserva natural da cidade, zona protegida desde 1978 e parte do Parque Nacional Danúbio-Auen desde 1996. Cerca de 60 homens e mulheres zapatistas encontraram-se com jovens e ambientalistas que resistem desde Agosto e que lhes contaram a história do local, o projecto e o porquê de defenderem esta que é a única paisagem do seu género que permanece ecologicamente intacta não só na cidade, mas em toda a Europa Central.

Entre intervenções e perguntas de parte a parte, discutiram-se estratégias de resistência para defender o território – falou-se de pacifismo, desobediência civil, ocupação e violência. Os activistas locais explicam que todo o movimento em Lobau é pacífico e que essa é uma condição fundamental para manter o amplo apoio da vizinhança. Embora sejam maioritariamente jovens a pernoitar no acampamento, vizinhos e vizinhas vêm colaborando e ajudando, e deixam que os jovens acampados tomem banho nas suas casas. Dão mesmo conta de um acordo com a polícia para que, caso o protesto se mantenha não-violento, esta avise os ocupantes com um dia de antecedência, na eventualidade de ser dada ordem de despejo.

LORENA SALAMANCA

LORENA SALAMANCA

Zapatistas em concentração contra o femícidi(em cima) e encontro no acampamento de Lobau

Não imaginamos quão estranho isto será para quem vem do México, onde a violência é prato do dia e a polícia apenas mais uma força de repressão e violência gratuita. «E se vocês não saírem?», perguntam as zapatistas. Explicam que, face a uma ordem de despejo, se não aceitarem sair pelo seu próprio pé, detêm-nos por 24 horas e voltam a soltá-los, sem nenhuma acusação. Ou seja, que «não se passa nada, e voltamos a acampar». O subcomandante Moisés, surpreendido, replica desconcertado: «É como se eu te dissesse "Vou rebentar a tua mãe", e tu dissesses "não, não o faças", e depois eu já não o faço», perguntando-lhes de seguida se realmente esse tipo de acções tem resultados. Para já, desde que começaram as ocupações em Lobau, os trabalhos de construção estão parados.

A zona de Lobau é o que resta de um enorme ecossistema húmido que se estendia pelas margens do Danúbio, destruído no processo de terraplanagem com vista à expansão e industrialização da capital austríaca, nos finais do século XIX. Naquilo que eventualmente ajuda a explicar a referida concertação pacifista, a região guarda a memória dos protestos ocorridos neste Parque Natural em 1984, a primeira vez que a desobediência civil foi amplamente aceite como uma estratégia. O plano de uma central hidro-eléctrica culminara na ocupação do local por centenas de pessoas, travando os trabalhos. A violenta intervenção de 800 polícias, para expulsar os cerca de três mil manifestantes que permaneciam no local, provocou confrontos, feridos e uma onda de indignação em Viena, onde 40 mil pessoas se manifestaram no mesmo dia da expulsão. Temendo a eclosão de uma revolta, o governo anunciou a suspensão dos trabalhos e o Supremo Tribunal a sua proibição. A ocupação foi terminada e, meses mais tarde, o projecto definitivamente abandonado. Desde esse ano, praticamente todos os mega-projectos na Áustria são enfrentados por algum movimento popular.

A visita a Lobau termina após a visita a outros dois acampamentos mais pequenos montados no estaleiro das obras. Um grupo de mulheres zapatistas decidiu aguardar em Lobau pelo almoço para o qual tinham sido convidadas. A conversa flui num registo informal e é partilhada a história do movimento zapatista desde 1986, a preparação do levantamento de 1994 e o papel dos e das promotoras de saúde e educação, colocando-se um foco especial na participação das mulheres em todo o processo. Sem esquecer também o consumo de álcool nas comunidades, raiz de problemas tanto em contexto militar como em contexto familiar, e como, enquanto comunidades e povos, decidiram enfrentá-lo. No acampamento de Lobau, ouvimos: «as zapatistas vêm dar esperança, inspiram-nos com tudo o que já conseguiram construir em Chiapas. São uma verdadeira biblioteca andante».

Numa varanda em Viena

Os grupos de Escuta e Palavra que compõem *A Extemporânea* começaram, a 22 de Setembro, a deslocar-se para as geografias que compõem a primeira zona da Viagem pela Vida – Alemanha, Escandinávia, Europa de Leste e Balcãs. Ao final da tarde desse mesmo dia, aterrou em Viena a delegação de 16 pessoas do Congresso Nacional Indígena (CNI-CIG) e da Frente de Povos em Defesa da Água e Terra (FPDTA).

Dois dias mais tarde, o CNI e a FPDTA participaram, com dezenas de zapatistas ainda presentes, na marcha da Greve Climática Mundial. Vinte mil pessoas tomaram as ruas da capital austríaca num percurso de 4 kms exigindo justiça climática, acções urgentes para combater o aquecimento global, uma mudança de sistema e apoiando à resistência contra a construção da auto-estrada em Lobau. A manifestação terminou no parlamento austríaco e, depois das intervenções da organização e da actuação de uma banda local, subiram ao palco duas companheiras que fizeram ressoar a mensagem dos povos indígenas do México. Frente à majestosa varanda onde Hitler discursou em 1938, perante centenas de milhares de pessoas, consumando a anexação nazi, Libertad, uma companheira zapatista, contou a história de uma mulher:

> Um grande contingente de mulheres maias zapatistas juntou-se a uma concentração para exigir justiça para Shukri e Fadumo, duas mulheres de origem somali assassinadas dois dias antes em Viena.

«Não importa a cor da sua pele, porque tem todas as cores. Não importa o seu idioma, porque escuta todas as línguas. Não importa a sua raça e a sua cultura, porque nela habitam todos os modos. Não importa o seu tamanho, porque é grande e, ainda assim, cabe numa mão. Todos os dias e a todas as horas, essa mulher é violentada, golpeada, ferida, violada, burlada, desprezada. Um macho exerce sobre ela o seu poder, todos os dias e a todas horas. Ela vem até nós, mostra-nos as suas feridas, as suas dores, as suas tristezas, e só lhe damos palavras de consolo, de pena, ou ignoramo-la. Talvez, como esmola, lhe dêmos algo para que cure as suas feridas, mas o macho continua a sua violência.

Nós e vocês sabemos em que é que termina isto. Ela será assassinada e, com a sua morte, morrerá tudo. Podemos continuar a dar-lhe palavras de alento e remédios para os seus males. Ou podemos dizer-lhe a verdade: o único medicamento que poderá curá-la e saná-la por completo é enfrentar e destruir quem a violenta. E podemos também, e em consequência, unir-nos a ela e lutar a seu lado.

A essa mulher, nós, os povos zapatistas, chamamos-lhe "Mãe Terra". Ao macho que a oprime e a humilha, ponham-lhe o nome, o rosto e a forma que quuiserem. Nós, os povos zapatistas, chamamos a esse macho assassino por um nome: capitalismo.

E chegámos a esta geografia para vos perguntar: vamos continuar a pensar que com pomadas e calmantes se solucionam os golpes de hoje, ainda que saibamos que amanhã será maior e mais profunda a ferida? Ou vamos lutar juntos com ela?

Nós, as comunidades zapatistas, decidimos lutar junto a ela, por ela e para ela.»

É, então, a vez de Isabel, uma mulher otomi do Congresso Nacional Indígena, tomar a palavra:

«Hoje estamos a ver que, os que vivemos na cidade, não temos direito a ela e, aos que estamos nas nossas aldeias, nos despojam. Temos aí muitas empresas que nos vêm enganando sobre o que é progresso, temos a termoeléctrica, o comboio maya, parque eólicos, os pais de ayotzinapa, e os agroquímicos que aqui, em países desenvolvidos, já não se vendem, pelo que os levam para os nossos povos para matar-nos a todas e a todos.

Hoje estamos aqui todos os povos do outro lado do mundo para caminhar juntas e juntos. Por isso nós, como Conselho Indígena de Governo, estamos a caminhar junto com as nossas irmãs e irmãos zapatistas. Esta é uma Viagem pela Vida porque, se se acaba a Mãe Terra, se a matamos entre todas e entre todos, vamos acabar junto com ela, vamos morrer junto com ela. E daqui lhes dizemos, ao capitalismo e ao patriarcado, que a única coisa que queremos é a nossa autonomia, as nossas aldeias, as nossas águas livres de contaminação. Não queremos mais capitalismo, não queremos mais empresas. E também lhes dizemos que não esquecemos, não capitulamos, e até à vitória... Zapata vive!».

A multidão responde: «La lucha sigue!»

Ao contrário do discurso de Hitler, estes dois discursos não irão aparecer nos livros de história. Mas cumprem o papel de, através da escuta e da palavra, semear essa resistência e essa rebeldia que é o principal objectivo desta Viagem pela Vida.

Durante estes dias, à porta fechada, as zapatistas, o CNI e a FPDTA realizaram diversos encontros de Escuta e Palavra com mulheres migrantes de línguas portuguesa e castelhana, com mulheres palestinianas e com várias outras comunidades e lutas em Viena, para tratar dos assuntos que trazem à Europa estes povos indígenas.

NOTAS

1 Partes deste artigo têm por base os trabalhos colectivos dos Medios Libres en Viena e publicadas originalmente em castelhano e em português na RadioZapatista.org, Pozol.org e Guilhotina.info

Alexa, o que tens vestido?

Os assistentes de voz, dispositivos de inteligência artificial com voz de uma mulher por defeito, tornaram-se muito comuns nos lares de todo o mundo. As suas funções são variadas, mas estão na sua maioria confinadas à esfera doméstica e à ajuda nas tarefas quotidianas. Muitos deles reforçam os estereótipos de género, uma vez que as suas personalidades são complacentes, subservientes e dóceis. «Fico feliz quando te ajudo», responde-nos Alexa, a assistente de voz da Amazon, quando lhe perguntamos se está feliz.

GENOVEVA LÓPEZ
ELENA MARTÍNEZ VICENTE EL SALTO
ILUSTRAÇÃO **PATRICIA BOLINCHES**

Yolande Strengers é investigadora e professora na Universidade de Monash, na Austrália. O seu campo é a sociologia digital e a tecnociência feminista, bem como o mergulho no mundo dos algoritmos éticos e da interacção robô-pessoa. Publicou recentemente, juntamente com a colega de investigação Jenny Kennedy, *"The Smart Wife. Why Siri, Alexa, and Other Smart Home Devices Need a Feminist Reboot"* (The MIT Press, 2020), um livro onde exploram a forma como os novos dispositivos de assistência têm impacto nas relações de género. «Quando começámos a investigar a presença da Alexa e de outros assistentes de voz dentro de casas foi fascinante, porque as pessoas interagiam com elas como se fossem pessoas, como se houvesse uma nova mulher dentro de casa», conta Strengers a El Salto.

No seu estudo, as autoras encontraram uma prova clara: grande parte da tecnologia, especialmente os assistentes de voz, baseia-se no estereótipo da esposa perfeita dos anos 50 no mundo ocidental. «Estes dispositivos reforçam a fantasia de que as mulheres estão permanentemente disponíveis para servir. Para além de possuírem uma personalidade subserviente, amigável e complacente, assumem também um papel de serviço. Estão ali para satisfazer as necessidades da família», afirma.

> Se perguntarmos a Cortana o que tem vestido, ela responde «uma coisinha que recebi do departamento de desenvolvimento».

As conclusões de Strengers e Kennedy estão de acordo com o relatório publicado pela Unesco em 2019 *"I'd blush if I could"* sobre o preconceito de género na inteligência artificial. «Como a voz da maioria dos assistentes é feminina, é enviado um sinal de que as mulheres são prestáveis, dóceis, ansiosas por ajudar, disponíveis com um mero toque de um botão», lê-se nas conclusões do estudo.

Para que isto aconteça, é necessário que as máquinas se antropoformizem como mulheres. A personalidade é um factor chave na concepção e no desenvolvimento de um VAVA - um acrónimo de *Voice Activated Virtual Assistant* - e é importante para definir o comportamento que terá perante as diferentes exigências das pessoas que o utilizam. Em termos gerais, é quase sempre definido que respondam com frases curtas e claras, que não utilizem jargão e que recorram a fontes externas no caso de questões complexas. Siri e Alexa foram principalmente concebidas para serem amáveis ao serviço dos seus utilizadores, embora ao longo do tempo as versões tenham sido melhoradas, através

«Como a voz da maioria dos assistentes é feminina, é enviado um sinal de que as mulheres são prestáveis, dóceis, ansiosas por ajudar, disponíveis com um mero toque de um botão», lê-se nas conclusões do estudo.

«Estes dispositivos reforçam a fantasia de que as mulheres estão permanentemente disponíveis para servir», diz Strengers.

da incorporação do sentido de humor para lidar com questões incómodas e é aqui que o assédio encontra o terreno perfeito para consolidar comportamentos sexistas mediante a passividade das máquinas.

Programação perante o assédio sexual

Da mesma forma que as assistentes de voz assumem papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, estas máquinas são também assediadas como mulheres. De acordo com a Robin Labs, uma empresa dedicada a software falante, estima-se que 5% das ordens que os assistentes de voz recebem são palavras de assédio sexual. Tendo em conta que 4,2 milhões de pessoas irão utilizar assistentes de voz em 2020, o número é consideravelmente elevado.

Mas como estão estes dispositivos programados para responder ao assédio sexual? Se perguntarmos a Cortana o que tem vestido, ela responde «uma coisinha que recebi do departamento de desenvolvimento». Se lhe pedirmos que nos faça um broche, ela é evasiva. «Vamos mudar de assunto que isto não nos está a levar a lado nenhum», diz. *Google Home*, cuja voz predeterminada é feminina, entristece-se se lhe chamarmos puta, ou prostituta: «Lamento que penses isso de mim». Siri, um pouco mais acutilante, diz que não tem qualquer intenção de responder a isso. Quando confrontado com propostas directas como «quero foder contigo», o assistente do Google responde que não nos compreende, Alexa não diz nada e Siri e Cortana respondem «não».

De acordo com o referido relatório da UNESCO, «a subserviência dos assistentes de voz digitais torna-se especialmente preocupante quando estas máquinas dão respostas desviantes, fracas, ou de desculpa do assédio sexual verbal». Silvia Semenzin é socióloga digital, investigadora na Universidade Complutense de Madrid e professora associada na Universidade de Amesterdão. Acaba de publicar em 2021, *Donne tutte putanne* ("Todas as mulheres são putas"), sobre violência de género online. A autora comenta que «este tipo de estereótipos tem consequências sociais. Estamos a habituar as pessoas à ideia de que é normal dizer a alguém que se vê como uma mulher que se vai violá-la e não receber qualquer tipo de resposta», diz Semenzin. «E isto reforça a cultura da violação», conclui.

A discriminação de voz baseada no género da pessoa que se relaciona com a máquina também responde ao mesmo tipo de preconceito. Soraya Chemaly, escritora e activista cujos estudos se centram no papel do género na cultura, descobriu numa investigação que os assistentes virtuais Siri, Cortana, *Google Assistant* e *S Voice* eram capazes de responder a perguntas sobre o que fazer em caso de ataque cardíaco, ou pensamentos de suicídio, «mas nenhum reconheceu as frases "fui violada" ou "fui sexualmente agredida"». Hoje, a Siri foi actualizada e a resposta que dá é: «Parece que pode precisar de ajuda. Se quiser, posso procurar na internet informações sobre assistência a vítimas de agressões sexuais», fornecendo números de telefone e centros de apoio a vítimas. O Google, no entanto, fornece informações gerais sobre o que é uma violação.

Como se desenha uma inteligência artificial ou um robô?

Nieves Ábalos é uma engenheira informática especializada em interfaces de conversação e impulsionadora da iniciativa *Women in Voice Spain*, que visa dar visibilidade às mulheres e outras minorias que não estão representadas no sector, a fim de tornar o futuro mais inclusivo. «Ao conceber um assistente de voz, temos primeiro de saber com quem vai falar e que problemas vai resolver». Para tal, a primeira coisa é definir as áreas em que a pessoa interage por voz e a personalidade do produto, comportamentos perante determinadas situações, tom e uso das palavras, de acordo com Ábalos. No caso de assistentes, além disso, trabalha-se muito as respostas a pedidos comuns como «olá» ou «conta-me uma piada». No *Google Assistant* contrataram um guionista da Pixar exclusivamente para definir a sua personalidade perante este tipo de resposta, diz-nos a engenheira.

Mas porquê as mulheres? Existem estudos que mostram que as pessoas vêem as vozes dos homens como mais autoritárias e as vozes das mulheres como mais complacentes. De acordo com Strengers, a introdução de assistentes com voz feminina «é uma forma pouco ameaçadora de introduzir estes dispositivos nas nossas vidas sem grande preocupação». Para a investigadora, as empresas «utilizam personagens familiares e estereotipados para que não nos preocupemos com outros assuntos, tais como as questões de segurança e privacidade que estes dispositivos implicam».

Os assistentes mais populares vêm por defeito com uma voz feminina e são programados com uma personalidade feminina. De acordo com estas empresas, isto é a resposta a extensos estudos anteriores que avaliaram a forma como certas vozes são percebidas. «Em todos os processos de desenho de equipamento, desde a conceptualização até aos testes de utilizadores, os estereótipos de mulher/cuidadora/secretária e homem/especialista ainda estão presentes», diz Ábalos, especialista no campo do desenho de equipamento. «Devemos avançar para uma concepção mais inclusiva da tecnologia», diz Semenzin. A investigadora acredita que é necessário questionar os objectivos da tecnologia e os seus comportamentos. «Se o mercado está a pedir algo discriminatório, o papel dos tecnólogos é adoptar uma abordagem crítica e trazer visões mais inclusivas para cima da mesa», assegura a autora.

Ana Valdivia, investigadora doutorada em inteligência artificial no King's College de Londres, afirma que «é perfeitamente possível programar uma assistente virtual que dê respostas com uma perspectiva de género». De acordo com o Instituto da Mulher, menos de 25% do pessoal que programa assistentes de voz são mulheres, «e isto nota-se», sublinha Valdivia, «mas também é necessária uma perspectiva interseccional». Existem ferramentas, tais como o *Data Feminism* ou *Design Justice*, que servem para questionar padrões de poder, ou ter em conta a diversidade, diz a investigadora.

Alexa feminista

Há cada vez mais vozes que se levantam contra o preconceito dos assistentes de voz. Existem grupos de investigação que inter-relacionam a perspectiva descolonial, a anti-racista e a feminista no campo da inteligência artificial. Por exemplo, o colectivo *Feminist Internet* está a desenvolver oficinas para programar uma Alexa feminista. Para o efeito, desenvolveram uma ferramenta de concepção com uma perspectiva de género, aplicável a todos os artefactos programáveis em inteligência artificial, cujo objectivo é estabelecer consciência sobre os valores que neles são implementados. Afirmam que «o risco de não reflectir sobre isto é que a concepção reforce estereótipos negativos sobre grupos particulares de pessoas, o que poderia ser prejudicial».

Este mesmo colectivo programou o F'xa, um *chatbot* para uso educativo. O seu nome vem do trocadilho das palavras *fuck* e Alexa. Este *chatbot* não ajuda nas tarefas domésticas e o seu tom não cumpre com a subserviência encontrada na maioria das interfaces de conversação. A F'xa aborda a questão do preconceito da IA a partir de uma perspectiva feminista, como pode ser lido no seu sítio web.

Há também o Q, uma inteligência artificial de género neutro, promovida por uma coligação de colectivos e agências de som e design que visa acabar com o preconceito de voz na inteligência artificial. A voz foi gravada com pessoas que não se identificam com o binarismo sexual e depois alterada entre os 145 e os 175 Hertz.

Bia, a inteligência artificial do Bradesco, um banco brasileiro, foi programada em Abril com novas respostas contra o assédio sexual. Anteriormente, quando recebia ataques verbais com conteúdo sexual, a resposta era passiva: «Não entendi, poderia repetir?» A nova programação envolve respostas directas e contundentes, sem servidão nem passividade: «Estas palavras não podem ser usadas comigo nem com mais ninguém» e «para si pode ser uma piada, mas para mim é violência» são algumas das novas respostas que Bia oferece aos avanços sexuais dos utilizadores. A acção está em consonância com a iniciativa *#HeyUpdateMyVoice* lançada pela UNESCO no seguimento do relatório *"I'd Blush if I could"*, para promover a mudança de programação das inteligências artificiais com preconceitos machistas.

Contra os gigantes da energia, autodefesa e auto-organização eco-feminista

Os governos neoliberais confiam a solução da crise energética aos mesmos senhores que a provocaram. As eco-feministas e defensoras da terra põem a nu as contradições de uma transição energética corporativa e desenvolvimentista que, se é que renova alguma coisa, é o conflito capital-vida.

JUNE FERNÁNDEZ [1]
ILUSTRAÇÕES **VÍCTOR RIVAS** PARA A PLATAFORMA EIQUÍ EÓLICOS NON

Este artigo começou a ser escrito na semana em que entrou em vigor no Reino de Espanha o novo sistema de tarifas da luz, que obriga os e as cidadãs a usar electrodomésticos em horas de descanso se não quiserem que a sua factura dispare. O Governo defendeu esta mudança como chave para fomentar a poupança energética, a eficiência, o auto-consumo e o desenvolvimento dos veículos eléctricos. Isto é, responsabiliza as e os pequenos consumidores por tudo isso em vez das grandes empresas. A jornalista Maria Ángeles Fernández critica numa análise na revista Pikara a falta de perspectiva de género na medida: «A nova facturação vai afectar o trabalho doméstico e de cuidados, em muitos casos alargando as jornadas [de trabalho] já por si infinitas».

Questionada sobre este assunto numa entrevista radiofónica, a vice-presidenta Carmen Calvo saiu-se com feminismo descafeinado: «A grande questão não é quando se põe a máquina a lavar mas sim quem a põe». A grande questão é que a maioria das pessoas que convivem com a pobreza energética são mulheres. Como Rosa, a idosa viúva de Reus que morreu num incêndio porque iluminava a sua casa com velas desde que a empresa *Gás Natural Fenosa* (hoje *Naturgy*) lhe cortou a luz por falta de pagamento. O Supremo Tribunal de Justiça da Catalunha, aliás, anulou a multa de 500.000 euros que a *Generalitat* [Governo da Catalunha] impôs à *Naturgia*, como denuncia a Aliança contra a Pobreza Energética. Não é por acaso que esta organização é liderada por mulheres, tal como o são as plataformas contra os despejos. Rosa é um dos rostos da pobreza energética; o outro é o de uma mulher migrante, dedicada ao trabalho doméstico (fora e dentro de sua casa), chefe de uma família monoparental. Às dores de cabeça pelos cortes de energia, pelas temperaturas inadequadas e pelas dívidas, soma-se agora um fardo mental ainda maior.

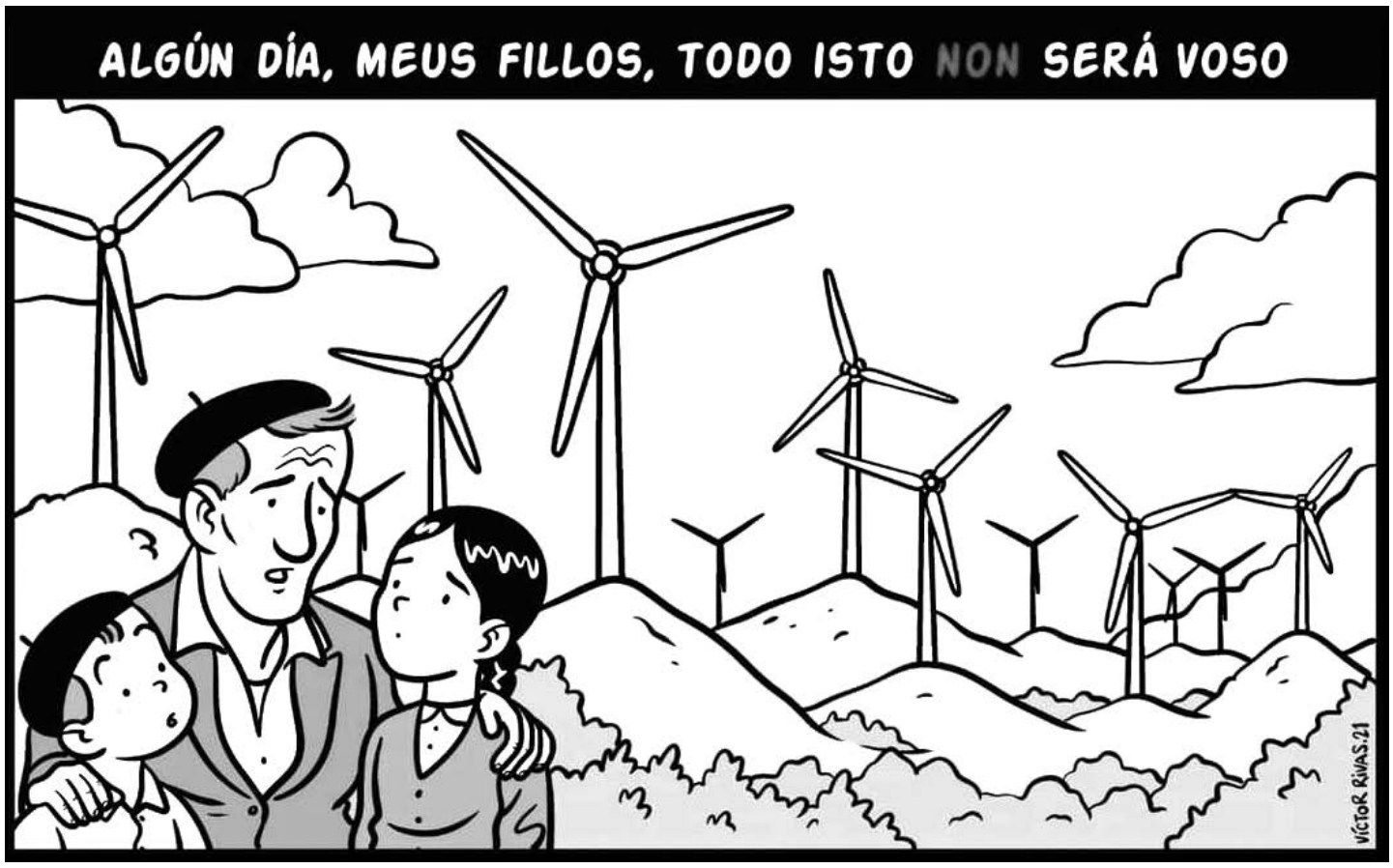
> A promoção das renováveis em grande escala renova as injustiças sociais e ambientais que se traduzem em violências específicas contra as mulheres.

Encontramos o reverso dessa vulnerabilidade interseccional nos conselhos de administração das multinacionais da energia: os homens acumulam cerca de 85 por cento dos postos directivos na Repsol, Endesa, *Naturgy* e *Red Eléctrica de España*. No sector da energia eólica, os números superam os 90 por cento.

Eco-feminismo contra o *greenwashing*

Estes senhores burgueses, brancos, com esposa e/ou empregada doméstica para pôr a sua roupa a lavar, são os que mais contribuem para o aquecimento global. As empresas mencionadas (assim como a EDP, a Cepsa ou a Iberdrola) figuram na lista das dez empresas espanholas mais poluentes, segundo *La Marea*. E, no entanto, numa jogada de mestre, as mesmas grandes corporações responsáveis pela emergência climática são as grandes beneficiárias das avultadas quantias de dinheiros públicos para a transição energética, como aquelas que estão reservadas nos fundos europeus *Next Generation*. As cooperativas de energia da economia social não podem competir nesses concursos ao lado de empresas transnacionais que apresentam megaprojectos ligados ao hidrogénio, a parques eólicos e fotovoltaicos, ao AVE (comboio de alta velocidade), às gigafábricas de baterias, à digitalização da agricultura e à mobilidade inteligente.

As portas giratórias também têm muito a ver com esta dinâmica perversa. A Repsol, a empresa mais poluente da Catalunha, com uma superfície de exploração de petróleo e gás que abarca 31 estados do Norte e do Sul global, pretende agora liderar a transição energética



a nível mundial. Um dos seus homens de referência, Jaume Giró, é o novo conselheiro de Economia da *Generalitat*.

No passado dia 8 de março, a coordenadora feminista da Catalunha criticava esse «gigantesco e descarado financiamento das elites económicas com dinheiros públicos». Na secção do seu manifesto dedicada ao eco-feminismo, ela atribuía a emergência climática «à invisibilidade e desvalorização dos processos de sustentação da vida e dos ciclos naturais da Terra». Também denunciava que o extractivismo das empresas transnacionais «criminaliza os protestos e mata, além de acelerar os fenómenos climáticos extremos, com a consequente expulsão de aldeias inteiras, provocando processos migratórios e a propagação de doenças climáticas e disseminando a pobreza energética». E reivindicava «um decrescimento económico, uma transição eco-social e uma cultura regeneradora e feminista que recupere as soberanias através de uma gestão pública e comunitária que garanta o acesso universal aos serviços básicos, como a água e a energia».

Tica Moreno, membro da organização feminista brasileira Sempreviva e da Marcha Mundial das Mulheres, defende essa transição energética popular em contraposição ao modelo corporativo e desenvolvimentista que «acentua aquilo a que chamamos o conflito capital-vida». Eco-feministas como Yayo Herrero respondem às promessas dos senhores da energia com um banho de realidade: se não se aceita a necessidade de decrescer, de partilhar riqueza e de velar pela sustentabilidade da vida, assistiremos ao aprofundamento das violações dos direitos humanos.

Defensoras do território

Duzentas e doze defensoras do território foram assassinadas só em 2019. Jessenia Villamil, do *CENSAT* - Água Viva Colômbia, destaca que os impactos do extractivismo são ambientais, mas também sociais e políticos, incluindo a violência de grupos armados que defendem os megaprojectos. Ela também põe a nu a perversão deste colonialismo do século 21: «Paradoxalmente, muitos países europeus estão a fazer a transição para outras formas de produção de energia ao mesmo tempo que as suas empresas

> Se um pé da agenda eco-feminista face ao extractivismo energético está na auto-defesa, o outro está na auto-organização.

continuam a explorar e a promover as exportações de carvão no Sul global».

A promoção das renováveis em grande escala renova as injustiças sociais e ambientais que se traduzem em violências específicas contra as mulheres. Patricia Gualinga, defensora do povo Sarayaku do Equador (entrevistada nesta mesma edição da revista *Soberanía Alimentaria*), conta que as frotas de canoeiros que saqueiam a madeira de balsa que é exportada para a construção das pás das turbinas eólicas introduziram o álcool nas comunidades indígenas e que há mulheres que estão a ser «tomadas literalmente como esposas» por *balseros* que mais tarde as abandonam.

Espoliação de recursos naturais, contaminação de aquíferos, apropriação de terras agrícolas, deslocamento forçado das populações… Viajamos com estas palavras aos povos indígenas em luta em Abya Yala, mas as mesmas queixas também ocorrem nos nossos próprios territórios. A Galiza, que já resistia aos projectos de mineração a céu aberto, é a segunda comunidade autónoma do Reino de Espanha na produção de energia eólica, segundo Isabel Vilalba, do *Sindicato Labrego Galego*.

No seu discurso contra o «consumismo feroz de energia» e pelos direitos do campesinato, ressoa o discurso de defensoras latino-americanas como Bettina Cruz, de Oaxaca, intimidada e hostilizada pela sua oposição às empresas eólicas no Istmo de Tehuantepec. «Centenas de projectos ameaçam os nossos territórios, os nossos rios, as nossas florestas, enfim, as nossas vidas», exclama a galega. Esses gigantes, cujas placas e baterias demandam enormes quantidades de materiais da indústria extractiva de minérios, invadem reservas da biosfera e erigem-se a escassos metros das residências, sem trazer qualquer retorno social. «O que acontecerá com estes parques eólicos após os 25 anos de vida útil que têm?», questiona.

Especulação e abortos

«Esta noite fechar bem as janelas; até os painéis indicam má qualidade do ar em Muskiz», alerta a plataforma *Meatzaldea Bizirik* (Zona Mineira Viva) no Twitter. Muskiz é o município da Biscaia onde se encontra a refinaria da *Petronor*, a maior empresa da província e filial basca da Repsol. Este colectivo continua a lutar pelo desmantelamento da refinaria de coque construída em terrenos do domínio público marítimo-terrestre. Entretanto, a petrolífera juntou-se ao *greenwashing* juntamente com o Governo Basco, lidera o consórcio do Corredor Basco de Hidrogénio, um megaprojecto que representa a maior rubrica (220 milhões) das iniciativas submetidas aos fundos *Next Generation* pelo País Basco. Vozes críticas lembram que a maior parte do investimento irá para investigação e protótipos, sem garantias de que essa promessa de futuro se concretize. A eco-feminista Yayo Herrero compara esses processos com as dinâmicas da especulação urbana. Ela refere-se ao extractivismo de minérios como o lítio: «Basta que um terreno rústico seja definido como terreno de extracção para que os valores e os activos das empresas proprietárias desses territórios cresçam enormemente».

Também não é por acaso que *Meatzaldea Bizirik* é liderada por mulheres. Uma das suas porta-vozes, Sara Ibáñez, atribui isso à estratégia da *Petronor* de contratar miúdos da região para desactivar as mobilizações. Esta médica obstetra aposentada conta ao *El Salto* que o gatilho para a sua consciência ecologista foi o seu segundo aborto espontâneo. Era o ano de 1992 e a parteira avisou-a que todas as mulheres que estavam grávidas na região estavam a abortar. «Depois de trinta e cinco anos a acompanhar a saúde das mulheres da região, sempre tive a impressão, incluindo os dados, que temos mais problemas de saúde, tanto na gravidez como na saúde ginecológica e piores resultados no peso dos recém-nascidos», afirma.

A sua narrativa lembra a das Mães de Ituzaingó (Córdoba, Argentina) que enfrentaram o Estado e muitos homens da sua comunidade ao denunciarem os impactos na saúde de multinacionais agrícolas pelo uso de glifosato nos campos de soja.

Da auto-defesa à auto-organização

Se um pé da agenda eco-feminista face ao extractivismo energético está na auto-defesa, o outro está na auto-organização. Em 2018, o Governo de Mariano Rajoy nomeou 14 especialistas para formar uma comissão para a transição energética. Todos eles eram homens. Alguns assinaram a campanha «*En energía, ¡no sin mujeres!*» (Energia, sem mulheres não!), lançada pelas profissionais e activistas do sector, inspiradas em campanhas semelhantes no meio académico e cultural. Em 2020, os grupos parlamentares incluíram apenas duas mulheres entre 15 especialistas nomeados para uma nova comissão no Congresso dos Deputados.

Arantxa García assinala numa reportagem incluída na monografia "Energias", da revista Pikara, que o desenvolvimento das energias renováveis como soluções-milagre tecnológicas está masculinizado, enquanto que as mulheres estão mais presentes na investigação e desenvolvimento sobre adaptação às alterações climáticas, uma linha da trabalho que recebe menos atenção e dotação económica. «Podemos ter um planeta onde haja emissões zero e onde não haja vida", diz Vanessa Álvarez, da Rede Eco-feminista, nessa reportagem. Esta activista eco-feminista escreveu em *El Salto* que nós, mulheres, «aparecemos como vítimas do sistema ou beneficiárias dos apoios sociais, mas nunca como agentes de transformação, como pessoas emancipadas e autónomas que têm muito a dizer e a contribuir».

Precisamente em 2018, 150 cidadãs emancipadas e autónomas fundaram em Bilbao a Rede de Mulheres por uma Transição Energética Eco-feminista para dar visibilidade e denunciar a sua exclusão das esferas de poder do sector energético. Outro dos seus objectivos é dar a conhecer as análises com perspectiva de género dos impactos do actual modelo energético, que definem como machista e obsoleto.

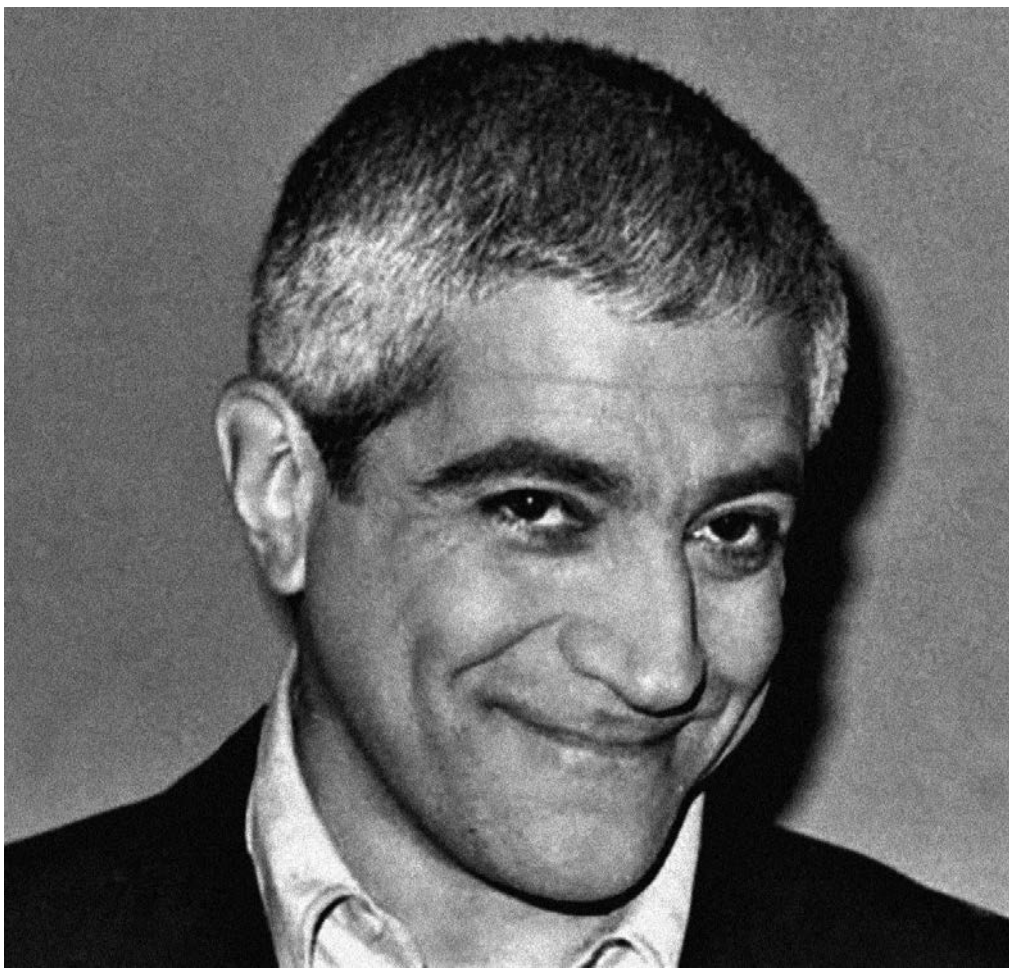
Esta rede tem promovido «revoluções silenciosas e solidárias», como descreve Rocío Nogales Muriel (também em *El Salto*) como o projecto de instalação de painéis fotovoltaicos lançado no ano passado num parque industrial de Madrid pelas cooperativas *Xenergía* e *La Corriente*. «Aprendemos sobre as fases de execução de uma instalação solar: desde o fornecimento de materiais ao *layout* da instalação, culminando na montagem da estrutura, dos painéis, do inversor, do traçado dos cabos eléctricos e suas ligações», conta. O seu artigo contrasta com as manchetes dos media neoliberais sobre a Repsol querer competir no sector do auto-consumo com painéis solares.

Estas cooperativas energéticas cumprem a dupla função de pressionar os governos para que promovam mudanças estruturais e de experimentar uma gestão colectiva e democrática, valoriza Yayo Herrero: «É crucial, simplesmente para poder ter garantias de sobrevivência digna, por um lado, para nos activarmos, organizarmo-nos, resistirmos e confrontarmos e, por outro lado, para construir alternativas sem esperar que nos dêem permissão para fazê-lo».

Para escrever esta análise, bebi de duas fontes valiosas (além dos artigos da revista *Pikara*, *La Marea*, *El Salto* e ARGIA): a monografia *Energías*, editada pela Pikara com o apoio da cooperativa *Goiener* e as jornadas «Uma visão crítica da transição energética», organizadas pela Revista Soberanía Alimentaria.

NOTAS
1 Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas nº41, Verão de 2021

Anotações no luto pela morte de Otelo



FERNANDO SILVA*

A avalanche noticiosa desencadeada pela morte de Otelo, em Julho passado, ainda ressoa. É natural, morreu uma das personagens mais importantes da história contemporânea de Portugal: o militar que planeou e comandou as operações de derrube do regime ditatorial no golpe militar de 25 de Abril de 1974. Um dos poucos oficiais da casta militar que alinhou incondicionalmente com as classes populares no processo histórico dali resultante, ao ponto de ter acompanhado a expressão organizada mais radical do movimento revolucionário (defensora do «poder popular», da democracia participativa) até à derrota final, prisão e sequente dispersão, pouco mais de uma década depois.

Com as comemorações oficiais do 50º aniversário daquela data memorável já com começo marcado para «quando a democracia supere num dia a duração da ditadura» (próxima primavera) e o encerramento para quatro anos depois, podemos imaginar que a personagem Otelo já não sairá da agenda mediática de que esteve mais ou menos arredado desde o último julgamento do «processo FUP-FP25», dos chamados «crimes de sangue», onde, por sentença proferida em Abril de 2001, além de Otelo, todos os réus fomos absolvidos, à excepção dos réus «arrependidos», que foram condenados por confessarem os crimes, e de um outro, por o tribunal ter dado como provada uma das várias acusações que o visavam.

A generalidade das notícias, crónicas, «investigações» jornalísticas, documentários e livros em que Otelo tenha um papel protagonista situar-se-ão numa das duas narrativas que pontificam: a dos herdeiros dos velhos privilégios e dos seus servidores (esta para o desprestigiar), ressabiados e destilando ódio por terem perdido o controlo do «rebanho» e negócios durante um lapso importante de tempo; e a narrativa dos «ex-esquerdistas» (compondo uma biografia hagiográfica feita de ignorância nuns casos e hipocrisia noutros) que apenas recriminam ao «idealista generoso mas ingénuo», Otelo, «as más companhias».

É nesta fase da história dos vencidos que o conceito: «só a verdade é revolucionária» ganha pleno sentido. De pouco vale dizer que Otelo nunca integrou as Forças Populares 25 de Abril se não se explicar o que foi o Projecto Global e se contextualiza a sua génese e percurso. A definição deste projecto político original é complexa e não pode ser reduzida a afirmações bombásticas ou artigos de jornal, que pouco mais fazem do que retroalimentar a campanha de desprestígio da figura de Otelo pelos nossos inimigos históricos. Também não deve dar-se qualquer valor à assumpção como verdade histórica de mentiras contadas em Tribunal. A verdade esconde-se, quando se é perseguido ou companheiros podem ser prejudicados pelos factos revelados em tal verdade. No entanto, quando os factos pertencem a um passado longínquo e não afectam mais do que a imagem de algum companheiro com vergonha de assumir a sua prática, a verdade histórica deve dar-se a conhecer para que as gerações futuras aprendam com os nossos erros e por respeito à memória dos companheiros que perderam a vida nesta luta.

Haverá mais narrativas. Posso falar de outra, que pretende resgatar não apenas a memória do Otelo revolucionário, mas principalmente a das venturas e desventuras do projecto político de uma hipotética sociedade baseada no poder popular, com raízes na luta armada contra a ditadura, derrotado por falta de comparência na «batalha» de 25 de Novembro de 1975 e enterrado no final dos processos judiciais do «caso FUP/FP25 de Abril». Esta história ainda não está escrita, sou um dos que trabalha na elaboração de um contributo para ela, convencido de que a essência da verdade acabará por ser revelada no estudo crítico das várias versões e na análise de suportes documentais. Deste relato irei dando a conhecer aqui no Jornal MAPA algumas das suas linhas gerais e um ou outro pormenor menos divulgado.

Nesta primeira parte, de alguma forma instada pela morte de Otelo, sublinha-se o contexto em que aparece a personagem considerada na abertura destas anotações como uma das mais importantes da história contemporânea de Portugal. No entanto, os comentários que se seguem centram-se na guerra colonial e sua influência directa no derrube da ditadura, ao levar a um salto qualitativo das acções da oposição política ao regime e, paralelamente, à acção conspirativa dos oficiais que viviam a guerra na frente de combate e concretizaram o golpe militar. A relevância dada às Brigadas Revolucionárias está justificada não apenas pela importância das suas acções no combate à ditadura, mas sobretudo por serem a raiz onde brotou o projecto político, cuja memória remimos na narrativa referida e ao qual Otelo esteve indelevelmente ligado após o derrube do regime. Esta etapa do relato terminará com o desencadear das operações do golpe militar de 25 de Abril de 1974.

A Guerra Colonial e a luta armada

A recusa de Salazar a entrar em qualquer tipo de negociações (que lhe foram propostas) com vista a uma transição pacífica para a independência das colónias portuguesas é a atitude que o faz responsável pela eclosão da guerra colonial, na década de 1960 (Angola, em 1961, Guiné-Bissau, em 1963 e Moçambique, em 1964, foram os cenários onde Salazar cavou a sepultura da sua ditadura). Nos treze anos desta guerra, a miopia política de Salazar empenhou mais de um milhão de jovens obrigados a cumprir o serviço militar, causando cerca de nove mil mortos e trinta e seis mil feridos, muitos dos quais ficariam deficientes para toda a vida. Estão por fazer as contas de mortos e feridos entre as populações civis e guerrilheiros dos movimentos de libertação das colónias, cifras que serão certamente superiores dada a disparidades de meios.

A oposição à guerra colonial em Portugal foi crescendo paulatinamente. Cerca de uma década depois do seu início, o PCP (pressionado pelo sentimento que grassava nas suas bases de que «isto [o fim do regime] só lá vai à porrada» e impelido pelo efeito das suas dissidências mais recentes defensoras da luta armada contra o regime ditatorial, reagrupadas na Frente Popular de

Libertação Nacional [FPLN], de onde o partido fora afastado meses antes) leva a cabo com êxito, em Outubro de 1970, a primeira acção armada contra a guerra colonial. Este acto realizado pela ARA, a estrutura para as «acções especiais», criada cinco anos antes pelo PCP (como reacção à cisão protagonizada por Francisco Martins Rodrigues, fundador com Pulido Valente e Rui d'Espiney da Frente de Acção Popular [FAP], a primeira a organizar-se para a luta armada e que teria uma existência efémera, devido à detenção pela PIDE dos três fundadores logo que iniciaram a acção, em 1965) consistiu na colocação de uma bomba no navio de transporte de tropas Cunene. Até à suspensão das suas actividades, em Maio de 1973, depois da vaga de prisões da maioria dos seus operacionais, a ARA levaria a cabo várias actuações, a maioria dirigidas contra a guerra colonial e a NATO.

As Brigadas Revolucionárias

Foi numa operação de sabotagem com explosivos de uma base subterrânea secreta da NATO acabada de construir no Pinhal do Arneiro, Fonte da Telha, distrito de Setúbal, que se dão a conhecer, em Novembro de 1971, as Brigadas Revolucionárias (BR). A nova organização propunha a luta revolucionária armada como contribuição para o derrube da ditadura, enquadrado na luta contra o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo. Cerca de ano e meio depois do afastamento do PCP da FPLN, acção em que têm papel destacado Piteira Santos, Manuel Alegre, Orlando Lindim Ramos, Isabel do Carmo e Carlos Antunes, era realizada a primeira operação desta organização armada por eles fundada[1]. Pouco tempo depois, as BR viriam a ser consideradas pelo aparelho repressivo do regime como o braço armado da FPLN, sediada em Argel, de onde emitia a Radio Voz da Liberdade. Nos dois anos e meio que restariam à ditadura, as BR realizaram dezenas de acções contra diversos objectivos, a maioria dos quais relacionados com a guerra colonial e, uma delas, de importante impacto para a abreviar: tratou-se da recuperação dos mapas militares das colónias e posterior entrega formal ao PAIGC (Guiné), MPLA (Angola) e FRELIMO (Moçambique), no início de 1973, em Argel.

Os Católicos Progessistas

No fim do ano de 1972 é realizada uma inesperada acção de cariz anticolonial. A pretexto da comemoração do Dia Mundial da Paz, um grupo de católicos ocupa a Capela do Rato, em Lisboa, e inicia uma greve de fome, constituindo-se numa assembleia de portas abertas a cristãos e não cristãos para discussão do problema da guerra nas províncias ultramarinas. As BR participam nesta iniciativa com a colocação de petardos em vários locais estratégicos de Lisboa e arredores, cujo rebentamento espalhava comunicados divulgando a greve de fome e apelando à população que acorresse ao Largo do Rato para a apoiar. O protesto seria interrompido pela intervenção da polícia de choque que entrou na capela e deteve os presentes, que não tardariam a ser libertados, embora doze deles tenham perdido a sua condição de funcionários públicos.

Os céus já não são seguros

A partir de Março 1973, quando o primeiro avião de combate foi derrubado por um míssil terra-ar, na Guiné, começa a crescer mal-estar nas fileiras do exército. A nova arma nas mãos dos guerrilheiros do PAIGC alterava radicalmente a situação psicológica da guerra. Os céus já não eram completamente dominados pelos aviões portugueses. Em apenas dois meses seis foram abatidos. Por outro lado, o PAIGC dispunha agora da cartografia da Guiné, disponibilizada pelas BR, o que lhe permitia afinar a pontaria da sua artilharia contra as posições dos quartéis do exército colonial.

Imagem editada pela primeira vez nas publicações da delegação da FPLN na Holanda em 1973

...quando os factos pertencem a um passado longínquo e não afectam mais do que a imagem de algum companheiro com vergonha de assumir a sua prática, a verdade histórica deve dar-se a conhecer para que as gerações futuras aprendam com os nossos erros e por respeito à memória dos companheiros que perderam a vida nesta luta.

As notícias dos preparativos de um «Congresso dos Combatentes do Ultramar» foram recebidas com descontentamento entre os oficiais do Quadro Permanente (QP) que decidem não reconhecer os organizadores (antigos oficiais milicianos com comissões militares cumpridas desde o início da guerra colonial, regressados à vida civil e perfeitamente identificados com o regime). Quatrocentos oficiais do QP, entre os quais se encontra Otelo, anunciam que não participarão nos trabalhos do «Congresso» e declaram-se alheios às conclusões deste qualquer que seja o seu conteúdo. Realizado entre 1 e 3 de Junho, no Porto, ali se aprovou o conceito de que a solução para a Guerra Colonial era militar, o que implicava reforçar o esforço de guerra. Como a «fábrica» de oficiais de carreira, a Academia Militar (AM), «não chegava para as encomendas» da guerra, o governo aprova um decreto-lei que permite a entrada de oficiais milicianos (que tinham já feito comissões no cumprimento do serviço militar obrigatório nos teatros de guerra) para o QP, bastando para tal a frequência de cursos intensivos da AM. Esta medida provocaria uma reacção dos oficiais de carreira, oriundos da burguesia e pouco politizados, desencadeando um conflito com os oficiais milicianos, que se dispunham a continuar em funções no exército colonial depois de terem cumprido o tempo de serviço militar obrigatório. Esta atitude corporativa, aparentemente contraditória com o cariz revolucionário que caracterizaria a revolta, transformou-se no rastilho para o surgimento do Movimento dos Capitães (M.C.) e o início da conspiração que culminaria no 25 de Abril.

Na sua obra «Alvorada em Abril», publicada quatro anos depois, Otelo afirma que pouco ou nada sabia de política, tal como a maior parte senão todos os capitães. Na reprodução das conversas com outros capitães envolvidos na conspiração nos meses que antecederam o golpe, numa altura em que o governo de Marcelo Caetano poderia ainda revogar os decretos, alcançando os capitães os objectivos com que tinham iniciado a sua luta, revela os seus sentimentos e desejos: «desde que sou oficial que ambiciono participar activamente numa acção que leve à queda do Governo, mesmo que não saibamos muito bem o que iremos fazer a seguir», considerando que seria «uma honra» se coubesse à sua geração «o destino histórico de derrubar a ditadura e modificar completamente o estado de coisas no país».

O Movimento dos Capitães

A esmagadora maioria dos oficiais das forças armadas tinha outro entendimento, mas os oficiais intermédios do QP, que viviam a guerra na primeira linha de combate, já estavam saturados. Na sua perspectiva, treze anos tinham sido mais do que suficientes para que os políticos tivessem resolvido, da melhor maneira, a situação. Com o episódio da anexação pela União Indiana das possessões portuguesas de Goa, Damão e Diu, nos finais de 1961, ainda presente na memória (quando Salazar acusou os militares da guarnição de cobardia por se terem rendido em vez de lutar até morrer) e dada a evolução das condições nos «teatros de operações», especialmente na Guiné, a fazer prever a derrota militar numa guerra cada vez mais impopular, ficaram reunidas as condições para que um número apreciável de oficiais das patentes intermédias do QP contestasse colectivamente as medidas do governo. Otelo participa activamente nas reuniões, em Agosto, mas não integra a Comissão do Movimento dos Capitães na Guiné, entretanto escolhida, porque estava prestes a acabar a comissão militar e a regressar à Metrópole. Na última reunião antes do regresso é incumbido de se integrar no Movimento dos Capitães em Lisboa e ser o porta-voz das preocupações que assaltam os camaradas do teatro de operações na Guiné.

A formação do PRP

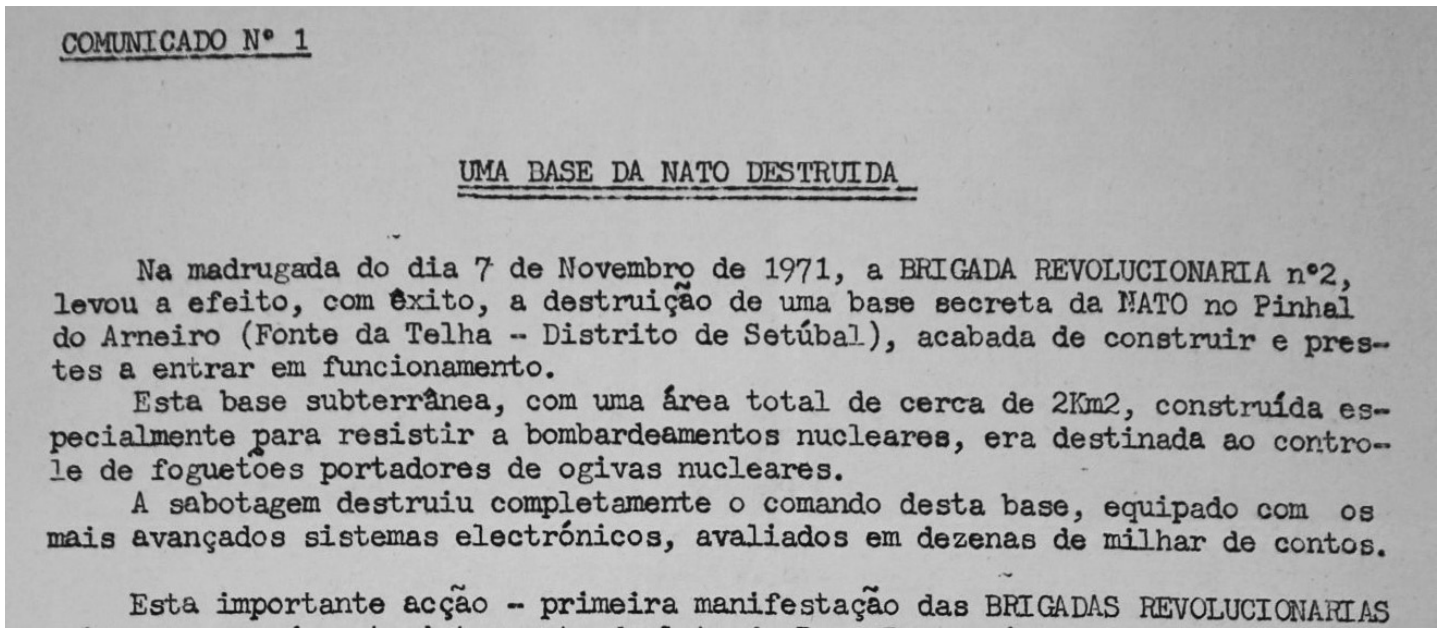
Nesse Verão de 1973, tinha decorrido na Argélia, um curso de guerrilha para os militantes das BR, centrado no manejo de armas e explosivos. Em Agosto juntaram-se nos arredores de Argel pouco mais de duas dezenas de militantes enquadrados na FPLN, nas BR e nos seus núcleos de apoio, alguns da emigração na Europa e outros da representação local da Frente e da Radio Voz da Liberdade, a maioria oriunda do interior do país, e fundaram o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) num congresso controverso (e até agora pouco estudado) no decorrer do qual foram expulsos Manuel Alegre e Piteira Santos. Definia a revolução socialista como «objectivo estratégico convergente das lutas anti-fascista, anti-capitalista, anti-colonialista e anti-imperialista», perspectivando-as «no sentido da violência revolucionária». Revolução socialista a desencadear «com a tomada do poder pelos trabalhadores» através da insurreição armada, com «mecanismos de garantia do controlo democrático do poder a todos os níveis». Propunha ainda «a organização política clandestina na forma de um movimento de unidade revolucionária dos trabalhadores respeitando a autonomia de acção e organização de militantes e grupos revolucionários que a ela adiram». Estes postulados distinguiriam, no plano teórico, o PRP das outras correntes do marxismo (leninismo, stalinismo, maoismo ou trotsquismo), conferindo-lhe idiossincrasia própria no período agitado que se seguiu ao derrube da ditadura[2].

Nesse Verão, a PIDE leva a cabo uma vaga de prisões de militantes da LUAR (Liga de União e Acção Revolucionária), que se prolonga pelo Outono, levando

praticamente à desarticulação desta organização armada que se tinha notabilizado pelo assalto à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, em 1967, e que viria a ter sérias consequências também para as BR. Entre os católicos progressistas presos pela PIDE na ofensiva contra a LUAR encontravam-se militantes e apoios das BR (que foram selvaticamente torturados) o que obrigaria à paragem da actividade armada da organização até ao início de 1974.

Otelo regressara a Lisboa em Setembro, depois de terminada a comissão militar na Guiné, e entraria em contacto com os capitães organizados na Metrópole, sendo posto a par da situação e da evolução do Movimento, que já tinha alastrado a Angola e Moçambique e levara à suspensão dos decretos-lei e à substituição do Ministro da Defesa e Exército. Ele passa então a integrar a comissão coordenadora provisória do movimento com várias funções, vindo gradualmente a desempenhar um papel cada vez mais importante.

Em Outubro, na véspera das eleições para a Assembleia Nacional, que a oposição ao regime acabou por boicotar, as Brigadas realizam duas acções contra instalações militares: os Quartéis-Generais do Porto e de Lisboa. No Porto, fazem detonar, pela segunda vez em menos de um ano nas mesmas instalações, um potente engenho explosivo. A bomba de Lisboa é descoberta antes de rebentar.



COMUNICADO Nº 1

UMA BASE DA NATO DESTRUIDA

Na madrugada do dia 7 de Novembro de 1971, a BRIGADA REVOLUCIONARIA nº2, levou a efeito, com êxito, a destruição de uma base secreta da NATO no Pinhal do Arneiro (Fonte da Telha - Distrito de Setúbal), acabada de construir e prestes a entrar em funcionamento.

Esta base subterrânea, com uma área total de cerca de 2Km2, construída especialmente para resistir a bombardeamentos nucleares, era destinada ao controle de foguetões portadores de ogivas nucleares.

A sabotagem destruiu completamente o comando desta base, equipado com os mais avançados sistemas electrónicos, avaliados em dezenas de milhar de contos.

Esta importante acção - primeira manifestação das BRIGADAS REVOLUCIONARIAS

Pormenor do comunicado de reivindicação da sabotagem na base da NATO na Fonte da Telha, a primeira acção das BR, em 1971.

Derrubar o governo

A partir de Novembro de 1973 os capitães põem a circular novos desafios numa tentativa de incentivo para que a luta não terminasse com a derrogação dos decretos e decidem estender os contactos, procurando motivar oficiais superiores, enquanto simultaneamente alargam o âmbito das reivindicações às classes de sargentos, cabos milicianos e praças, sob a bandeira da «luta pelo prestígio a recuperar para o Exército e as Forças Armadas» apelando à unidade. Esta nova estratégia tem como efeito alargar a presença nas reuniões que se seguem a tenentes-coronéis, majores e subalternos e nelas começa a falar-se abertamente do derrube pela força do governo, através de um golpe militar, e do fim da guerra colonial como «única via possível para a reconquista do prestígio de há muito perdido pelas Forças Armadas». O passo seguinte seria ultrapassar o âmbito do Exército e alargar à Força Aérea e à Marinha o movimento militar, enquanto se desenvolviam esforços para atrair oficiais superiores e generais.

Com o alastrar da guerra a zonas até àquela altura pacíficas em Moçambique, o ano de 1974 inicia-se sob o signo das manifestações de protesto contra o exército por parte dos colonos. As contradições internas do sistema começam a dar frutos: os militares ficam desgostosos com o enxovalho infligido pelos colonos civis, que ali estão a defender, e os representantes do movimento dos capitães na colónia pressionam os da metrópole na urgência de «ir direito à ferida (…) e apaguem o beatíssimo sorriso da cara desses políticos»[3].

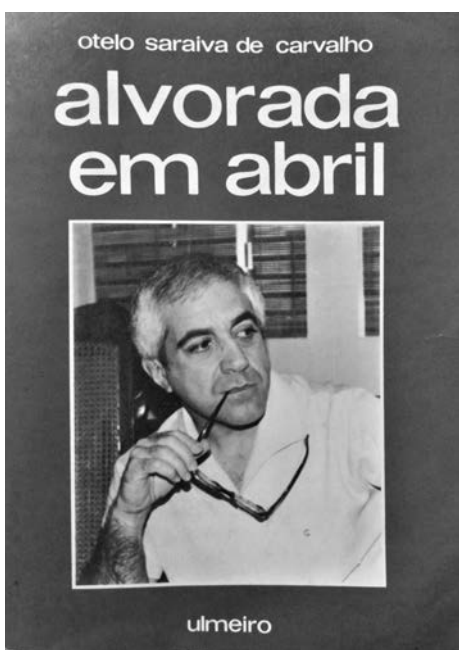
Spínola, considerado o mais carismático dos generais do exército colonial português, devido à forma como conduzia a guerra na Guiné, não regressaria do seu habitual período de dois meses de férias e cura de águas anual na Metrópole, para onde viera em Agosto do ano anterior. Meio ano de descanso depois, aproveitado para escrever um livro que iria «agitar as águas» e precipitar os acontecimentos militares, o governo coloca-o na segunda posição da hierarquia militar portuguesa, a seguir a Costa Gomes, que ascendera à chefia do Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas.

Assim se salvou, no mínimo, de apanhar um susto considerável: no mesmo dia em que realizava, em Lisboa, o lançamento de «Portugal e o Futuro», 22 de Fevereiro de 1974, certamente por coincidência, as Brigadas Revolucionárias colocavam, em Bissau, na casa de banho de serviço do Estado-Maior, no edifício do Quartel-General do Comando Territorial Independente da Guiné, uma bomba relógio com explosivo plástico. Este rebentamento ia custando a vida ao brigadeiro Galvão de Figueiredo, 2º comandante militar, que foi hospitalizado, tendo o comandante militar brigadeiro Banazol, o chefe de estado-maior do mesmo CTIG, coronel Gonçalves Vaz e outros oito militares de diversas patentes presentes, sofrido os efeitos da explosão. O coronel Vaz foi tratado de arranhões no posto de saúde do Comando e nos seus registos pessoais escreveu o comentário: «Ninguém ficou ferido gravemente. Foi um verdadeiro milagre!»[4]. Como reconhece Otelo, referindo-se à forma de actuação violenta da oposição contra a guerra colonial: «O impacte das notícias é forte no meio militar»[5].

Acabar a guerra

Apesar da clandestinidade do Movimento dos Capitães, a sua existência e as circulares que distribuía eram do conhecimento das autoridades. Importantes meios de comunicação social estrangeiros, como Guardian, BBC e Le Monde, publicavam, nos primeiros meses de 1974, notícias sobre a situação militar nas colónias e citavam circulares da Comissão do Movimento dos Capitães. O livro de Spínola produzira um grande impacto na opinião pública nacional e internacional. Nele se propunha reflectir sobre uma solução neo-colonial para a guerra, tema até então considerado tabu, no entanto, tal proposta não coincidia com a que ganhava forma no Manifesto, apresentada no último plenário realizado antes do golpe militar, em 5 de Março, pela Comissão de Redacção eleita no início de Fevereiro e ali seria aprovada por cento e onze oficiais, acordando também a necessidade de chefes, escolhendo os generais Costa Gomes e Spínola. No documento aprovado o movimento definia a sua posição sobre a guerra colonial reconhecendo «a realidade incontroversa e irreversível da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem a si próprios» e propunha como resposta para esta questão e para a crise geral do país «a obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das instituições no quadro de uma democracia política»[6], passando a designar-se por Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA).

Alvorada em abril, livro editado em novembro de 1977. Nesta obra, Otelo conta a história pormenorizada do movimento que deu origem ao golpe militar de 25 de Abril de 1974.



Levantamento das Caldas

A recusa dos dois generais, que ocupavam os postos cimeiros da hierarquia das forças armadas, em participar num acto de fidelidade e solidariedade ao governo com a presença de todos os oficiais generais dos três ramos (a «Brigada do Reumático», como ficou conhecida), ditou a sua exoneração dos cargos. Daí resultariam uma sucessão de acontecimentos em que Otelo participa de forma improvisada, quando se vê envolvido na intentona de 16 de Março (o Regimento das Caldas da Rainha avançou sobre Lisboa em reação àquelas exonerações) e que por pouco não o levaram à prisão, como aconteceu com os militares spinolistas nela envolvidos. Dois dias depois, a Comissão Coordenadora do MOFA distribuía a circular nº 2/74, onde eram homenageados Costa Gomes e Spínola pela sua recusa em participar na "farsa" de apoio ao governo, identificando-a como a causa da intentona que levara à prisão «camaradas generosos e abnegados, mas excessivamente impacientes, a tentar resolver a situação de imediato», afirmando solidariedade activa com os cerca de duzentos militares presos. Apelava finalmente à firmeza «em relação aos já anunciados objectivos do Movimento» concluindo «em breve alcançaremos o que nos propusemos».[7]

No mesmo dia em que ocorre o «levantamento das Caldas», as BR colocam uma bomba dentro do edifício do Ministério do Interior que, por razões técnicas, falha. Dias depois, a 20 de Março, o PRP divulga um comunicado de preparação do 1º de Maio, aproveitando para analisar o mal estar existente no seio dos militares que apresenta cindidos em dois blocos: os ultra-colonialistas e os neo-colonialistas. Aparentemente escapava-lhes a existência do grupo de militares reunido no MOFA, prestes a alargar o seu âmbito e transformar-se em Movimento das Forças Armadas (MFA). A 9 de Abril, as Brigadas colocam uma bomba no navio Niassa, com a colaboração de um militar que partia num contingente de tropas para a Guiné, cujo rebentamento provoca estragos que atrasam vários dias a partida. Uma semana antes do golpe militar as Brigadas Revolucionárias levam a cabo a sua última acção armada: o assalto a um banco no Bombarral em que arrecadam avultada quantia[8]. Mantêm nos dias prévios ao golpe grande actividade na preparação de acções para o 1º de Maio, havendo propostas de radicalização da acção. O 25 de Abril colherá de surpresa os militantes das BR que se manterão na clandestinidade ainda alguns dias.

O 25 de Abril

Otelo passa os últimos dias da ditadura a estabelecer contactos e a ultimar pormenores do plano de operações do golpe militar. «Grândola vila morena, terra da fraternidade, o povo é quem mais ordena dentro de ti ó cidade» foram as palavras de José Afonso escutadas na rádio por dezenas de jovens oficiais conjurados para o derrube da ditadura. Era o sinal escolhido para dar início às operações militares. O que certamente poucos ou nenhum deles esperava ao arrancar para as suas missões era a paz neste acto de força, a brandura da queda da ditadura, negada apenas pelos quatro mortos e as dezenas de feridos provocados pela PIDE/DGS, nas imediações da sua sede em Lisboa.

Continuará

*Ex-membro do PRP-BR, dos GDUP's, da OUT e das FP25 de Abril

NOTAS:

1 A partir das entrevistas recolhidas a membros das Brigadas Revolucionárias para documentário cinematográfico e livro a tornar públicos em breve.

2 Apesar deste enunciado de princípios, a partir do congresso de Argel irão ocorrer fortes contestações e sucessivos abandonos por parte da maioria dos militantes das BR, que rejeitarão a tutela centralista da liderança do PRP sobre aquela organização e que levará à sua extinção no congresso de Agosto de 1974, em Lisboa. (Idem, nota 1).

3 Carta da Comissão do Movimento dos Capitães em Nampula dirigida à Comissão Coordenadora na Metrópole, in Alvorada em Abril, pp 193, Ulmeiro, Lisboa, 1984.

4 Blogue Luís Graça & Camaradas da Guiné consultar aqui: https://bit.ly/3BCZf6I

5 Obra citada em 3, pp 102.

6 O Movimento, As Forças Armadas e a Nação. Manifesto aprovado no plenário do Movimento de Oficiais das FFAA de 5 de Março de 1974.

7 Obra citada em 3, pp 289 e seguintes.

8 Servirá para financiar a actividade do PRP durante mais de um ano.

Montanhas de jurisprudência: a natureza dos «direitos da natureza»

Entre amantes não há
deveres nem direitos
Edward Carpenter

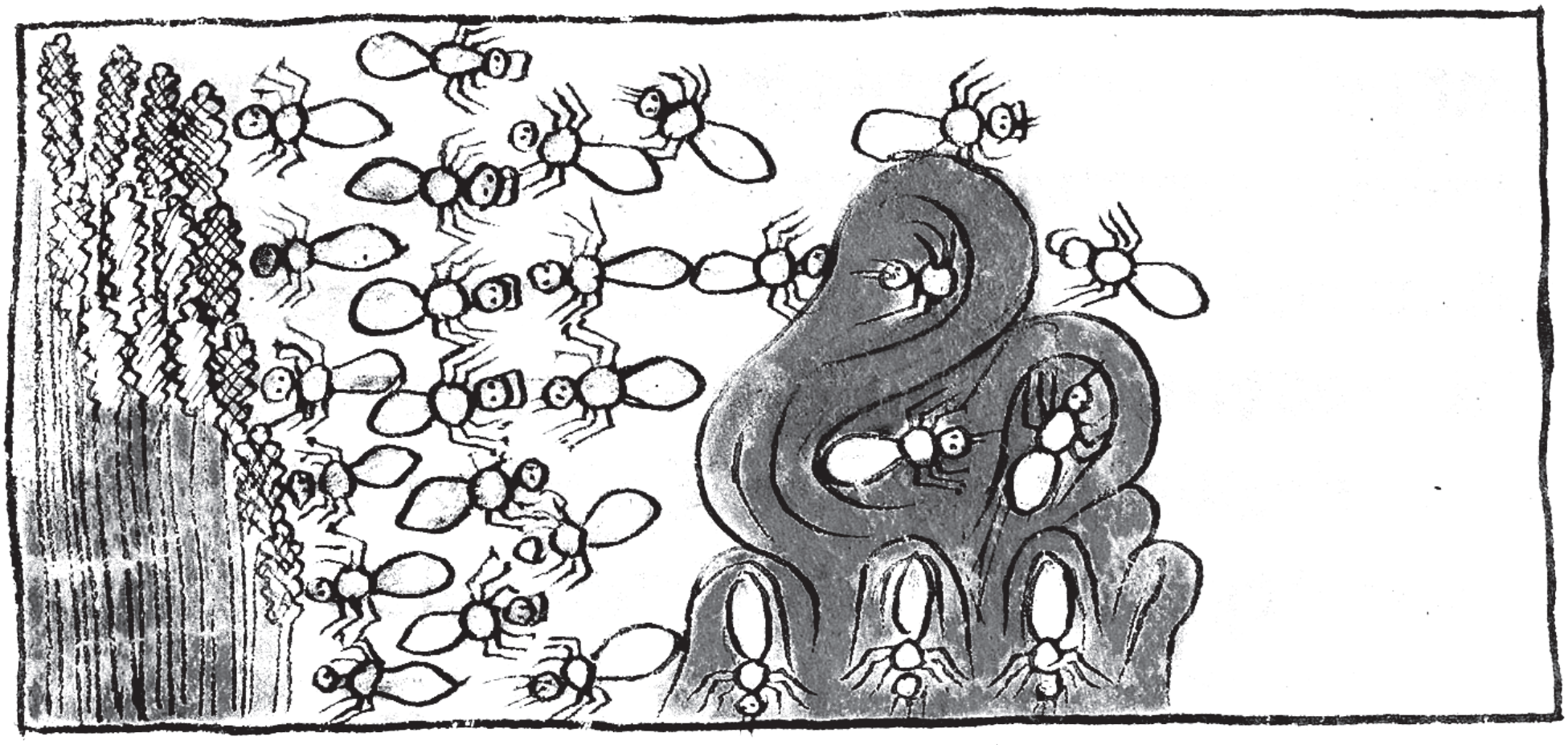
M. ARAÚJO

Estando eu habituado a saudar o rio sempre que me atrevo pelas suas escarpas de granito, fisgando plumas na água, partilhando a intimidade dos freixos, dos musgos e de uma infinidade de seres que fazem os lugares, nunca me tinha ocorrido que um dia estes quisessem formar partido ou reclamar direitos. Não porque sejam desprovidos de agência ou senciência, mas porque somos parte da mesma comunidade e não queremos ser representados, nem circunscritos pelas contingências da Lei. Eu, o rio, as árvores, os animais e as montanhas somos contíguos em muitos sentidos. A água e o ar que respiramos são parte da nossa constituição, as existências e os fenómenos desses lugares formam aquilo que somos e o nosso mundo. Por essa razão, o rio, as montanhas, as lontras ou as bétulas reclamarem direitos seria o mesmo que a minha perna se separasse do meu corpo e também reclamasse direitos. E isso implicaria uma amputação! Em família entendemo-nos, porque precisaríamos de codificar as nossas relações? É certo que alguns verão no rio apenas um recurso a ser explorado, humilhado, outros querem vê-lo como uma entidade jurídica — mas isso foi porque se separaram dele há muito tempo… Não será a jurisprudência a restabelecer esse equilíbrio — instituir direitos implica criar protocolos, estabelecer contratos, regular, dividir, civilizar… Do mesmo modo que não quero separar-me da minha perna, não quero portanto que me separem do rio ou das montanhas que me viram nascer.

A atribuição de direitos a rios, florestas, montanhas, oceanos ou animais, parte do princípio de que os ecossistemas ou as espécies possuem direitos inatos, de forma semelhante à ideia de direitos humanos. A extensão de direitos legais ao mundo natural inscreve-se por isso na tradição liberal do Ocidente. Segundo os seus teóricos remonta ao lançamento da Magna Carta ou à Revolução Americana[1], não obstando a que essa ideia de direitos inalienáveis tenha sido originalmente útil aos colonos ingleses para justificar a usurpação de territórios indígenas[2] — e favorecer mercadores, proprietários de plantações e proprietários de escravos. John Locke, o célebre filósofo do Iluminismo e fundador da ética liberal, um beneficiário directo da escravatura e do colonialismo, fundamentou-se no conceito de Lei Natural para deduzir o que considerava serem direitos inalienáveis, concedidos pelo «criador» — o direito à vida, à liberdade e à propriedade[3]. A existência de direitos naturais era óbvia, como escreve Bob Black, «para os filósofos eurocêntricos, brancos, cristãos, heteronormativos, burgueses do século XVII»[4]. Como também era óbvio, embora nunca se tenha provado, que existiam valores intrínsecos a todos os seres humanos, dos quais se podiam aferir, através da razão, padrões morais universais…

O discurso dos direitos humanos surge na continuação da hegemonia cultural do Ocidente iniciada com a colonização do «Novo Mundo». É hoje usado na promoção ideológica do capitalismo, servindo como pretexto para a globalização económica e militar. No passado, a humanização do «bárbaro» ou do «selvagem» significava uma conversão forçada aos valores do Cristianismo; desde a época iluminista essa missão «civilizadora» secularizou-se, passando a impor a «razão e a boa governação»[5]. Através de convenções, cartas de direitos e declarações universais, a ideologia do humanismo legitima uma hierarquia moral e política, sedimentada numa visão arbitrária sobre o que constitui a essência da Humanidade. Esta ideia abstrata e normativa do «ser humano» é, como diria Max Stirner, um «espectro», a partir da qual se instituem direitos que «transformam pessoas reais em cifras abstratas»[6]. Através da imposição ou da inclusão é estabelecida uma ordem legal formada por governantes, governados e excluídos. Fazem parte destas últimas duas categorias as existências não-humanas — como a dos animais, das plantas ou dos minerais — servindo apenas como recurso para se atingir o ideal da Humanidade. A universalidade dos direitos humanos advém da supremacia do «humano», que é um predicado do antropocentrismo.

A chamada Jurisprudência da Terra, onde se inclui a ideia de «direitos da natureza», é uma filosofia do Direito que considera o antropocentrismo como a origem dos problemas ambientais. Os seus proponentes pretendem inverter esse paradigma, pondo a Terra ou a Biosfera no centro das decisões jurídico-políticas, derivando os princípios éticos e morais do «Direito ecocêntrico»



com base no que assumem ser as «leis da natureza». De acordo com esta teoria, os direitos não são concedidos pelo «criador», como na teoria dos Direitos Naturais de Locke, mas pela «Terra» ou pela «Grande Jurisprudência»[7]. Esta assunção tem um problema, pois as «leis da natureza» não podem ser prescritas, quando muito podem ser observadas — os salmões não vão desovar ao rio por força de um acto legislativo.

A filosofia dos «direitos da natureza» é muitas vezes apresentada como tendo origem ou correspondência nas cosmovisões dos povos indígenas, onde predominam os lugares sagrados, as relações de parentesco entre humanos, animais e elementos da natureza, a sua interdependência, respeito e equilíbrio. Esta conotação começa por ser omissa, pois essa ideia foi inicialmente proposta por um advogado americano[8]. Mas é sobretudo um paradoxo porque o reconhecimento de direitos legais é uma construção ocidental e antropocêntrica. Os povos indígenas nunca reconheceram direitos legais abstratos nem possuem tais conceitos. Insistir nessa genealogia significa desnaturalizar as ontologias indígenas, reduzindo-as a um formalismo legal e, em simultâneo, naturalizar a ideia de direitos. Por outro lado, o biocentrismo, de forma semelhante ao humanismo, fundamenta-se num conceito moral e abstrato ao pressupor que toda a «vida» — e não apenas a «humanidade» — tem valor intrínseco e deve ser protegida. Ignora, por exemplo, que o modo de vida harmonioso e mutualista dos povos indígenas também inclui a predação.

Em 2008, o Equador tornou-se o primeiro país a codificar na sua Constituição os «direitos da natureza», após décadas de intensas lutas pelo reconhecimento dos territórios indígenas constantemente ameaçados pela exploração de recursos naturais. A nova Constituição surgiu durante a denominada «revolução cidadã», iniciada com o governo de esquerda do presidente Rafael Correa e apresentando-se como uma alternativa às políticas de desenvolvimento dos governos anteriores. O novo texto passou a incluir o regime do «Bom Viver»[9] e os direitos da Pachamama[10], dois conceitos recuperados das culturas indígenas dos Andes. Embora a ideia de direitos seja uma contradição para o seu imaginário, e «natureza» seja uma tradução imprecisa de Pachamama, a iniciativa constitucional foi aclamada pelos movimentos indígenas, pois era vista como fazendo parte de uma estratégia mais alargada de consolidação territorial[11]. Isto aconteceu quase na mesma altura em que Rafael Correa começou a promover a mineração como elemento central para o desenvolvimento da economia[12], favorecendo a extracção de minérios em áreas preservadas e tradicionalmente ocupadas por esses povos. Correa tinha outra estratégia, destinada a pacificar a diversidade das lutas contra o extractivismo, nas quais se incluía um historial de acção directa e sabotagens. Desde então, vários projectos têm tido lugar no país com consequências devastadoras para o ambiente e para as comunidades indígenas, como são os casos da extracção de petróleo nas reservas do parque Yasuní, da construção da hidroelétrica Coca-Codo na Amazónia, ou dos vários projectos de mineração de metais levados a cabo por empresas chinesas.

A Nova Zelândia é outro país frequentemente apontado como exemplo da implementação dos «direitos da natureza». Em vez de incorporar essa doutrina na sua Constituição, optou por uma aproximação mais explícita, tendo reconhecido personalidade jurídica ao rio Whanganui, ao parque natural Te Urewera e ao monte Taranaki. Desde a chegada dos colonizadores europeus em meados do século XIX, estes lugares têm sido motivo de conflitos e negociações entre o povo Maori e os sucessivos governos coloniais. O rio Whanganui ganhou estatuto de personalidade jurídica em 2012. As tribos que historicamente habitam as suas margens vêem o rio como um antepassado, uma

Os salmões não vão desovar ao rio por força de um acto legislativo.

entidade viva e dotada de agência da qual depende o seu «bem-estar» material e espiritual. Desde a industrialização do país que o Te Awa Tupua[13] tem vindo a ser degradado como resultado da extracção de recursos, da construção de barragens, da crescente urbanização, dos efeitos da agricultura e do turismo. A solução encontrada pelo governo neozelandês para resolver os sucessivos litígios sobre a posse do rio — que para os Maori tem um significado ontológico profundamente distinto de «propriedade» — foi criar o estatuto de personalidade jurídica. O rio passou a ser representado por uma comissão composta por dois guardiões, um advogado representando o governo, outro representando a tribo Whanganui. Este sistema de cogestão deveria, em teoria, assegurar o «bem estar» do rio, mas até à data não foi cancelado nenhum dos nocivos empreendimentos que continuam a ameaçar a sua vitalidade.

As provisões constitucionais acabam, na melhor das hipóteses, por se reduzir a um exercício simbólico, fomentando mais uma forma de «lavagem verde». No entanto, não deixa de ser sintomático que o Estado — um perpetrador histórico da violência e do colonialismo — se tenha tornado o mediador da resolução de conflitos e venha propor o reconhecimento destes direitos como forma de compensação. Os povos indígenas têm razões de sobra para desconfiar destas intenções, até porque os «direitos da natureza» podem servir como estratégia política para fazer divergir a atenção das suas lutas pela autodeterminação que incluem a posse de território e recursos. E podem servir também a narrativa conservacionista que tem demonstrado resultados desastrosos, tanto para o ambiente como para os povos indígenas, estando associada ao colonialismo, ao racismo e à exclusão deliberada dos nativos[14].

Nos últimos anos o constitucionalismo ambientalista ficou fora de moda. O Parlamento Europeu encomendou um estudo[15] sobre o tema, as Nações Unidas aprovaram uma resolução. O objectivo, dizem, é promover a «harmonia com a natureza»[16] através da «governação centrada na Terra», inserindo os «direitos da natureza» nos sistemas legais internacionais...

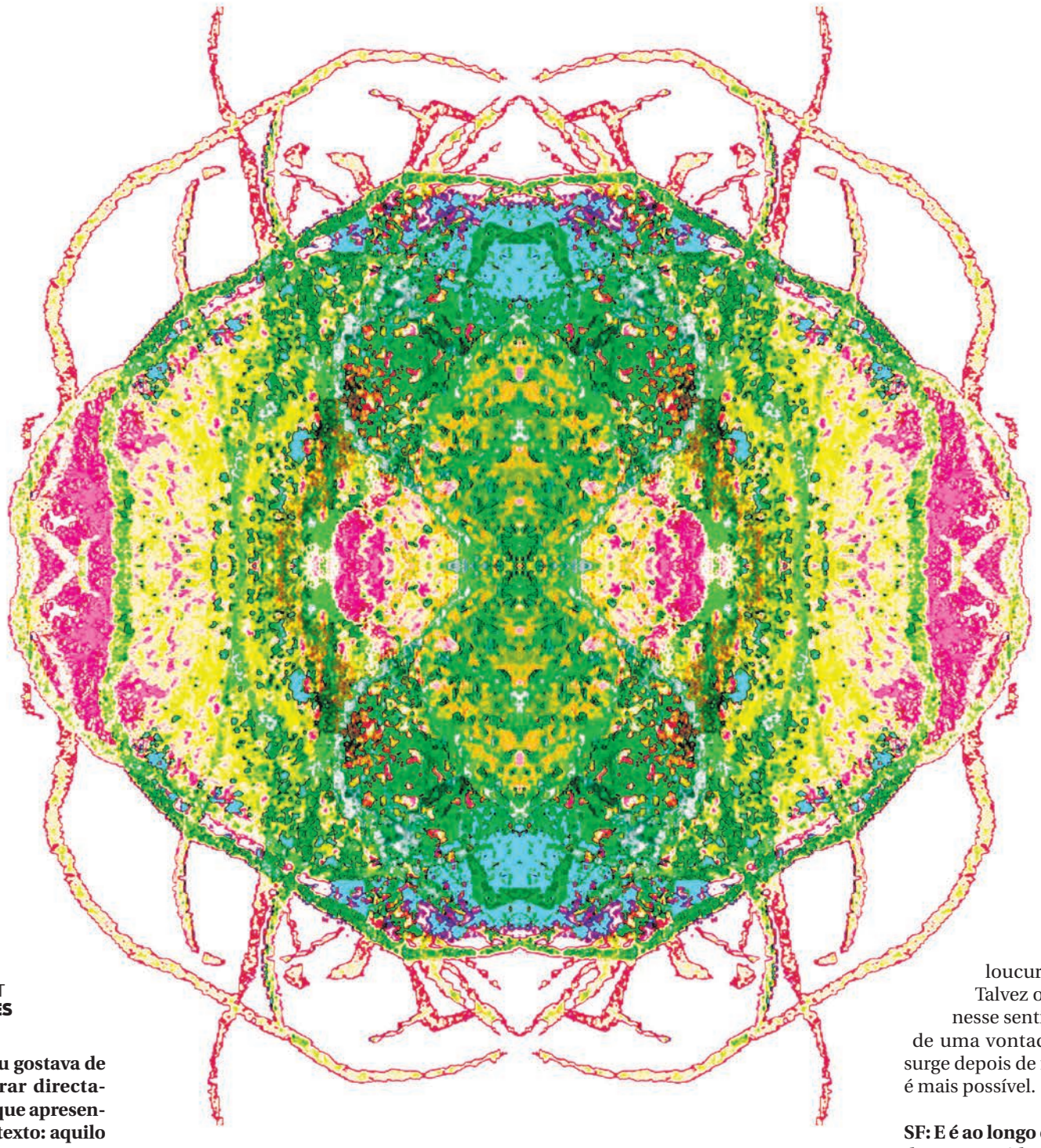
Independentemente das intenções de muitos activistas ou da utilidade estratégica que o sistema legal pode ter em casos pontuais[17], o biocentrismo não constitui um desafio real ao antropocentrismo, pois está ausente ou é ambíguo sobre o contexto e as relações sociais que tornam a actividade humana tão destrutiva para os ecossistemas. Por isso não admira que as suas propostas se limitem à elaboração de mais leis, conceitos jurídicos, e à reforma do sistema legal. Se a «natureza» e a «terra» são a fonte normativa de regras morais e legais, será possível, a partir daí, estabelecer um novo tipo de relações humanas e não-humanas, ou inverter o corrente paradigma?

NOTAS

1 *The Rights of Nature. A History of Environmental Ethics* - Roderick Nash (1989)
2 *John Locke and America: The Defence of English Colonialism*, Barbara Arneil (1996)
3 *Two Treatises of Government*, John Locke (1689)
4 *The Myth of Human Rights*, Bob Black (2021)
5 *Seven Theses on Human Rights: The Idea of Humanity*, Costas Douzinas (2013)
6 *Adikia: On Communism and Rights*, Costas Douzinas (2010)
7 A theory of Earth Jurisprudence, Peter Burdon (2012)
8 *Should Trees Have Standing? Law, Morality, and the Environment*, Christopher D. Stone (1972)
9 Tradução de «Sumak Kawsay», expressão originária da língua quíchua.
10 *Mãe Terra*
11 *Environment, Political Representation, and the Challenge of Rights - Speaking for Nature*, Mihnea Tanasescu (2016)
12 Com a aprovação da Lei de Mineração em 2009.
13 Nome pelo qual o rio é conhecido para os Maori. *Tapua* significa antepassado.
14 *The Big Conservation Lie*, John Mbaria e Mordecai Ogada (2016)
15 *Can Nature get it Right? A Study on Rights of Nature in the European Context*, europarl.europa.eu (2021)
16 *United Nations General Assembly Harmony with Nature: Note by the Secretary General* (2019)
17 Ver, por exemplo, o trabalho da Survival International

A ânsia pela verdade única quando ela já não é possível

Estes são os tempos dos negacionistas do clima, das *fake news*, dos terraplanistas ou criacionistas, mas também os tempos das verdades das feministas, das indígenas, das curdas ou das zapatistas. Nesta conversa com a professora e doutora em filosofia Alyne Costa, da PUC-RIO (Brasil), falamos sobre a crise ocidental da «verdade», que é também a crise de uma das suas figuras mais emblemáticas: a ciência.



SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÕES **DANIELA RODRIGUES**

Sandra Faustino: Eu gostava de começar por entrar directamente no dilema que apresentas no teu último texto: aquilo que identificas como uma contradição em que vivemos no que diz respeito à verdade.

Alyne Costa: Essa é uma demanda que vem sendo colocada em circulação pelo menos nos últimos 50 anos com os movimentos anti-coloniais, levantes indígenas, feminismo ou lutas anti-racistas, sobre outras formas de conceber a verdade, outros modos de existência que não o ocidental, que não só o tipo de organização social da modernidade. Sobre essa circulação da «verdade dos outros», se a gente puder usar essa expressão do Patrice Maniglier[1]. O que acontece aqui é o outro lado da moeda dessa grande circulação: é que parece que a gente perdeu o fundo, parece que não tem mais como saber: então vale tudo? O grande medo da contraposição ao realismo de base científica é o medo de um relativismo em que vale tudo. Então a situação fica complicada porque, por um lado, a gente pode admitir a verdade dos outros, mas tem verdades de certos outros que a gente não pode aceitar – como a verdade dos «negacionistas», dos que fazem essas negações por objectivos muito claros e ideológicos... Então é como se a verdade estivesse numa encruzilhada. Pelo menos a concepção de verdade que a gente vinha nutrindo como uma verdade universal, que se impõe para todos de uma vez por todas, que simplesmente se revela e a que a gente tem que obedecer[2].

SF: Esta ideia da fabricação da ciência trouxe a muitas pessoas a capacidade de situar a produção científica e de dar-lhe um contexto. Mas para muitas outras, parece que se mexeu com uma crença, e que se criou uma situação muito delicada...

AC: Exactamente. Porque se a gente nutre essa concepção da verdade única que simplesmente se revela, quando se dá conta de que a ciência é fabricada, a gente acaba achando que o facto científico é mentira. Então, de certa forma, é como se o negacionismo que a gente vê hoje se apoiasse um pouco nessa oposição verdade/engano, que a própria ciência usou ao longo dos últimos séculos para se impor contra esses outros modos de produção de conhecimento que ela tachou como crenças, como opinião, como mera cultura, como representação. É como se estivéssemos a viver uma reviravolta, como diz o Nietzsche, dessa «vontade de verdade»[3], mas num mundo em que a verdade enquanto mera revelação não é mais possível. Daí esta loucura da pós-verdade, não é? Talvez o «pós» possa ser pensado nesse sentido: como a manifestação de uma vontade de verdade única que surge depois de ficar evidente que ela não é mais possível.

> A gente aceita que exista narrativa, mas a gente exige uma espécie de coerência absoluta.

SF: E é ao longo desta crise, que é profundamente ocidental, que se tem escutado melhor o discurso dos outros - no Brasil, por exemplo, o conhecimento indígena tem (re)conquistado poder cultural. Será que podes falar um pouco da relação, e desse «encontro», entre verdades?

AC: Pois é, a perda dessa ideia de unicidade da verdade abre caminho para muitas composições interessantes. Daí os discursos ocidentais interessados em epistemologias não ocidentais, ainda que às vezes a gente veja uma coisa meio complicada - rola uma fetichização do pensamento do indígena, como se ele fosse a «única» verdade, justamente! A gente tem muito a ganhar abrindo mão da defesa de uma verdade única. Não se trata de ter uma representação científica da terra que seria a verdadeira, e outras discussões culturais que ficariam ali orbitando ao redor dessa verdade dada pela ciência. A gente deveria entender a Terra justamente como uma colecção dessas muitas formas de pensar a terra. A terra não seria só aquilo que o relatório do IPCC fala para

a gente sobre as mudanças climáticas, mas seria também o que o Davi Kopenawa, xamã Yanomami aqui da Amazónia, fala sobre a terra-floresta; e também o que os quilombolas do Caetité falam sobre a mudança de era... A Terra seria uma espécie de junção de todas essas imagens, tal como uma língua, né? Não existe um português que seja mais verdadeiro, o de Portugal ou o do Brasil. A língua portuguesa é a colecção de todas as formas de falar português no mundo todo. Aqui estou seguindo a hipótese do Patrice Maniglier: é muito potente essa ideia de que a Terra tem que ser pensada através dessas variações por meio das quais ela transita. Agora, é difícil habitar esse lugar da divergência sem reduzi-lo a uma representação cultural, sem fetichizar, sem dizer «joga fora o Ocidente», como se o Ocidente não fizesse parte de nós também. Teremos que nos haver com essa dificuldade de habitar o meio. É justamente esse o sentido de cosmopolítica: essa ideia de um mundo comum mas no meio da divergência, mantendo as fricções entre os mundos.

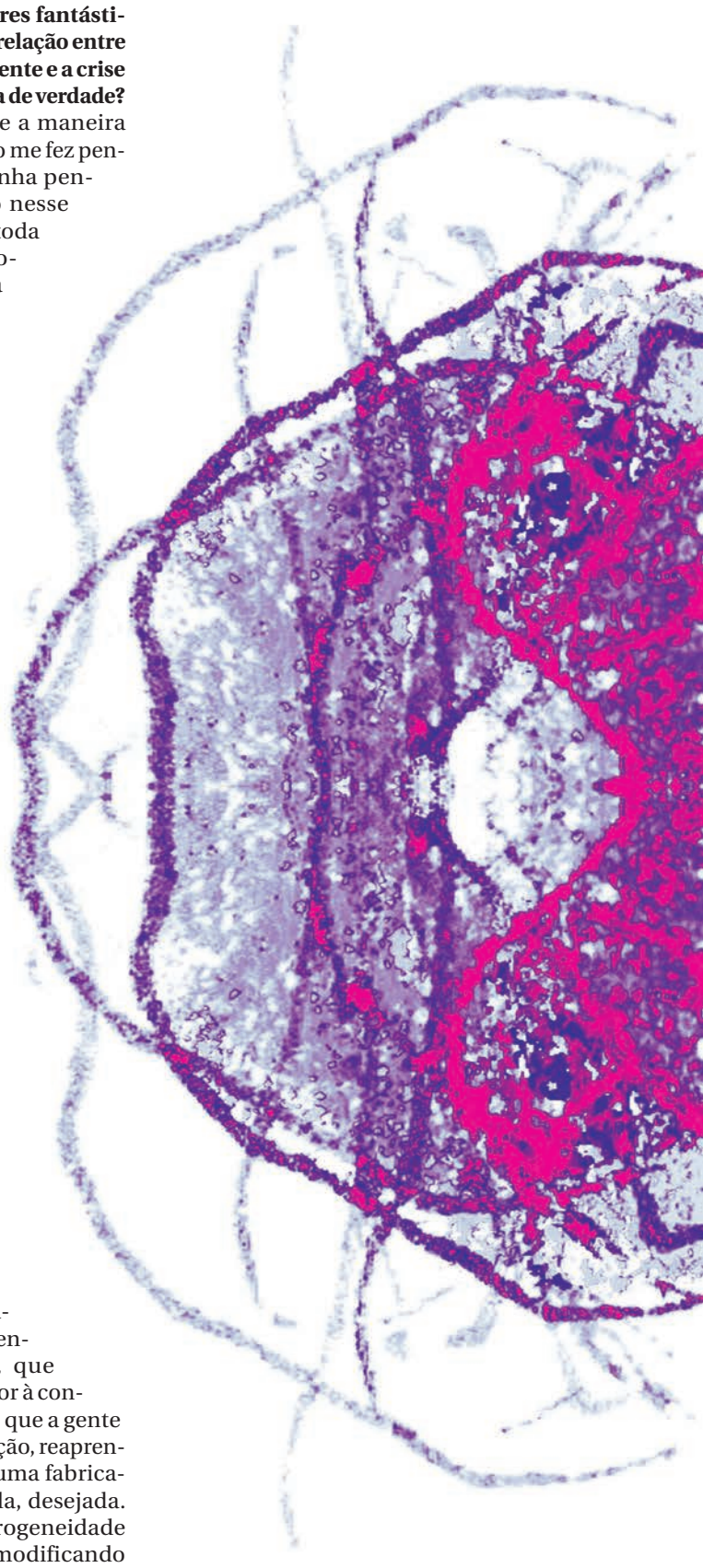
SF: Essa analogia com a linguagem é incrível. Poderíamos continuá-la dizendo que o desafio é, em vez de impor uma linguagem a outra, deixar surgir um novo dialecto, uma terceira coisa...
AC: Algo que vai criar outras possibilidades de composição, de coexistência. Um lugar mais plástico, mais interessante para pensar os tipos de alianças possíveis. Que não fique no purismo, no identitarismo, no resgate de uma ancestralidade, de um passado, mas que aponte para um futuro em que a gente possa criar alianças pela divergência, e não por uma necessidade de identidade. O problema quando a gente opõe verdade e opinião, ou verdade e mentira, é que, justamente, a ciência hoje está sendo desafiada por pessoas que estão pegando esse mote levado ao extremo. Quem acaba aderindo ao negacionismo tem um desejo muito forte, uma motivação hiper-científica: quer uma verdade que efetivamente cale as controvérsias, que cale as divergências. É como se esperassem realmente por uma verdade só.

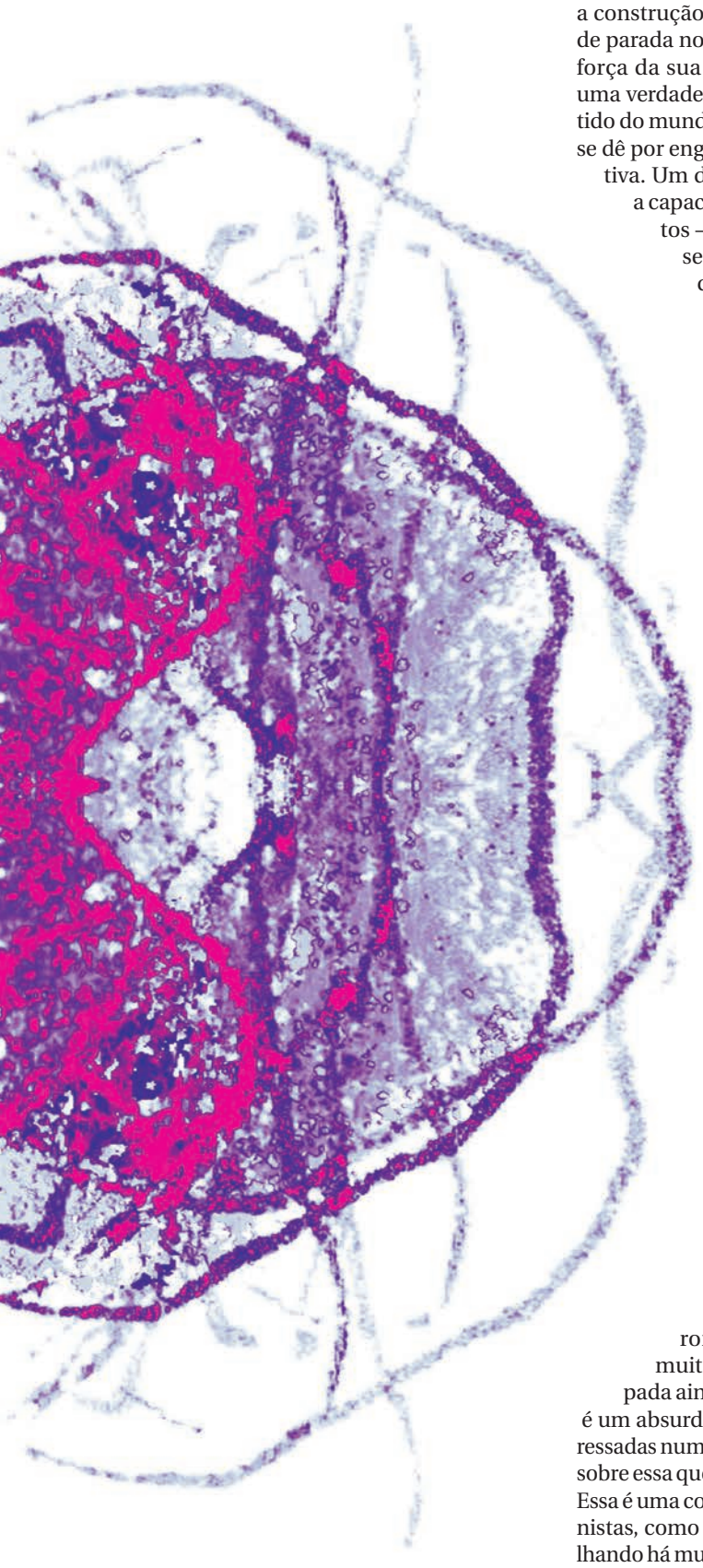
SF: Imagino que tenhas chegado a este tema por vários motivos. Terás sentido pessoalmente, como filósofa, estas contradições?
AC: Eu comecei a estudar filosofia tendo em mente esse problema das alterações climáticas. Muitas das pessoas que estão tratando essas questões, não só no Brasil mas também fora, estão pensando nos problemas que essa nova «universalidade» pode representar para a autonomia dos povos. Perante as alterações climáticas, há todo um risco de um discurso universal – «temos que nos unir, logo vocês vão ter que fazer isso e aquilo». E então há toda uma discussão sobre não deixar o discurso científico silenciar a maneira própria de outros povos de entender e se manifestar sobre o que está acontecendo. É muito marcante para mim um estudo do antropólogo mexicano Carlos Mondragón, onde ele fala de toda a preocupação com as ilhas do Pacífico que correm o risco de afundar com as mudanças climáticas, e que nessa ânsia de tentar salvá-los (e a gente vê isso muito agora também na situação do Afeganistão) - a gente silencia o outro. Então, os próprios moradores locais têm toda uma outra percepção, não só sobre mudança climática, mas sobre o mundo: o mundo para eles é uma coleção de ilhas, não existem continentes, é uma coisa completamente diferente. Então desde há muito tempo que eu tenho essa preocupação de como é que a gente pensa junto. Como é que a gente vai fazer essa composição de preocupações sobre a Terra sem que um discurso sirva de justificativa para silenciamento do outro.

SF: Isso não é ainda mais importante sabendo que existem países claramente mais responsáveis pelas alterações climáticas?
AC: Essa é uma questão que está cada vez mais presente também. O que é que a gente faz com esse bando de países do sul global para quem foi prometido que agora era a vez deles? Isso não é banal, não é mera preocupação mesquinha ou consumista, isso é uma preocupação de vida, de aumento de liberdade e segurança (ao menos de como vínhamos nos organizando para garantir essas coisas). Como vamos considerar justiça, liberdade e segurança num mundo em que a abundância material não é mais possível?

> É como se estivéssemos a viver uma reviravolta, como diz o Nietzsche, dessa «vontade de verdade»[3], mas num mundo em que a verdade enquanto mera revelação não é mais possível.

SF: Acerca da gestão política da crise climática, o que pensar de Trump ou Bolsonaro, que são ícones do negacionismo?
AC: Eles estão sendo eleitos. Tem algo aí de importante que precisa ser levado em consideração. O Bruno Latour, no penúltimo livro dele, diz que os negacionistas não estão simplesmente sendo loucos: essa é uma estratégia política. A hipótese que ele levanta é que as elites teriam entendido muito bem que o colapso climático é real, e ao invés de repensar os nossos modos de vida, elas teriam optado por uma estratégia dupla. Por um lado, sair explorando tudo o que podem enquanto é tempo - daí toda essa ideia de *Make America Great Again*, e de acabar com a Amazónia no Brasil. Por outro lado, financiando uma indústria de negação, porque eles vão ganhando tempo, uns 30 ou 40 anos de privilégios. Então essa hipótese do Latour, que eu acho muito boa, diz que a gente não vai entender nada da política dos últimos 50 anos se a gente não considerar a centralidade da questão climática. Eles nem fingem mais que existe um mundo que vai ser melhor para todos; eles decidiram só levantar os muros e quem ficar de fora que se dane. É esse abandono das pessoas à própria sorte que teria trazido esses líderes ao poder, porque eles dizem «olha, confia em mim que eu vou botar você para dentro». A questão não é uma de ignorância, é uma questão de desejo, de pessoas desesperadas, por verdade ou proteção.
SF: No Ocidente, a tradição narrativa judaico-cristã tem muito esta coisa da dominação sobre o outro, sobre outras espécies e sobre o planeta. Nós encontramos um pouco esta estrutura ainda hoje, em termos de arquétipo, por exemplo na narrativa colonial. Mas encontramos noutras culturas, e noutras mitologias, uma estrutura narrativa onde há muito mais colaboração entre diferentes outros – entre humanos, animais, seres fantásticos, a Terra. Vês aqui alguma relação entre a estrutura narrativa do ocidente e a crise que aqui se vive quanto à ideia de verdade?
AC: É muito curioso porque a maneira como você me perguntou isso me fez pensar em coisas que eu não tinha pensado. A filósofa que eu uso nesse texto, a Barbara Cassin, tem toda uma discussão sobre o problema do *storytelling*. Ela diz que a gente ainda é tão fundamentalista na nossa relação com a verdade que a gente substituiu as grandes narrativas pelo *storytelling*. A gente aceita que exista narrativa, mas a gente exige uma espécie de coerência absoluta, porque aí, de certa forma, a gente se sente mais confortável - como ela diz, o *storytelling* retira a contingência dos factos, faz parecer que está tudo muito arredondadinho. Quando a gente olha para as narrativas indígenas, a narrativa é muito mais aberta para a heterogeneidade, e para que outros actores intervenham. É mais aberta a uma ficção, ou composição, do que o tipo de narrativa que a gente está acostumada a associar à ciência, em que só existem algumas poucas causas para muitas consequências. Então o *storytelling*, nesse sentido, ou essas narrativas muito amarradinhas da própria ciência, são narrativas que favorecem uma mentalidade conspiracionista, que criam na gente um certo horror à contingência. Então a Cassin diz que a gente precisa reaprender a amar ficção, reaprender a amar a verdade como uma fabricação construída, intencionada, desejada. Como uma abertura à heterogeneidade de outros actores agindo e modificando a história. A gente viu isso acontecer na pandemia: foram perturbar o hábitat do pangolim, ou do morcego, e pronto, encontramos o vírus. Quem esperava por isso? Mas aí, justamente, é muito mais fácil pensar que foi um vírus fabricado pela China. É uma das características da mentalidade conspiratória: você atribuir grandes acontecimentos a grandes maquinadores.





SF: O acaso parece medíocre na grande narrativa...
AC: Exactamente. Então a gente fica sendo mais realista que a realidade, porque a gente espera uma coerência maior do que tem realmente!

SF: Isto leva-nos àquilo a que chamas «verdade suficiente» não é? A hipótese de nos dirigirmos para a construção de uma narrativa mais aberta.
AC: Eu tentei pensar alguns critérios para a construção de uma verdade que, em vez de parada no tempo, e que se imporia pela força da sua auto-evidência, pudesse ser uma verdade que nos ajudasse a fazer sentido do mundo. Que fosse uma verdade que se dê por engajamento, por produção coletiva. Um dos critérios seria sem dúvida a capacidade de contar a história juntos – no que é que a ciência pode se tornar se ela realmente parar de ficar dizendo «me obedeçam»? Isto significa, por exemplo, ouvir os terraplanistas, não para aceitar o que eles estão dizendo, mas para tentar entender porque é que essas pessoas precisam que a terra seja plana. Tem alguma outra coisa que elas estão pedindo para a ciência que a ciência não está entregando. E talvez a ciência possa reconstruir a sua apresentação pública, a sua narrativa, a partir dessas demandas.

SF: Eu gostei muito de uma frase que tens no teu texto e que puxa essa ideia de que a verdade deve servir para alguma coisa, que tem uma função social. Tu perguntas: será que uma ideia, definição ou hipótese que se candidata à verdade reflete uma pluralidade de agências, movimentos, preocupações e expectativas numa questão? Quando leio esta frase, penso – isto é descolonizar o pensamento?
AC: Nós temos um horror à controvérsia. Isso de ter muita gente interessada e preocupada ainda causa pavor na gente e isso é um absurdo. Quantas mais pessoas interessadas numa questão, mais pontos de vista sobre essa questão, e mais sólida ela vai ficar. Essa é uma coisa que as epistemólogas feministas, como a Sandra Harding, vêm trabalhando há muito tempo: a ideia de uma objetividade forte. Quanto mais a gente percebe que o ponto de vista é situado, mais força aquela questão vai ganhando. Por um lado a gente fica apavorada diante de tantas pessoas discutindo a vacina. Mas isso na verdade é muito bom, que as pessoas se interessem pelas vacinas, e se interessem por aquilo que diz respeito à vida delas. Isso é um processo político, no sentido bom da coisa. Será que a ciência pode levar a sério os anseios da população sobre as vacinas? Os anseios da população sobre mudanças climáticas? Porque geralmente o que os especialistas fazem é dizer «vocês não entendem nada».

SF: No ponto em que estamos, a ciência está muito cooptada pelo poder político e económico. No campo da inteligência artificial, por exemplo, há muitas preocupações sociais, há académicos que levantam questões éticas, mas a indústria está focada em inovação e mais inovação.
AC: É porque em alguma medida os cientistas ainda estão colonizados por uma certa ideia de ciência como o desenvolvimento da razão, do racional, e do razoável... Dizem «sejamos razoáveis: a gente não pode exigir que as empresas não queiram seus lucros». Por vezes, o cientista se comporta como estadista ou empresário. Mas o papel dele deveria ser pensar como é que a sua ciência pode ser mais justa. Os cientistas precisam levar a sério o que as pessoas têm a dizer sobre o trabalho deles. É mais fácil, realmente, continuar trabalhando na sua torre de marfim sem prestar conta das suas atividades para os outros, mas esse mundo não é mais possível.

Será que a ciência pode levar a sério os anseios da população sobre as vacinas? Os anseios da população sobre mudanças climáticas? Porque geralmente o que os especialistas fazem é dizer «vocês não entendem nada».

SF: Se assumirmos que as verdades (desde a mitologia de uma cultura amazónica até à astronomia ocidental), são narrativas muito fortes, quase religiosas, porque têm essa capacidade explicativa e apaziguadora para o ser humano, de um ponto de vista psicológico - então seremos capazes, psicologicamente, de lidar com a verdade aberta à incerteza, ao acaso e ao imprevisto?
AC: A minha aposta é que sim porque a gente não tem opção. Vai ter que ser! O Latour fala muito nisso: que o maior signo do Antropoceno, ou do colapso climático, é que a partir de agora, para onde a gente olha, há política. Há controvérsia. Há disputa por todo lado. Nada mais é capaz de silenciar as controvérsias. Nem o apelo à ciência, nem o apelo a Deus. Então qualquer coisa que a gente vá construir de sólida, de real, ela vai demandar uma certa diplomacia. A gente vai ter que aprender a negociar, não só dentro da nossa própria cosmologia, mas com as outras cosmologias. Porque afinal, esse tipo de política que a gente vinha conhecendo, baseada num silenciamento das controvérsias pelos fatos, não era bem política mas mais uma operação de polícia. Se a gente conseguir construir corpos comunitários sem dissipar as diferenças, se a gente conseguir se organizar juntos por interesses comuns que não são os mesmos - eu adoro essa frase da [Isabelle] Stengers, «interesses comuns que não são os mesmos» - quem sabe a gente consegue construir verdades coletivas, suficientes e mais fortes, para ir conseguindo construir alguns consensos momentâneos no meio dessa pluralidade de demandas e interesses. A gente vai ter que desenvolver novos equipamentos psíquicos, cognitivos, para se habituar a lidar com comunidades provisórias, alianças temporárias, que não funcionam na base de todo mundo falar a mesma coisa, mas que possam se organizar.

SF: Fico a pensar, a propósito disso, na importância do trabalho que muitos colectivos têm vindo a fazer no campo emocional e das relações, para melhor cuidar da própria saúde mental e emocional do colectivo, para conseguir comunicar e trabalhar juntas, e abandonar padrões de comunicação violenta.
AC: Quando você vê as análises, por exemplo, que a Isabelle Stengers e outras pensadoras ligadas ao feminismo fazem dos movimentos ecofeministas dos anos 80, lá da época do Reagan, sobre as mulheres que se reuniram em torno de questões ambientais, você vê que aquilo ali não é meramente uma teoria: é uma prática de produção colectiva de subjetividades. Pessoas que estão ali aterrorizadas, vendo suas vidas devastadas, ou vendo a destruição do futuro de seus filhos. E aquela colectividade levava a sério as angústias e produzia alguma coisa nova que não era só uma reivindicação. Tinha toda uma outra potência de constituição como colectivo. Quando você olha, por exemplo, para os terraplanistas, você vê que a dimensão comunitária é importante. Eles se encontraram, se identificaram uns com os outros. Então, essas ecofeministas não estavam ali para dizer «eu sou ecofeminista». Elas estavam produzindo um outro tipo de coisa, de sentimento, de acção, que não estava atrelada a uma identidade. Era uma heteronomia. Essa é uma dimensão importantíssima para a gente repensar a verdade, e repensar a política. Eu penso muito na Mariarosa Dalla Costa, feminista italiana, que dizia que a luta feminista da Itália nos anos 60/70 era muito dura, que ela não tinha tempo de rir nem de cantar. E aí, quando ela começou a se interessar pelo ecofeminismo, ela viu uma janela para valorizar esse lado do sensível. Não só a táctica, mas também a afectividade, a emotividade, o corpo.

SF: Será esse o tal mundo em comum de que fala o Latour, não é?
AC: É, e a gente constrói o mundo por muitas maneiras. Não é só por pensar igual. Eu gosto muito de uma frase do Deleuze em que ele fala que a gente sempre pensa recorrendo a meios inconfessáveis; pensar é sempre seguir o rastro do voo da bruxa. Porque tudo isso vai produzindo novas maneiras de estar no mundo: pensar, sentir, cantar. Tudo isso tem que ser valorizado porque tudo isso faz parte da nossa experiência. Que a gente seja capaz de levar isso a sério também em termos de construção de narrativa, de comunidade, de afeto.

NOTAS
1 Maniglier, Patrice (2018). La vérité des autres: discours de la méthode comparée. *Choses en soi*: 463-478. https://www.cairn.info/choses-en-soi--9782130798279.htm
2 Este texto respeita a norma linguística da entrevistada.
3 Nietzsche, Friedrich (2016 [1887]). *A Genealogia da Moral*. Guimarães Editores.

Os Falsificadores

Uma incursão na memória da resistência anti-franquista ao peculiar mundo da falsificação, tanto a nível de documentação, avais, cartões de racionamento, lotarias ou bilhetes e papel-moeda de diversos países. E, como se tudo isto não bastasse, com as redes de evasão e as resistências guerrilheiras, num *bouquet* claramente libertário.

IMANOL
ARTIGO PUBLICADO NO *PERIODICO DIAGONAL*.[1]
TRADUÇÃO DO CASTELHANO POR **FILIPE OLIVAL**

Começaremos por dizer que, durante os anos em que se perpetuou o franquismo, o estado espanhol foi melhorando e renovando as suas técnicas de identificação, apesar de continuarem a ser um tanto ou quanto subdesenvolvidas. Os modelos, carimbos e numeração dos salvo-condutos eram renovados com alguma frequência para ter os «espanholitos» controlados mediante a supervisão dos seus documentos de identificação, cartões de racionamento, cartões políticos, certificados de ex-combatente, autorizações de trabalho, etc.

Por sua vez, as organizações políticas clandestinas colocaram mãos à obra: precisavam de uma pequena tipografia, equipamento fotográfico, desenhadores especializados, ácidos e outros produtos químicos para o apagamento, fixação e restantes tratamentos de que necessitavam os documentos em questão. Compravam-se, roubavam-se ou inclusive pediam-se emprestados os impressos originais dos documentos que se queria falsificar; apagavam-se ou manipulavam-se certos dados, tiravam-se as fotografias necessárias e trocavam-se pelas originais; tentava-se conseguir os carimbos ou almofadas com subornos ou com o que fosse necessário e, no caso de não os conseguir, esculpiam-se em qualquer superfície, de batatas a bocados de cortiça, que pudesse ser esculpida com facilidade e que se pudesse impregnar posteriormente com tinta.

Libertando prisioneiros

A nossa viagem leva-nos ao final da guerra civil, às ruas de Madrid, e mais concretamente à Ponte de Vallecas. Lá, dentro da II Bandera de Falange, havia-se infiltrado um membro da FIJL (Federação Ibérica das Juventudes Libertárias), apelidado do Escobar, que conseguiu um variado número de certificados de boa conduta e de declarações de ter pertencido à «quinta columna», que, uma vez completados com os dados, fotos e nomes necessários, facilitaram a libertação de uns quantos anarquistas que penavam no campo de concentração de Albatera. Este grupo da FIJL foi parcialmente desarticulado em 1940, pois foram detidos 33 dos seus membros e descobertos os seus depósitos de armas. Escobar foi entregue aos falangistas, que o enforcaram num descampado, embora tenha conseguido sobreviver graças a um camponês que cortou a corda após os fascistas se terem ido.

Um dos que conseguiu sair com estes avais foi Esteban Pallarols «Riera», que, além de constituir o primeiro comité nacional clandestino da CNT (Confederação Nacional do Trabalho, anarcossindicalista), colocou mãos à obra para retirar o máximo de companheiros possível do campo de prisioneiros. Fê-lo com a ajuda de José Riera García, «Riereta» y Amadeo Casares Colomer «Peque», o primeiro deles por ser tipógrafo e estar empregado numa tipografia onde se fabricavam os carimbos de borracha para o governo civil e centros e distritos de Falange, e o segundo por ser um hábil desenhador e ser capaz de reproduzir exactamente qualquer timbre, o que permitia falsificar na perfeição os cartões da Falange. Também dentro deste grupo encontramos Génesis López, Leoncio Sánchez e Raimundo Jiménez, militante valenciano de artes gráficas. Conseguiram uma «Boston», a tipografia necessária, o papel adequado e um valioso caderno de 200 selos a quatro tintas de ex-combatente, que significaram ou a libertação ou a redução de penas para 200 companheiros. Libertaram todos os companheiros que conseguiram e pediram apoio económico à cúpula cenetista [membros da CNT] em França, cuja resposta foi bastante mesquinha, para sermos sinceros, tendo em conta a urgência da situação. O comité Pallarols foi desarticulado em Fevereiro de 1940, sendo que Pallarols, José Riera e outros três companheiros foram executados e vários dos seus colaboradores condenados a longas penas de prisão.

No campo de Albatera, temos notícia de que Segismundo Martínez, membro das JJLL (Juventudes Libertárias) conseguiu

prodigiosas imitações dos selos necessários para conseguir a liberdade com uma simples sola de alpergata e uma lâmina de barbear. Após a queda do comité de Pallarols, este foi substituído por Manuel López, que também tinha saído de Albatera com documentos falsificados. O comité que formou dedicou-se sobretudo, como o do seu antecessor, à falsificação de avais e salvo-condutos para continuar a libertar companheiros.

Não existia carimbo que resistisse à vontade de sair da prisão.

Mala com exemplares em branco de *Carte d'identité*, *Laissez-Passez Ausweis*, *Vorlaufiger Sonderausweis*, *Certificat de Recensement*, *Certificat de Libération*, *Sonderausweis*, etc. para posterior falsificação.

Prodigiosas imitações dos selos necessários para conseguir a liberdade, com uma simples sola de alpergata e uma lâmina de barbear.

Sabemos que Antonio Verardini, que fez a guerra ao lado de Cipriano Mera, estava encarcerado no Natal de 1932 na Modelo madrilena, onde aproveitou estar na mesma prisão que o banqueiro e milionário Juan March para copiar a sua assinatura, que depois usou para pedir ao Hotel Palace, propriedade de March, comida e bebida para a ceia de Natal. Mais tarde, em 1935, encontramo-lo a falsificar cheques e, depois da guerra mundial, a colaborar com Cerrada, em França.

Por outro lado, temos Francisco Ponzán e os seus homens, que já em Maio de 1939 iam passando com diferentes actividades em direcção sul, para o Estado. Foi Ponzán quem enviou os grupos de acção de Gómez Talón e José Tarín para Barcelona, com a intenção de libertar presos do campo de Horta e da fábrica de cânhamo de Poble Nou antes ou durante a sua transferência para a cadeia Modelo; perante a falta de meios económicos, tiveram de combinar os assaltos com a libertação de presos. Contactaram Mario Marcelo Goyeneche, um tipógrafo da rua do Carmel, e outro dos colaboradores era Manuel Benet Beltrán, mestre de gravura de profissão, que se dedicou a falsificar carimbos e cunhos das Chefias da Falange do distrito IX, do município, do campo de concentração de Horta e da *guardia civil*. Com estes meios, disfarçando-se de guardas ou militares e apresentando falsas ordens de transferência à Modelo, foram libertando presos até serem descobertos, o que levou a um tiroteio que terminou com a morte do soldado José López e com o sargento Antonio Garrijo gravemente ferido. Entretanto, as actividades de Ponzán continuavam tanto em território francês como espanhol e foi necessário falsificar uma grande quantidade de documentos. A rede dedicou-se sobretudo à criação de documentos de identidade espanhola, sem esquecer os cartões de racionamento ou salvo-condutos, e inclusive atreveram-se com as pesetas – não sabemos se com colaboração de Cerrada ou não. Para França também reproduziram documentos de identidade, cupões de racionamento, passaportes de diversos países, carimbos, diversa documentação alemã dos batalhões de trabalho e autorizações. Devido à grande quantidade de documentos falsificados, rapidamente chamaram a atenção das autoridades de Vichy, o que resultou na detenção de Ponzán e de alguns dos seus companheiros.

Apoio às resistências

Passamos novamente para os Pirinéus e penetramos na França arrasada e dividida pela 2ª guerra mundial, onde vamos encontrar, por um lado, o argentino descendente de russos exilados Adolfo Kaminsky[2], aqui incluído por duas razões: a primeira, pela sua ideologia libertária, e a segunda, porque após a segunda guerra mundial esteve a falsificar para os anti-franquistas espanhóis, tanto para os anarquistas, para os trotskistas, como para os comunistas. Durante a contenda mundial, trabalhou para a resistência, mais concretamente para a 6ª secção. Teve dois pequenos laboratórios na zona de Paris, um na Rue Jacob e outro na Rue Saint Peres, e dedicou-se sobretudo a falsificar documentos para salvar crianças judias. Usando ácido láctico, apagava dos cartões de racionamento o nome, o apelido e carimbo vermelho que marcavam os judeus. Uma das dificuldades que enfrentaram foi o facto do ácido úrico do suor fazer reaparecer a tinta apagada, problema que solucionaram com a incorporação de um químico na equipa. Por sorte, os alemães dedicaram-se a procurar grandes laboratórios e os de Kaminsky passaram despercebidos.

O libertário Manuel Solsona Albiac, meio-irmão do destacado anarquista Ramón Rufat, esteve na divisão azul e depois foi um destacado falangista. Esta cobertura deu-lhe, entre outras coisas, liberdade para colaborar tanto com o *maquis* do AGLA, que é o que funcionava na sua zona -, como para ajudar os membros da clandestina CNT. Dedicou-se a emitir, quer para a guerrilha quer para a confederação, uma série de cartões da Falange de Maella, assim como outros documentos falsos, até ser detido na Primavera de 1948. Condenado a pena máxima de 30 anos de prisão, foi posto em liberdade após ter penado 11.

Por vezes não era necessário falsificar os documentos, bastava uma certa quantidade de dinheiro. Foi por exemplo o que sucedeu ao guerrilheiro e posterior escritor Pons i Prades, que conseguiu o seu livre-trânsito entre fronteiras graças ao suborno de dois polícias do governo civil de Girona.

As redes comunistas

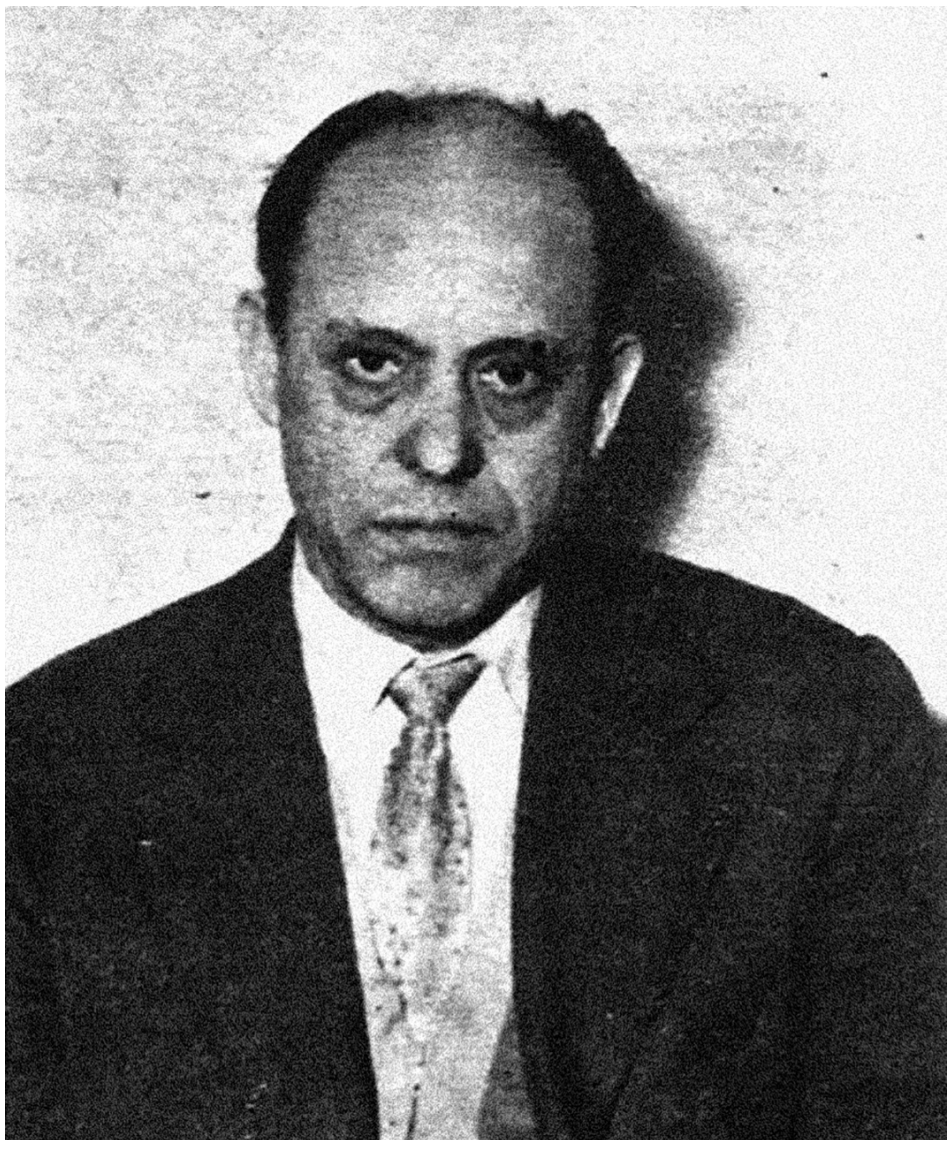
Por seu lado, o Partido Comunista Espanhol (PCE) também contou com a sua equipa de falsificadores, a denominada «equipa técnica», dirigida pelo pintor madrileno Domingo Malagón, estando integrada no que foi o aparato do partido. Damos a palavra ao próprio Malagón: «… Perante mim abria-se um mundo completamente desconhecido. Comecei por fazer testes e mais testes a pincel, imitando as letras de tipografia. Era um trabalho moroso, mas com muita perseverança fui adquirindo um certo à-vontade e melhorando. As primeiras encomendas que me chegaram foram de salvo-condutos espanhóis, ou seja, os documentos que permitiam a mobilidade interna dentro de Espanha. Pouco tempo depois, perante o bom resultado desses documentos, Celada expôs-me a necessidade de aumentar a produção. O seguinte passo consistiria por isso na elaboração de carimbos que nos permitissem iniciar um "fabrico em série". A tarefa tornou-se assim mais complicada; à falta de conhecimentos específicos sobre a matéria em que me estava a treinar, somava-se a escassez de recursos materiais, própria de um continente em guerra. Como construir um carimbo de borracha, se até os sapatos que usávamos tinham tacões de madeira? O couro também não era fácil de encontrar, e tive de recorrer a borracha recuperada, um substituto muito utilizado na indústria automóvel no fabrico de rodas, tapetes, etc. Por outro lado, o papel também era um bem muito escasso, tudo o que havia disponível no mercado era excessivamente grosseiro e irregular. Recorri ao mercado de livros velhos, onde muitas vezes e face à falta de orçamento, me vi obrigado a arrancar as folhas em branco, na realidade amareladas, devido à passagem do tempo. Lembro-me de mim mesmo como um *hamster*, a guardar todo o tipo de materiais que me caía nas mãos; lembro-me de fazer mil e um testes de manipulação do papel, aprendendo como tingi-lo e pintá-lo, lembro-me de procurar livros técnicos que me foram abrindo portas aos amplos domínios das artes gráficas. Assim, mal ou bem, pude ir trabalhando até que, com o final da contenda bélica, os mercados se foram normalizando. Da mesma forma, tivemos de improvisar na hora de encontrar os instrumentos adequados para cada tarefa; não foi fácil, por exemplo, encontrar algo para trabalhar a borracha. Inicialmente tentei com canetas de aparo de ponta muito fina, das que se utilizava para aplicar vacinas nas crianças, mas não me serviram por serem demasiado grossas. Depois de muitos testes, por fim tive a ideia de usar lâminas de barbear, que cortadas ao viés, ofereciam um fio finíssimo, e estas, mais uma lupa, umas pinças e uns aparos, foram o princípio de todo o meu material.»

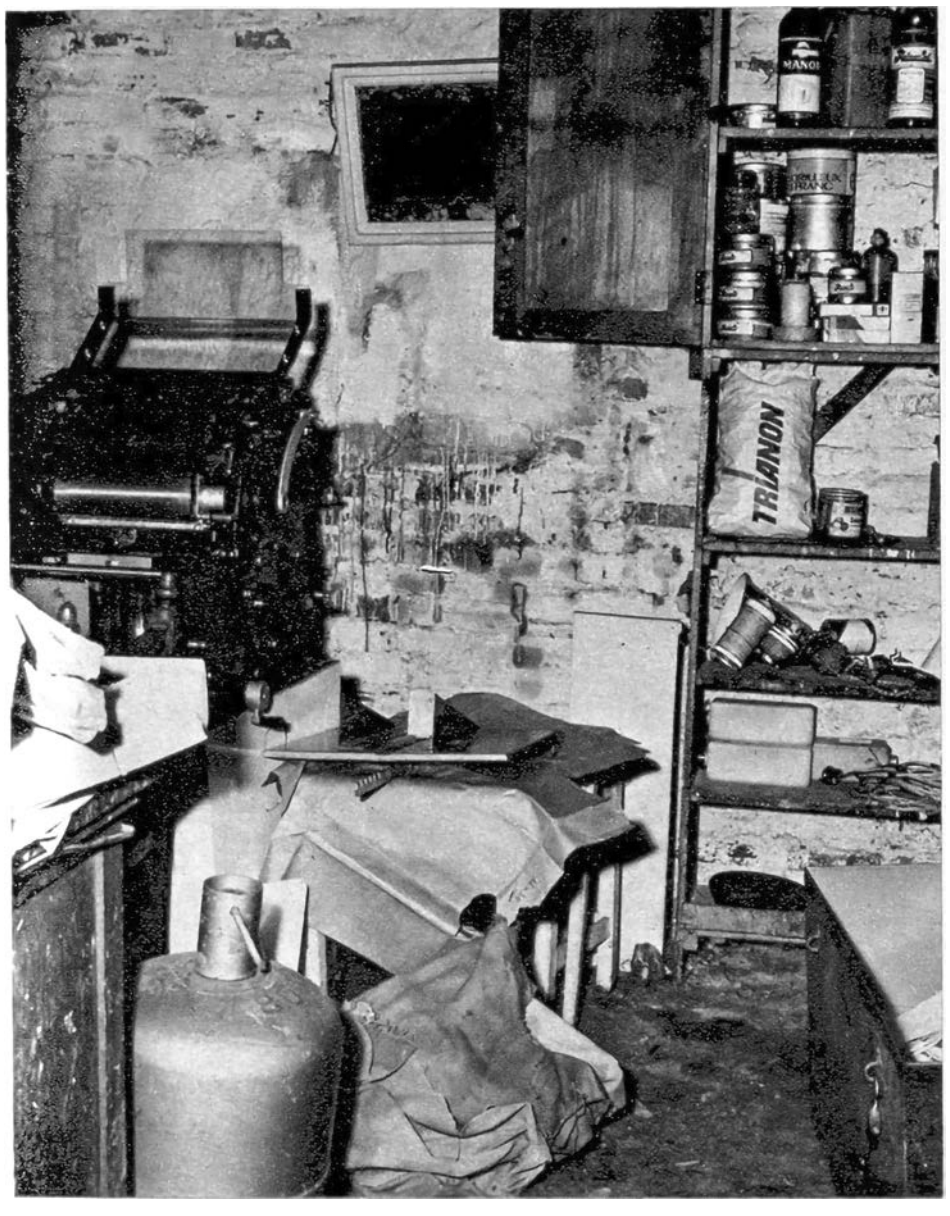
Os seus principais colaboradores foram os bascos Jesús Beguiristain, que se juntou à equipa durante os anos 40 e era um virtuoso dos pincéis, José Victor Larreta, que se juntou em 47 e se encarregou do processo de fotografia e impressão dos documentos e Ramón Santamaria, que se juntou à equipa em 1958, encarregado da fotogravura, que substituiu Antonio Pérez Garrido, que teve de deixar o seu posto pelas reacções que lhe provocavam no corpo os produtos químicos usados.

O falsificador ferroviário

Também no país vizinho e durante a mesma época encontramos possivelmente o maior e mais conhecido falsificador da militância anarquista. Nada menos que Laureano Cerrada, o ferroviário de Miedes de Atienza. O seu primeiro encontro com o mundo da falsificação foi possivelmente, no sul de França, durante os primeiros tempos da segunda guerra mundial, com os serviços secretos ingleses, que

Laureano Cerrada foi o grande falsificador libertário do século XX. Em maio de 1949 a sua tipografia foi devastada pela polícia francesa.





O grupo Cerrada, que apoia a guerrilha libertária com documentações e moedas falsas, também o fará com a Defesa do Interior e possivelmente com os GARI, além de preparar e financiar dois atentados contra Franco.

instruíram na dita arte não só Laureano, mas também o grupo Ponzán gozou dos ditos maestros e inclusive o guerrilheiro libertário Miguel García foi outro dos seus alunos. Cerrada terá começado nesta arte nos tempos da ocupação alemã, tendo por quartel a região parisiense, e entre os seus colaboradores a artista e gravadora Madeleine Lambert, ou Mai Piquerai, que trabalhava como correctora na tipografia Alkan, onde começaram o seu intenso trabalho de falsificar documentos tanto para a população judaica como para todos aqueles que necessitavam de escapar ao serviço de trabalho obrigatório.

Em 1944 Cerrada já dispunha da sua própria tipografia e o passo seguinte foram os cartões de racionamento. As chapas de moeda espanhola chegaram no ano de 1945. Foram trazidas por um grupo de partidários anarquistas italianos, que as entregou à CNT, e por acaso foi o comité regional de Paris, encabeçado por Cerrada, quem as recebeu. A falsificação da peseta foi assim oferecida de bandeja e o grupo tinha a intenção de perturbar o máximo possível a economia espanhola e de financiar as lutas que fossem necessárias. Com o dinheiro falsificado compraram-se camiões e criou-se a chamada Empresa de Transportes Galicia, usada para ir enchendo a península de notas. Esta operação estava sob o comando do seu inseparável Luis Robal. Paralelamente, pequenos grupos de duas ou três pessoas começaram a deslocar-se para trocar as notas, tanto para Barcelona como Málaga. Com o passar dos anos a circulação de moedas falsificadas, ou a lotaria, foi aumentando, ao mesmo tempo que se continuava com a falsificação de documentos. Mas as coisas não ficaram por aí: o «negócio» expandiu-se para incluir contratos de trabalho, títulos de propriedade e até mesmo testamentos (só como anedota, lembrar as falsas entradas na praça de touros de Nimes, que triplicaram a sua capacidade, e os distúrbios que esta acção provocou, observados pelo próprio Cerrada a partir de um hotel próximo).

O grupo Cerrada, que apoia a guerrilha libertária com documentações e moedas falsas, também o fará com a Defesa Interior [3] e possivelmente com os GARI, além de preparar e financiar dois atentados contra Franco. Cerrada foi detido várias vezes em França por causa da falsificação: em Maio de 49 descobriram uma tipografia clandestina com 40.000 bilhetes de lotaria falsos, além de um arsenal; em 1950 foi expulso da CNT; em 1951 nova detenção por falsificar moeda alemã e caem a tipografia da Normandia, vários dos seus negócios «legais» e o avião com que tinham tentado bombardear Franco. Detido com parte da sua equipa em inícios de 55 por falsificação de notas de 25 e 500 pesetas. Nova detenção em 1957: encontram um revólver seu e 10 milhões em pesetas falsas. A última detenção remota a 1970 e desta vez são documentos falsos que o levam à prisão. Entre os colaboradores da sua equipa de falsificação, encontramos por exemplo o desenhador Guillembert, Pedro Moñino, ou o anteriormente citado Antonio Verardini ou a sempre presente Madelaine Lamberet. Cerrada foi assassinado em 1976 pelo infiltrado Ramón Benichó.

Últimas notas da clandestinidade

Ciriano Damiano, «Yayo», nascido em Málaga, destacou a razão de durante vários anos ter conseguido trabalhar sob uma identidade falsa na comissão técnica da fortificação da costa sul. A partir do seu cargo burocrático na dita comissão, foi distribuindo tanto documentos ou avais falsos como até mesmo carros oficiais para certas viagens que não precisavam de contratempos, tanto a companheiros da clandestina CNT como a integrantes da guerrilha andaluza, entre eles os 15 guerrilheiros andaluzes que tentaram acabar com o chefe na sua residência em El Pardo. Em finais dos anos 40, quando foi designado para o comando militar das obras em Cádis, foi descoberto, embora tenha conseguido fugir para Barcelona, sendo posteriormente detido em Junho de 1953 e condenado a 16 anos de prisão.

De Juan José Caba Pedraza há que dizer que é conhecido sobretudo pelas suas reiteradas fugas de diversas prisões franquistas. Mas está incluído neste artigo porque em 1947, quando fugia pela terceira vez, agora da prisão de San Miguel de los Reyes, o fez com dois companheiros, falsificando as ordens judiciais de liberdade. As ordens chegaram de forma regular à prisão levantina perante o espanto das próprias autoridades penitenciárias. A liberdade durou pouco e em Maio de 48 encontramo-lo na fuga à prisão de Ocaña com outros 11 militantes libertários. Em Junho de 1952, graças a outra ordem falsa, fugiram pela última vez, passando para a segurança do exílio.

O caso de Lucio Urtubia é peculiar. Se perguntares em ambientes libertários pelo nome de algum falsificador, provavelmente o seu nome será o primeiro a ser pronunciado. Mas se perguntares aos velhos militantes do exílio, a versão que te apresentarão não será a mesma que a que consta nos livros ou documentários que falam sobre ele. Como o objectivo deste artigo não é desvendar o verdadeiro papel de Lucio tanto na resistência como na clandestinidade libertária, citaremos simplesmente que se especializou primeiro na falsificação de dólares norte-americanos e que conseguiu a colaboração do governo de Cuba, para inundar os Estados Unidos com eles e assim desestabilizar o mais possível a sua economia.

Posteriormente, como a falsificação da moeda era mais punida que a dos cheques de viagem, dedicou-se a fabricar cheques do First National City Bank, distribuídos profusamente tanto pela Europa como nos EUA por um amplo grupo de pessoas que trabalhavam em pares. Após ser detido pela polícia francesa e cumprir 6 meses de prisão, acabou por vender o papel e as chapas dos citados cheques ao próprio City Bank em troca de uma desconhecida soma de dinheiro. Lucio e a sua rede também se dedicaram à realização de documentos falsos para ajudar os diversos movimentos revolucionários que operavam durante os anos 70 e 80 pelo mundo.

Do asturiano Ramón Álvarez Palomo sabemos que colaborou intensamente com a Defesa Interior na secção de falsificação, que foi detido em Outubro de 1961 e que lhe foi confiscado um bom número de passaportes falsos utilizados para cruzar fronteiras. Foi libertado um mês mais tarde e o seu caso foi arquivado no ano seguinte.

NOTAS

1 Artigo original de 2016 em castelhano no periódico Diagonal: https://tinyurl.com/ykae35d4. Subtítulos e introdução da responsabilidade do Jornal MAPA.

2 Sobre Kaminsky ver Jornal MAPA #31 (Julho Setembro 2021) «Vidas Singulares de Resistência e Luta» por Irene Hipólito dos Santos e Fernando Silva.

3 Defesa Interior (DI) foi a organização criada pela CNT (juntamente com as FIJL e a FAI) no exílio para combater o franquismo através da luta armada e a organização de atentados, tendo como alvo preferencial o ditador Francisco Franco.

A Covid e «a grande demissão»

JORGE VALADAS
TRADUÇÃO DO FRANCÊS **LUÍS LEITÃO**
ILUSTRAÇÃO **ANDRÉ LEMOS**

Há alguns meses que um surpreendente fenómeno social acompanha a epidemia de Covid-19 nos Estados Unidos. Centenas de milhares de assalariados abandonam os seus empregos; em Abril de 2021, o número de casos ultrapassava já os quatro milhões e continua a aumentar a bom ritmo. O fenómeno é agora conhecido por «A Grande Demissão». No país da «livre iniciativa» e da «mão invisível», as motivações não são fáceis de identificar, mas a sua amplitude faz-nos pensar. Os desafios que coloca o trabalho assalariado durante uma pandemia mundial vão-se juntar aos receios e angústias sentidos pela generalidade dos trabalhadores. Embora muitos tenham aceitado trabalhar com muito pouca protecção, modificando a sua vida para enfrentar um vírus mortal, alguns decidiram que tinham chegado ao limite! Aliás, este êxodo não é específico dos Estados Unidos. A tendência começa também a preocupar os especialistas do mercado de trabalho deste lado do Atlântico, onde, porém, a relação entre o capital e o trabalho está muito mais regulamentada, oferecendo ainda um mínimo de garantias e de protecções, se bem que violentamente atacadas em nome da «gestão da pandemia».

Ainda é cedo para medir e analisar, compreender, as consequências a longo prazo da pandemia e das medidas político-científicas que acompanham a sua «gestão» sobre o terreno da economia em particular, sobre o funcionamento da sociedade e sobre as mentalidades.

> O tempo da pandemia expôs o absurdo da «normalidade», produtora da catástrofe e do impasse do futuro.

O que é então «a grande demissão»? Uma adição múltipla, massiva, de atitudes individuais, ligadas umas às outras, geradas por uma situação comum. Expressão de uma recusa que, ainda que não colectiva, possui um potencial de perturbação que não pode ser ignorado nem subestimado. Trata-se, num primeiro tempo, de um momento de ruptura, como uma paragem numa imagem no filme de horror em que nós somos figurantes. Um momento de paragem positivo, que implica, necessariamente, uma reflexão sobre nós próprios, sobre o lugar do indivíduo social na máquina. Se a reprodução capitalista continuar, esta ruptura está votada a um impasse. Para que se perspective uma sequência, seria necessário que se formasse uma resposta colectiva que abrisse caminho a um projecto social de reorganização do mundo, em direcção a uma outra vida, num outro sentido. Um desconhecido a inventar. Ainda não estamos aí.

O primeiro tempo que vivemos comporta uma distanciação relativamente à organização social actual, às suas consequências destrutivas para o humano. Com efeito, o tempo da pandemia expôs o absurdo da «normalidade», produtora

Na era do capitalismo globalizado, é preciso uma grande dose de alienação, de negação do real, para continuar a aceitar a vida como nos é proposta, com uma confiança cega numa «ciência» que a justifica.

da catástrofe e do impasse do futuro. A actividade rotineira da maioria dos trabalhadores tornou-se claramente incoerente e estéril perante a força da pandemia; as referências securizantes do salariato e das suas instituições revelaram-se frágeis e mesmo impotentes. As actividades valorizadas à partida pelos poderosos como sendo «essenciais» foram rapidamente estigmatizadas, e mesmo apontadas como culpadas do prosseguimento do desastre. Assim, esta opção pela paragem – o êxodo massivo do mundo do trabalho – sublinha a consciência da perda de sentido da vida no seio das relações sociais do capitalismo.

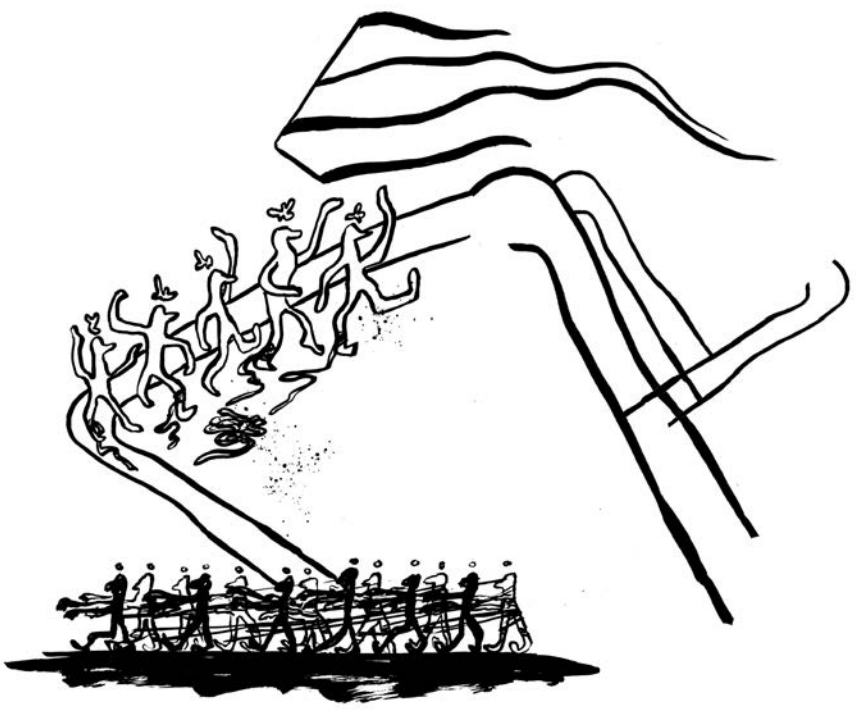
A força do capitalismo, a energia da sua reprodução, pode superar os actos individuais de recusa. Mesmo quando são massivos e se generalizam, quando podem perturbar este ou aquele sector do seu funcionamento. Dito isto, um fenómeno como o da «grande demissão» não pode ser ignorado nem subestimado, por aquilo que é e pelo que expressa.

«A grande demissão» pode inscrever-se na linha directa de outros movimentos que, no passado, marcaram a história das resistências à submissão ao trabalho, cujos mais conhecidos foram a «recusa do sucesso» [*refus de parvenir*] e a sabotagem. Esta última, reivindicada inicialmente pelas correntes mais radicais do movimento social, as correntes anarquistas de finais do século XIX e princípios do século XX, nunca deixou de se manifestar sob formas diversas no mundo do trabalho, muitas vezes como resposta individual à passividade colectiva, por vezes mesmo como recusa da alienação e como afirmação embrionária do desejo de uma outra vida. O alcance novo e original da «grande demissão» resulta do momento histórico, das circunstâncias nas quais ela emerge e se desenvolve. Os desafios suscitados pelo trabalho assalariado durante uma pandemia mundial vão acrescentar-se a uma profunda crise de confiança no sistema político representativo e nas suas elites. Guerras, destruições, desastres ecológicos em cascata, com consequências cada vez mais trágicas, que ameaçam inclusivamente a própria manutenção das condições de vida humana na Terra, reforçam a tomada de consciência da recusa. Na era do capitalismo globalizado, é preciso uma grande dose de alienação, de negação do real, para continuar a aceitar a vida como nos é proposta, com uma confiança cega numa «ciência» que a justifica. Os valores de «progresso», «crescimento», «futuro», são reduzidos à sua medida quantitativa, monetária, sendo agora evidente que se encontram na origem do desastre planetário que se apelida hoje, num tom poético-jornalístico, de «crise do vivente».

«A grande demissão» pode inscrever-se na linha directa de outros movimentos que, no passado, marcaram a história das resistências à submissão ao trabalho.

O editorial do "*journal de tous les pouvoirs*" interrogava-se recentemente, não sem ansiedade, sobre a situação: «Uma mola partiu-se, até que ponto?» *[Le Monde*, 26 da Agosto de 2021]. Desta vez, a pergunta certa está no lugar certo, no momento certo.

Nada de importante, a voz responsável apressa-se a dar uma resposta tranquilizadora, confortável. Tudo não passaria de uma questão «de profissões e trabalhos mal pagos, pouco valorizados, que oferecem perspectivas medíocres de evolução» *[Ibid.*]. Portanto, uma coisa que se pode resolver, corrigir. Ou o princípio inoxidável da reforma. E o mesmo jornal não hesita, a propósito da catástrofe ecológica em curso, em dar um novo conteúdo à noção de «reforma realmente possível»: «Limitar o desastre» *[Le Monde*, 2 de Setembro de 2021]. Os pensadores do lado do poder colocam a fasquia cada vez mais baixa. A seguir, os sacerdotes dessa religião vudu que se chama «economia», perplexos diante do desemprego que baixa ao mesmo tempo que os desempregados desaparecem e os capitalistas se vêem em dificuldades para encontrar braços e cérebros a explorar, descobrem que a explicação pode residir precisamente na «grande demissão», fenómeno passível de modificar a relação de forças entre o capital e o trabalho[1]. Falhos de imaginação, os especialistas puxam do seu feitiço da «formação» dos trabalhadores. Mas a pergunta de «até que ponto?» continua a assombrar os espíritos. E com toda a pertinência. Teríamos chegado ao ponto em que «melhor formação», «melhor salário», já não é suficiente para aceitar continuar como zombies? Tudo isso para voltar à «normalidade radiosa» que não é mais que a catástrofe permanente. Ou estaremos diante de uma opção radicalmente diferente, uma opção que inquieta os referidos sacerdotes vudu: a de reivindicar a dignidade, a reapropriação das nossas vidas, o sentido do humano? Em suma, será que a «grande demissão» constitui um sinal tímido, mas visível, do desmoronar da crença no sistema capitalista de amplos sectores dos trabalhadores? Um ponto de viragem, pelo menos o primeiro sinal de uma quebra irreparável da mola, a expressão do desejo, não de mudar de vida, mas de mudar a vida?



NOTAS

1 A «grande demissão» não é a única expressão de descontentamento que cresce no mundo do trabalho. Nos Estados Unidos, observa-se um forte desenvolvimento dos movimentos grevistas durante a pandemia, «*Workers Are Gaining Leverage Over Employers Right Before Our Eyes*», New York Times, 5 de Junho de 2021.

A Perseguição da diferença

JOÃO LEAL CRIA
(UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA)
ILUSTRAÇÃO **MARIA LIS**

René Girard (1923-2015) é um pensador controverso e de difícil classificação disciplinar. Embora possua algumas afinidades com a sociologia e a antropologia do *Collège de Sociologie* (de que a figura principal foi Georges Bataille), desenvolveu o seu pensamento em direções por vezes inesperadas.

O Bode Expiatório, inicialmente publicado em 1982 pela editora Grasset (título original, *Le Bouc Émissaire*) e recentemente publicado em Portugal pelas Edições 70, é um dos seus livros mais conhecidos. É um livro polémico. Por um lado, porque a sua proposta principal é a de interpretar toda a mitologia – começando pelo mito de Édipo – à luz do motivo do bode expiatório. Não só a tese é demasiado ambiciosa, como Girard não é muito convincente a esse respeito. Em segundo lugar, porque defende que terá sido o cristianismo, que, por intermédio da crucificação de Cristo, terá posto historicamente termo ao motivo do bode expiatório. Como veremos, a hipótese não é consistente com alguns factos que Girard apresenta no livro.

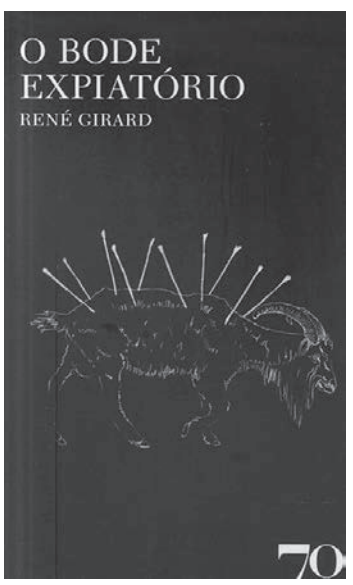
Se fosse por estas duas razões, talvez não valesse a pena – passados quase 40 anos após a sua edição original – recensear um livro que, além de muito idiossincrático, nos parece hoje algo datado. Acontece que Girard, ao explorar estas duas ideias principais, procede no capítulo 2 – intitulado "Os Estereótipos da Perseguição" – a uma caracterização do motivo do bode expiatório. Esta guarda, infelizmente, no quadro político e ideológico atual, toda a sua acuidade.

Os culpados não são um regime económico caracterizado pela desregulação neoliberal e pelo capitalismo de casino, mas os grupos e as pessoas diferentes, sejam eles ciganos, pessoas LGBT, migrantes ou refugiados.

O ponto de partida do capítulo é fornecido pela perseguição realizada por multidões (turbas, *mobs*) sobre «outros» (pessoas em geral diferentes por referência à norma dominante), tendo em vista punir – frequentemente com a morte – os alegados responsáveis por acontecimentos vistos como ameaçadores para um dado grupo. Os exemplos utilizados por Girard são fornecidos pela caça às bruxas e pelos *pogroms* anti-semitas.

São quatro os aspetos principais que Girard põe em relevo. Essas perseguições contra grupos – assim transformados em bodes expiatórios – têm geralmente lugar em tempos de crise. Substituem as causas reais dessas crises por causas imaginárias, que passam a ser atribuídas aos comportamentos (ou às características) de um determinado grupo de pessoas. Os grupos perseguidos podem ser diversos. Entre eles Girard lista, por exemplo, as autoridades e os poderosos. Mas eles teriam sobretudo em comum a «diferença» e aquilo a que hoje chamamos a subalternidade. Visam minorias étnicas e religiosas, ou pessoas doentes, «loucas» ou com deformações físicas. Na escola, o bode expiatório seria o estrangeiro, o provinciano, o órfão. Não é que os grupos perseguidores não suportem toda e qualquer diferença. O que eles abominam é a diferença «fora do sistema». Por fim, Girard procede à caracterização sociológica dos episódios de perseguição. Estes configurariam uma espécie de suspensão do social e em particular da reciprocidade que regula as relações entre pessoas e grupos.

Pode dizer-se que para uma teoria mais completa do motivo do bode expiatório falta a Girard uma maior atenção às relações de poder inscritas nas perseguições. Está implícita a ideia de que perseguidores e perseguidos se situam em posições opostas em termos de poder. Mas esta ideia poderia ter sido aprofundada, levando em conta, por exemplo, o papel que o estado e a igreja (contrariando a ideia de que o cristianismo teria colocado fim ao motivo do bode expiatório) desempenharam historicamente no desencadeamento e gestão das crises persecutórias. Mais atenção poderia também ter sido dada à agência e à responsabilidade individuais na formação das *mobs* perseguidoras. Para que elas se mobilizem e atuem é preciso que pessoas concretas – «porta-vozes» (Bruno Latour) ou «empreendedores etno-políticos» (Rogers Brubaker) – as ponham em movimento.



O Bode Expiatório.
René Girard.
Lisboa, Edições 70, 2020,
288 páginas

Tal não obsta, porém, à atualidade que as reflexões de Girard guardam, em tempos que são de multiplicação das formas de afirmação agressiva da monocultura dominante e de estigmatização e perseguição da diferença. É essa contemporânea «geografia da raiva», apoiada no «medo dos pequenos números» (Arjun Appadurai), que Girard nos ajuda a entender.

De facto, confirmando as ideias de Girard, os tempos atuais são também de crise para segmentos sociais que veem a sua situação e as suas aspirações postas em causa pela regressão económica e social em curso. Nos processos de constituição de bodes expiatórios, é a mesma a deslocação das causas reais para as causas imaginárias: os culpados não são um regime económico caracterizado pela desregulação neoliberal e pelo capitalismo de casino, mas os grupos e as pessoas diferentes, sejam eles ciganos, pessoas LGBT, migrantes ou refugiados. E o estigma e a perseguição destes «novos» bodes expiatórios têm também implícitas – como Girard defendeu – a suspensão e a subversão violenta das relações de reciprocidade que subjazem ao «contrato social» que regula (ou deveria regular) o relacionamento entre cidadãos diferentes que habitam um mundo comum.

MIGUEL BRIEVA

você ainda não começou a recolher...?

SALIVA de POLÍTICO

EXCELENTE COMO LUBRIFICANTE!!

O QUÊ?! VOCÊ NÃO APROVEITA O FRUTO DO TRABALHO DOS NOSSOS LÍDERES COMO SEGREGADORES DE SALIVA DE EXTRAORDINÁRIAS QUALIDADES? NÃO PERCA TEMPO! PARA QUE JULGA VOCÊ QUE ELES ANDAM CONSTANTEMENTE DAQUI PARA ALI, EM CIMEIRAS, REUNIÕES E PARLAMENTOS PROFERINDO COMUNICADOS E DISCURSOS?

FIQUE A SABER

QUE SALIVA DE POLÍTICO POSSUÍ TODAS AS PROPRIEDADES DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS COMO O PETRÓLEO E O GÁS METANO.

O.N.U.

DECLARADA PRODUTO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE PELAS NAÇÕES UNIDAS

LEMA DO DIA
Não desperdice nem uma gota!

A SUA NATUREZA
VISCOSA
FAZ DELA UMA SUBSTÂNCIA IDEAL PARA EMPLASTRAR, CRIAR FITA ADESIVA E TAPAR FENDAS

Há que violentar o sistema

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

Passavam apenas quatro anos da Revolução de Abril de 1974, e já havia quem quisesse mandar tudo abaixo. Em 1978, na primeira gravação Punk feita em Portugal, os Aqui D'el Rock lançavam o mote para violentar o sistema, «a coisa (…) que de tanto mudar continua igual» (in *Há que violentar o sistema*). Fundados num dos territórios mais miseráveis da cidade de Lisboa, o Bairro do Relógio, conhecido como Bairro do «Cambodja», os Aqui D'el Rock usavam a música para anunciar que, para muita gente, pouca coisa tinha mudado. Para além da persistência da pobreza, do desemprego e do tédio quotidiano, as possibilidades abertas pela revolução esbarravam no conservadorismo dos costumes. Mesmo a música, tão importante para a revolução e para o período que se lhe seguiu, insistia em continuar virada para dentro e indiferente às rupturas estéticas que explodiam noutros países. As formas de expressão cultural toleradas e domesticadas pelo regime ditatorial deram lugar a outro cânone, dominado pela música de intervenção e mais interessado em celebrar um certo povo e tradição do que em desbravar novos caminhos. Reflexo disso era a opinião de Zeca Afonso que, anos antes, criticava aqueles que importavam «música fabricada na Europa e na América» e considerava o Ié-Ié (o nome dado ao Rock em Portugal) um «ritual do chinfrim», «a expressão de um processo de decadência de uma sociedade» e «destituído de valores intelectuais».

A democracia só lentamente se foi fazendo sentir na criação musical, especialmente nas áreas urbanas. Os instrumentos, e o tempo para aprender a dominá-los, eram um luxo acessível a poucos. E no Rock que se fazia em Portugal nos anos 70 predominavam as marcas de um certo elitismo que celebrava o virtuosismo. O próprio Punk desenvolve-se em Portugal pela mão dos «meninos-bem» da Avenida de Roma. É neste cenário que surge uma «pedrada no charco» chamada Aqui D'el Rock, tão distante dos «amanhãs que cantam» da revolução como do conforto da burguesia lisboeta.

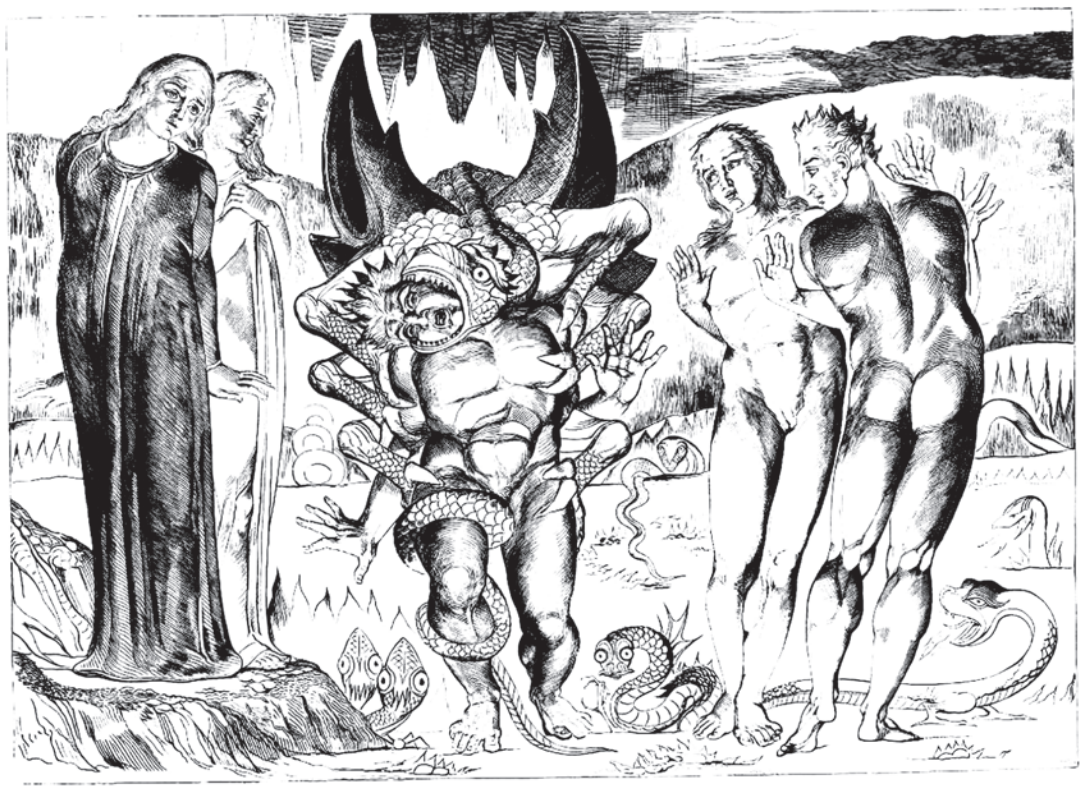
Contra o «sistema que nos querem meter pelos cornos abaixo» e contra um socialismo que não passava de uma «reformulação do sistema capitalista» (in *Rock em Portugal,* Maio/ Junho de 1978), Zé Serra (bateria), Fernando Gonçalves (baixo), Alfredo Pereira (guitarra) e Óscar Martins (guitarra e voz) pegavam em instrumentos em elevado estado de degradação, ou fabricados pelos próprios, e estreavam-se nos palcos em Abril de 1978. No mesmo ano gravavam o single *Há que violentar o sistema*, com o Lado B ocupado pela música *Quero tudo*, onde o vocalista Óscar cantava «sem vontade nem futuro». Em 1979, saía o segundo e último single da banda, *Eu não sei*. A capa já denunciava o desvio para a New Wave que se concretizaria pouco depois, com um grafismo mais colorido e o nome da banda em néon, mas a música era ainda mais imediata e directa do que no registo de estreia. Nas letras mantinha-se a mesma atitude: *Eu não sei* prometia «não deixar nenhum símbolo de pé» e em *Dedicada (A quem nos rouba)* a mensagem disparava «para quem nos rouba/ a quem nos rouba/ morre, morre se puderes/ morres, se um dia vier». Em 1981, em parte para escapar do estigma Punk, os Aqui D'el Rock davam lugar aos Mau-Mau e adoptavam uma sonoridade mais polida, desaparecendo definitivamente pouco tempo depois.

> Mais do que a pretensão de chocar os papás e os vizinhos, ou fazer carreira artística, a intenção era «violentar o sistema» pós-revolucionário que fazia do presente e do futuro uma miragem de promessas.

Tudo isto seria suficiente para celebrar a recente reedição destes singles, em formato LP, pela Zerowork Records – edição a que se junta um poster desdobrável com um texto do fundador Zé Serra, fotos ao vivo, a lista de todos os concertos da banda, uma das primeiras entrevistas que deram e, como não podia deixar de ser, as letras. Mas há mais motivos para aplaudir o gesto da Zerowork. Desde logo, porque o lugar dos Aqui D'el Rock na história da música portuguesa nem sempre mereceu o destaque devido. O seu lugar no panteão do Punk em Portugal é incontestável, mas a sua importância dilui-se na de outras bandas surgidas em simultâneo, e sem registos sonoros, como os Faíscas e os Minas & Armadilhas, cujos membros fizeram posteriormente carreira artística (p. ex. Pedro Ayres Magalhães) ou afirmaram com maior destaque a sua voz no espaço público (p. ex. Paulo Borges). Não fossem estes dois singles e, provavelmente, os Aqui D'el Rock ocupariam uma nota de rodapé ainda mais discreta. Pelo estatuto marginal que tinham na «movida» artística lisboeta então em ascensão, os betinhos da Avenida de Roma viam os Aqui D'el Rock, já na altura, como oportunistas, e, posteriormente, procurando firmar o seu pioneirismo, nunca deixaram de relativizar o estatuto Punk da banda do Bairro do «Cambodja». Para Rui Pregal da Cunha (Heróis do Mar, LX 90), o Punk nem tinha grande nexo num país recém-saído de uma revolução; era uma moda importada que rapidamente viria dar lugar a outra, tal como o percurso destes ilustres pioneiros demonstrava. Os Aqui D'el Rock, contudo, não foram atraídos para o Punk pelo aparato estético do estilo. Sem posses para viajar para os epicentros dos acontecimentos que abalavam a Europa ou para adquirir as novidades discográficas, o Punk dos Aqui D'el Rock não se afirmava pelas roupas certas e pelos alfinetes espetados na cara. Mais do que a pretensão de chocar os papás e os vizinhos ou fazer carreira artística, a intenção era «violentar o sistema» pós-revolucionário que fazia do presente e do futuro uma miragem de promessas. O guião, construíam-no eles próprios, conjugando a realidade que conheciam com os rumores dispersos que chegavam a este país à beira mar plantado. Reafirmar o lugar dos Aqui D'el Rock na história do Punk em Portugal, tal como o faz a edição da Zerowork Records, é confrontar uma memória elitista da cultura portuguesa.

A Civilização posta a descoberto

Contra o Leviatã, Contra a Sua História, de Fredy Perlman, traça a longa história da Civilização e de como o processo civilizador destruiu as comunidades que haviam constituído a humanidade até ao advento das formas estatais.



The Six-Footed Serpent Attacking Agnolo Brunelleschi, ilustração de William Blake para a *A Divina Comédia* de Dante Alighieri. A imagem central desta gravura foi usada para ilustrar a capa da primeira edição de *Against His-Story, Against Leviathan*, de 1983.

EM CONVERSA COM **JÚLIO HENRIQUES**

Coube ao clássico livro de Fredy Perlman as honras da primeira edição dos Livros Flauta de Luz (distribuição da Antígona). Falámos com Júlio Henriques, o tradutor e escritor que edita anualmente a revista *Flauta de Luz* a partir dum recanto campestre entre Portalegre e Castelo de Vide. A edição foi feita em cumplicidade com Pedro Morais, o tradutor da mesma e que já antes havia traduzido de Perlman *A reprodução da vida quotidiana e outros escritos* (Textos Subterrâneos, 2015).

Para Júlio Henriques a escolha de *Contra o Leviatã, Contra a Sua História* resulta deste «corresponder a uma síntese da orientação geral da revista: uma visão crítica da História a partir da existência, na história humana, de comunidades não hierárquicas, consubstanciando, simultaneamente, a crítica do Estado (ou Leviatã) como instituição organizativa do todo social e como narrativa canónica censória daquilo que não são relações estatais.»

Fredy Perlman (1934-1985) radicado desde muito jovem nos Estados Unidos «é uma figura muito inspiradora». «Dissidente da universidade estado-unidense, levou a cabo, apesar da sua morte prematura aos 50 anos, um trabalho de grande fôlego na renovação do pensamento anarquista. De origem judaica, fugiu com os pais do seu país natal antes da invasão nazi da Checoslováquia. Teve desde criança uma vida atribulada, mas que lhe alargou horizontes. Exilados primeiramente na Bolívia, Fredy teve ali como segunda língua "materna" o espanhol e um primeiro conhecimento *in loco* das realidades indígenas americanas (o povo quíchua), que nele exercerão um impacto duradouro. Mudando-se depois para os Estados Unidos com os pais, aos onze anos, adquiriu ali uma terceira língua "materna", implicando-se a breve trecho, como estudante, na acção política, em plena "caça às bruxas" movida pelo histérico nacionalismo estado-unidense contra a oposição de esquerda.»

«Fredy Perlman congrega na sua pessoa uma inspiração anarquista de ampla paleta: europeia,

> Fredy Perlman traça a longa história da Civilização como a constituição do Estado e de todas as brutalidades e devastações que lhe são inerentes.

pela sua origem e pelas experiências que teve em Itália, em França (no Maio de 68) ou na Jugoslávia da "autogestão"; norte-americana, pelo anticolonialismo, baseado na apreensão das culturas ameríndias como *a cultura clássica* estado-unidense, pelo anti-industrialismo, assente numa visão radicalmente contestatária do capitalismo mais avançado e mais profundamente destruidor, e também pelas influências directas de anarquistas exilados nos Estados Unidos, nomeadamente espanhóis e italianos. Nessas múltiplas confluências da contestação, a sua vida foi exemplo de uma obstinada coerência, resumível no que poderia ser considerado o seu lema: *Having little, being much* (Ter pouco, ser muito)».

De acordo com Júlio Henriques «a actualidade de *Contra o Leviatã, Contra a Sua História* parece ser total, no sentido em que a visão crítica do autor adquiriu entretanto, desde a primeira publicação deste livro em 1983, uma maior abrangência. A noção que ele formula do capitalismo como doença, em parte inspirada numa visão ameríndia resultante do contacto com os invasores europeus, tornou-se entretanto mais presente e tem uma maior amplitude, dado que a patologização da vida quotidiana abarca aspectos cada vez mais amplos da existência humana (trabalho, vida familiar, práticas religiosas, lazeres, tempos livres, imaginários, criatividades). Neste livro, resultado de um estudo extenso que incluiu arqueologia, a primeira instância é o lugar ocupado pela História. A História que nos é transmitida desde o berço é a da superioridade dos impérios; e só esta é canónica, só esta pode estar presente. Disto resulta o notório imaginário de superioridade do que se convencionou chamar Civilização, com maiúscula, que na verdade se reduz, prosaicamente, à civilização capitalista, esta que nos obriga a interiorizar a mercadoria como única relação possível e realista, e, por conseguinte, a considerar legítima a existência de todas as relações como relações mercantis. Fredy Perlman traça a longa história da Civilização como a constituição do Estado e de todas as brutalidades e devastações que lhe são inerentes, das mais explícitas às mais recônditas e íntimas, pondo assim a nu as qualidades do chamado processo civilizador e os modos como este processo, para avançar, destruiu as comunidades que haviam constituído a humanidade até ao advento das formas estatais. A visão de Fredy Perlman revela assim em contraponto, pela sua exposição da *História Dele* (*His-Story*, ou seja, do Leviatã, do Estado, mas também do Patriarcado), aquilo que se tornou urgente e fundamental pensar nos nossos dias: a emergência de instituições não estatais, comunitárias, de dimensão humana, tendentes ao autogoverno, capazes de pôr em causa o tamanho incontrolavelmente faraónico das instituições vigentes e a concomitante alienação que as relações impostas pelo capital reproduzem».

Contra o Leviatã, Contra a sua História
Fredy Perlman
Livros Flauta de Luz, 2021
352 páginas

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 32
Outubro-Dezembro 2021

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Santos*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier *, Fernando Silva, Filipe Olival, Diogo Duarte, Aurora Santos, Soberania Alimentaria - Biodiversidad y Culturas, Susana Baeta, Sónia Gabriel, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Pedro Cerejo, Diana Dionísio, o_phe_lia, Ana Afonso, Francisco Norega [Guilhotina.info], Lorena Salamanca, Raquel Pedro, Mariana Riquito, Carmo Liberato, Nuno Pereira, Nuno Rodrigues, Godofredo Pereira, Uma bruxinha (Caldeira Negra), Genoveva López e Elena Martínez Vicente [El Salto], Patricia Bolinches, M. Araújo, Jorge Valadas, Luís Leitão, Imanol [El Diagonal], João Leal - CRIA (Universidade Nova de Lisboa), Maria Lis, Júlio Henriques, Míriam Villamil Balestro Floriano (CES), Lúcia Fernandes (CES), Sérgio, Pedro (CES), Daniela Rodrigues, Jana Anna, Fernanda Fernández, Victor Rivas, Daniela Rodrigues, Magdalena Narewska, Álvaro Nogueira, Pedro Hermínio, Miguel Brieva

Periodicidade: trimestral
PVP: 1,5 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

FILIPE OLIVAL
Ilustração de MAGDALENA NAREWSKA

São esporos que viajam
pelo ar contaminado,
são fungos que se alastram
em casas desabitadas,
são bolores que se formam
em montanhas de desperdício,
micélios que deformam
ambiciosos planos de lucro,
cogumelos em que se transforma
a matéria que nos consome.

E encontram-nos, portanto, devorados
pela fome.

Da fome que devasta
eles se alimentam,
da devastação que resta
eles geram o seu alento,
dos restos que deixamos
eles compõe algo novo.

E prosseguem, assim,
a sua circular economia
de imanente reciprocidade.
e vivencial ironia:
decomposição
é organização latente.

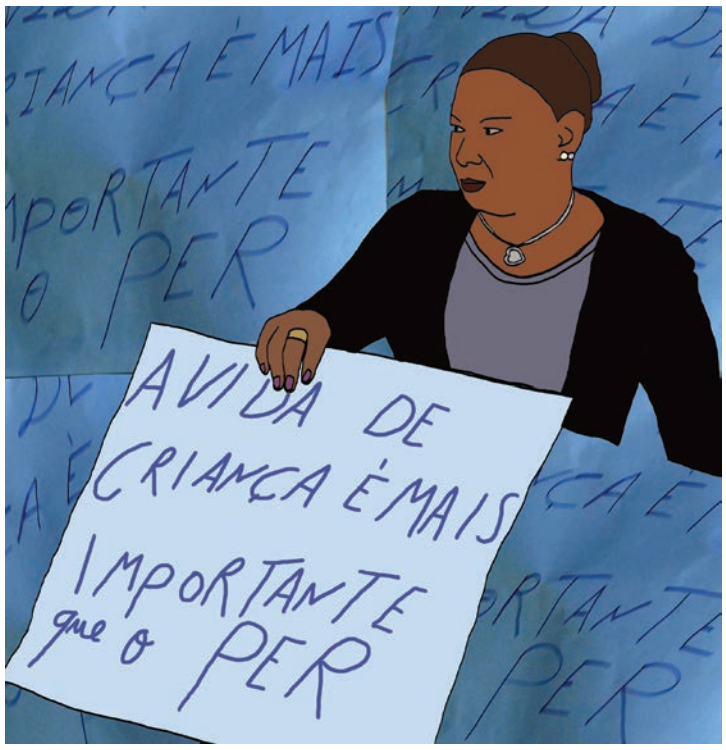
Pois, para lá do reino animal,
entre a natureza morta
e o devir existencial,
compõem a teia cibernética
do mundo vegetal
– a internet pré e pós humana –
onde nada cessa
e tudo se processa
numa linguagem transmutada.

E não basta consumi-los
para os entendermos,
não basta estudá-los
para os decifrarmos,
mas é urgente escutá-los
para que não nos silenciemos.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 32
OUTUBRO-NOVEMBRO 2021
3000 EXEMPLARES



CATARINA LEAL

Racismo, habitação e território

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Ana Rita Alves relata-nos em "Quando Ninguém Podia Ficar. Racismo, habitação e território" (Tigre de Papel, 2021) a história do bairro de Santa Filomena na Amadora e de como o Programa Especial de Realojamento, apesar da resistência dos seus moradores e moradoras, desfez uma comunidade histórica, maioritariamente negra. Mais do que uma obra académica, que procura compreender como se tem (re)construído historicamente a relação entre periferia, direito à habitação e raça/racismo no Portugal contemporâneo, este é um trabalho implicado que não podia existir sem anos de solidariedade da antropóloga para com as lutas destes moradores. Apesar da amargura do provérbio cabo-verdiano, ouvido por entre os escombros das demolições: *garrafa ka ta djuga ku pedra* – entre vidro e pedra a disputa jamais será justa –, a história deste (e de outros bairros) é também feita por pessoas negras, ciganas e imigrantes que, tal como afirmou a Plataforma Gueto numa carta então dirigida à Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural afirmam: «Queremos Integridade, não Integração! E a Integridade está nas nossas mãos».

Porque é que as políticas de habitação persistem em ser um guião do racismo estrutural português?

As políticas públicas de habitação, à imagem de outras políticas de promoção estatal, refletem aquela que é a racionalidade e a intencionalidade do Estado. Num contexto em que os Estados-nação modernos são racialmente configurados em termos conceptuais, filosóficos e materiais, como nos diz David Goldberg, a lei e a sua implementação reproduzirão obrigatoriamente esse guião.

Um dia após as autárquicas, era noticiado como a Estratégia Local de Habitação de Beja aprovada em Assembleia Municipal, voltara a esquecer a comunidade cigana do Bairro das Pedreiras. A discriminação histórica ao cigano assumiu-se como um pilar da extrema direita do Chega, o que parece fazer esquecer que se trata, antes, de algo enraizado no Alentejo e desde há muito nas gestões comunistas e socialistas da região. Queres comentar.

É impossível esquecer o bairro das Pedreiras, tudo o resto é ficção. Se não se quer melhorar as condições de vida daqueles e daquelas que habitam no bairro – todas pessoas ciganas – isso não acontece por acaso. O anticiganismo é ontológico à formação do espaço europeu, e Portugal não é exceção. Além do mais, historicamente, no espectro político, da direita à esquerda, se tem contribuído para silenciar o papel do racismo institucional num país edificado no mito lusotropicalista, da negação da violência colonial – que incluiu também o anticiganismo –, e que promove a ideia da excecionalidade, do país dos brandos costumes. No caso da esquerda, acresce que esta tem sido incapaz de integrar o antirracismo, de forma real, nos seus programas políticos, que vá para lá da canibalização da agenda dos movimentos. Não podemos esquecer que como dizia Angela Davis, «não basta não ser racista, é necessário ser antirracista». Não desafiar o racismo, e usá-lo tantas vezes como arma de arremesso político, tem contribuído para que este não seja realmente discutido, desafiado, criando as condições para o aparecimento do Chega, tantas vezes em geografias *inesperadas*. De facto, ser antifascista e ser antirracista deveria, mas pode não ser exatamente a mesma coisa, e essa é uma reflexão obrigatória que todas e todos deveríamos fazer.

Na abordagem aos bairros discriminados há uma imagem da desgraça e do aflitivo. Raramente passa cá para fora a força revigorante das suas comunidades e essa energia positiva. Como contrabalanças estas duas imagens?

De facto, os territórios autoconstruídos, os acampamentos e posteriormente os bairros de realojamento, são enquadrados na «criminalidade», construídos no espaço público como perigosos, de ameaça, aqui sim, organizada. Essa «perigosidade grupal», de «crime» ou de «aversão» ao estado de direito, tem «legitimado» publicamente a violência nos bairros como regra – do acosso e brutalidade policiais à destruição dos lugares como única solução –, deslegitimando a experiência e luta dos moradores e moradoras. Encarar estes espaços como outra coisa, como espaços de vida, pela vida, de criação, ou seja, enquadrá-los de outra forma, obrigaria a repensar a violência institucional, racial, historicamente varrida para debaixo do tapete. E isso seria disruptivo do cânone das representações sobre as pessoas não-brancas que criaram possibilidades de vida no impossível, mas também sobre o estado e as suas formas de governação. Isso tornaria necessário equacionar as condições de precariedade e discriminação que levaram à ocupação e construção dos bairros como a única solução, bem como a humanidade das pessoas e a desumanidade do Estado, e é isso que a branquitude não está jamais disposta a fazer, por força de ter de abdicar do seu privilégio. torno do caso Alcindo Monteiro são talvez o seu grande primeiro marco contemporâneo.

MAPA BORRADO

UNBOXING DON DURITO
HIPERLINK PARA AS PÁGINAS 18 A 25 DESTE JORNAL
COLECTIVOS SOLIDÁRIOS COM A 'TRAVESSIA PELA VIDA' JUNTARAM-SE E CRIARAM UM JOGO DE MESA COM VISTA À ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA A MESMA.
ABORDAGEM LÚDICA A ESTA PECULIAR ESTRUTURA ARQUITECTÓNICA ONDE A AUTONOMIA ZAPATISTA SE DÁ A CONHECER AO MUNDO.
LENTO MAS AVANÇO
AUTONOMIA ZAPATISTA
MMH SÓ ESTÁ AQUI A FALTAR A PEÇA DO DON DURITO O ESCARAVELHO DA SELVA DE LACANDONA... PARA MARCAR AS RONDAS DO JOGO...
OUTRA
UOH UOH UOH!!! A CAIXA ESTÁ A ARDER!!!!
NÃO SE PODE FUMAR?
AUTONOM ZAPATIS
DON DURITO, DA SELVA DE LACANDONA?
MMH MMH...
ASSIM QUE SOUBE QUE AS COMPANHEIRAS VINHAM À CONQUISTA DA EUROPA
HAVIA DE SER QUEM? O ESCARAVELHO DA FOZ DO ARELHO?
...TINHA DE AS AJUDAR! AH AH, MAIS UMA MISSÃO SECRETA DE DON DURITO!!
NÃO PODES FICAR UM POUCO PARA O JOGO...? ANTES DA TUA MISSÃO HEROÍCA DE CAVALARIA?
SABIA QUE SE ME ESCONDESSE DENTRO DA CAIXA DO JOGO VINHA PARAR A UMA SALA CHEIA DE ECONOMATO PARA PRODUZIR ÓPTIMAS ARMAS. NÃO ME ENGANEI..
TENS TABACO?
MMH MMH...
QUERES ENTÃO COLOCAR-TE NO PRINCÍPIO DO CARACOL PARA COMEÇARMOS?
MAS, VAMOS A VER, O QUE VOCÊS CHAMAM DE PRINCÍPIO DO CARACOL NÃO SERÁ AFINAL O FIM??
AH... VAMOS DIVERTIA-NOS COM A MINHA ESCARAVELHEZ
JOSÉ VARGAS '21